

**O RADICALISMO ISLAMISTA NA PENÍNSULA IBÉRICA  
A RECONQUISTA DO AL ANDALUS**

**JOÃO MANUEL NUNES HENRIQUES**

**Setembro, 2011**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais,  
realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Esteves  
Pereira e do Professor Doutor José Manuel Anes

*À memória de meus pais.*

*À minha esposa Ana,*

*pelo muito alento transmitido, e em  
reconhecimento pelas longas horas de ausência  
dedicadas à realização deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor José Esteves Pereira, meu orientador, por, desde o primeiro momento, se ter disponibilizado para me acompanhar nesta pequena aventura e pela sua douda contribuição na elaboração deste trabalho.

Ao Professor Doutor José Manuel Anes, meu co-orientador, pelo seu pronto aconselhamento e permanente disponibilidade, factores que muito contribuíram para o resultado final.

Aos Professores Doutores António de Castro Caeiro e Alan David Stoleroff, meus particulares amigos, pelos seus generosos conselhos.

Ao Mestre António Nunes pela sua pronta ajuda e partilha de textos.

Ao Dr. Manuel Augusto Pechirra, Presidente do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação, pelo seu permanente incentivo e genuína preocupação pela boa condução deste trabalho.

Ao Sheik David Munir, da Mesquita Central de Lisboa, pela disponibilidade e informação dispensada.

Ao Sheik Zabir, da Mesquita de Odivelas, pela sempre pronta ajuda, acompanhamento e patrocínio nas várias visitas a entidades islâmicas. E, também, pelas suas lições.

Ao Sheik Rachid Ismael, do Colégio Islâmico de Palmela, pela sua simpatia e hospitalidade.

Ao Sheik Feisal, da Mesquita do Laranjeiro, pelo entusiasmo partilhado.

Ao Dr. Mário Matos pela partilha de informação.

E, ainda, a alguns amigos que de modo directo e generoso contribuíram para o presente trabalho.

Bem-hajam.

# **O RADICALISMO ISLAMISTA NA PENÍNSULA IBÉRICA**

## **A RECONQUISTA DO AL ANDALUS**

**JOÃO MANUEL NUNES HENRIQUES**

### **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Terrorismo, islamismo, jihad, Al Andalus, Al Qaeda, Informações.

Em plena Alta Idade Média, os territórios da Hispânia (Península Ibérica) foram alvo da cobiça árabe-muçulmana, aos quais dariam o nome de *Al Andalus*. Após décadas de profundas transformações, a vida das populações peninsulares sofreu enormes mudanças, vindo a beneficiar de um assinalável progresso em diferentes domínios. No entanto, a luta pela reconquista dos territórios ocupados manter-se-ia acesa até finais do século XV, altura em que, definitivamente, estes territórios regressam às mãos dos cristãos.

Volvidos cinco séculos, eis que surge uma nova ameaça islamista. Desta vez com o firme propósito de reconquistar o Al Andalus e devolver-lhe os *gloriosos tempos* vividos sob a bandeira do Islão. Todavia, os mentores radicais que apontam para tal objectivo vão mais longe nos seus desígnios: para eles, a reconquista dos territórios outrora islamizados é tão-somente o caminho para a reimplantação do Califado. Para o efeito, recorrem ao que reclamam como legítimo: a *Jihad Universal*, através da qual todos os *infieis* serão submetidos.

## ABSTRACT

KEYWORDS: Terrorism, Islamism, jihad, Al Andalus, Al Qaeda, *Intelligence*.

In the Early Middle Ages, the territories of Hispania (Iberian Peninsula) were the quest of Arab-Muslim pursuit, to which they attributed the name of *Al Andalus*. Following decades of dramatic transformation, the life of the Iberian peoples suffered major changes and benefited from significant progress in various fields. Nevertheless, the struggle to regain these occupied territories would remain alive until the late fifteenth century, when these territories returned finally to Christians hands.

After five centuries, a new Islamist threat reemerged, this time with the firm intention of reconquering Al Andalus and bringing back the glorious days experienced under the banner of Islam. However, the radical advocates of this goal go further in their designs: for them, the reconquest of the Muslim territories is merely a means the re-establishment of the Caliphate. To this end, they resort to what they consider legitimate methods, namely: *Universal Jihad*, to wich all *infidels* will be submitted.

## ÍNDICE

RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
Metodologia e definição de objectivo .....	x
Pergunta inicial e formulação de hipóteses .....	xi
Introdução .....	1
Capítulo 1 – O Al Andalus .....	3
1.1. O período pré-islâmico na Península Ibérica: O Reino Visigodo .....	3
1.2. A invasão muçulmana da Península Ibérica e o nascimento do Al Andalus ..	4
1.3. A civilização do Al Andalus .....	6
Capítulo 2 – A Reconquista Cristã .....	10
2.1. O início da revolta .....	10
2.2. As acções militares cristãs e o fim do domínio árabe .....	11
Capítulo 3 – A comunidade islâmica na Península Ibérica .....	15
3.1. A situação actual em Portugal .....	15
3.2. A situação actual em Espanha .....	17
Capítulo 4 – O terrorismo .....	20
4.1. Sobre os conceitos de terrorismo .....	22
4.1.1. Terrorismo religioso .....	22
4.1.2. Jihadismo .....	22
4.2. Possíveis razões sociopolíticas para o jihadismo .....	25
4.3. Bases conceptuais e princípios ideológicos do jihadismo .....	26
Capítulo 5 – As organizações jihadistas na Península Ibérica .....	30
5.1. Antecedentes históricos do radicalismo islamista na Península Ibérica .....	30
5.1.1. Os Almorávidas e os Almóadas .....	30
5.2. As origens contemporâneas do jihadismo na Península Ibérica .....	32
5.3. A actividade jihadista em Portugal .....	35
5.4. A actividade jihadista em Espanha .....	40
5.5. Características estruturais e organização .....	43
5.6. Recrutamento e liderança .....	47
5.7. Financiamento .....	49

5.8. A interacção entre o terrorismo jihadista e o crime organizado.....	49
5.9. As ligações ao terrorismo global .....	54
Capítulo 6 – Al Qaeda .....	56
6.1. Origens .....	56
6.2. Estratégia .....	59
6.3. Financiamento .....	62
6.4. Estrutura antes do 11 de Setembro.....	65
6.5. Estrutura depois do 11 de Setembro .....	67
6.6. Al Qaeda em Espanha .....	70
6.7. Objectivos globais da Al Qaeda.....	73
6.7.1. A Reconquista do Al Andalus.....	78
6.7.2. O Restabelecimento do Califado .....	81
Capítulo 7 – Evolução das organizações jihadistas.....	56
7.1. O novo terrorismo jihadista e as novas ameaças .....	82
7.1.1. O terrorismo suicida.....	82
7.1.2. O terrorismo alimentar.....	86
7.1.3. O terrorismo espontâneo e sem liderança.....	88
7.1.4. A ameaça do ciberterrorismo.....	88
7.1.5. As armas de destruição massiva.....	90
7.2. As redes jihadistas e a Internet.....	93
Capítulo 8 – Os atentados terroristas de 11 de Março de 2004, em Madrid.....	96
8.1. Introdução.....	96
8.2. A origem .....	98
8.3. A rede de Abu Dahdah .....	99
8.4. O Grupo Islâmico Combatente Marroquino .....	101
Capítulo 9 – Radicalismo islamista na Península Ibérica: As respostas ao jihadismo .....	96
9.1. A evolução do jihadismo em Espanha depois de 11 de Março de 2004 .....	103
9.2. Tendências e lições aprendidas face à ameaça jihadista na Península Ibérica..	107
9.3. A luta contra o financiamento do terrorismo .....	110
9.4. Antiterrorismo e Contraterrorismo – Medidas adoptadas.....	112
9.5. A cooperação internacional .....	117
9.6. Os Serviços de Informações e a luta contra o jihadismo em Portugal e	



Espanha .....	123
Conclusões .....	128
Referências Bibliográficas.....	146

## **O Radicalismo Islamista na Península Ibérica – A Reconquista do Al Andalus**

### **Metodologia e definição de objectivo**

Neste trabalho a pesquisa é essencialmente bibliográfica, com a utilização de livros e artigos sobre o tema. O método será o de estudo de caso contextualizado, tentando compreender o fenómeno do jihadismo na Península Ibérica. Procurar-se-á localizar as suas raízes e identificar os grupos que representam este modo de intervenção junto da sociedade ibérica. Na expectativa de se obter informações adicionais sobre o modo de funcionamento destes grupos recorrer-se-á necessariamente a diversas fontes especializadas. Pretende-se que esta recolha abra espaço a uma adequada identificação das características estruturais, organização e modo de funcionamento deste tipo de organizações para, finalmente, se passar ao estudo da sua evolução e tendências.

Exposta a revisão de alguma literatura sobre o problema lançado, importa agora referir os moldes segundo os quais se deverá processar a investigação proposta. Deste modo, procederemos à análise de títulos de imprensa escrita portuguesa e espanhola.

## Pergunta inicial e formulação de hipóteses

Face aos objectivos revelados pelo movimento islamista<sup>1</sup> global, é intenção desta investigação dar resposta à seguinte questão:

**Espanha tem sido ao longo de décadas duramente castigada pelo terrorismo separatista, ao qual se juntou, anos mais tarde o de natureza islamista. Para além de uma história em comum, Portugal e Espanha partilham, igualmente, desde há séculos, o mesmo espaço – a Península Ibérica –. Poderão estas realidades desencadear um *efeito de contágio* que faça alastrar para o território português os indesejados efeitos da radicalização existente no país vizinho? O que explica o facto de Portugal ter sido, pelo menos até aos nossos dias, poupado ao movimento islamista radical?**

Como resposta são apresentadas as seguintes hipóteses:

- A. Portugal está exposto ao *efeito de contágio* da radicalização islamista existente em Espanha**
- B. Portugal não está exposto ao *efeito de contágio* da radicalização islamista existente em Espanha**

---

<sup>1</sup> Neste trabalho serão referidos os termos “islamita” e “islamista”. O primeiro identifica o crente que professa o islamismo. Esta associado à fé. Trata-se, pois, de um crente no Islão. Já o segundo termo alude a um partidário de uma aplicação integrista do Islão, tanto no domínio político como social, sendo, neste caso, de matriz ideológica.

## Introdução

Com o passar dos tempos, o esplendor da civilização do Al Andalus<sup>2</sup> viria a converter-se numa verdadeira referência para o resto do mundo islâmico. A sua cultura atingiria um elevado nível. O próprio árabe passaria a ser um idioma de culto. A cidade de Córdoba tornar-se-ia num dos centros culturais mais importantes do mundo islâmico e de toda a Europa. A Filosofia foi largamente difundida. Por seu turno, os diferentes domínios da ciência conheceram momentos de grande desenvolvimento. O comércio prosperou largamente.

A reconquista do território e da civilização do Al Andalus é, declaradamente, um dos principais objectivos da Al Qaeda. Para os jihadistas<sup>3</sup>, a perda do Al Andalus é considerada como a dramática viragem histórica a partir da qual se inicia a decadência do Islão. É por isso que a sua recuperação se torna numa das suas prioridades. A própria *Umma*<sup>4</sup> divulga mapas nos quais grande parte da Península Ibérica – Portugal e Espanha – continua a ser considerada *Dar al-Islam*<sup>5</sup>. O objectivo final do movimento é o de expandir o território islâmico por todo o globo, através da criação de um califado mundial baseado na *Sharia*<sup>6</sup>. Para concretizar esta ameaça são já muitos os grupos jihadistas ligados àquele movimento instalados em território europeu e, particularmente, em Espanha. Na verdade, para os sectores muçulmanos mais radicais a reconquista de todos os territórios que alguma vez estiveram sob o domínio do Islão constitui um dos seus eixos ideológicos centrais. O Al Andalus é mesmo considerado o mais emblemático de todos os territórios perdidos.

---

<sup>2</sup> Nome dado à Península Ibérica pelos invasores muçulmanos no século VIII.

<sup>3</sup> Combatente da *Jihad*. O termo *Jihad* significa, literalmente, *luta* ou *esforço*. Quer dizer, igualmente, *Guerra Legal* ou *Guerra Santa* contra os *infiéis*, de acordo a *Sharia*. Esta segunda acepção é a mais correntemente empregue pelos islamistas radicais ou jihadistas.

<sup>4</sup> Comunidade constituída por todos os muçulmanos do mundo.

<sup>5</sup> Terra do Islão.

<sup>6</sup> Lei Islâmica; a Lei de Deus.

Não se afiguram como viáveis os planos para a tão propalada recuperação do Al Andalus. Tal, todavia, não evitará profundas incertezas e generalizados sentimentos de insegurança, o que deverá merecer absoluta preocupação por parte daqueles que têm a seu cargo a prevenção e o combate ao tipo de ameaça que nos nossos dias constitui o terrorismo jihadista.

Neste contexto, e à luz dos acontecimentos, ocorridos em particular ao longo da última década, é propósito deste trabalho localizar as raízes do radicalismo islâmico na Península Ibérica, identificar os grupos instalados e actuates neste espaço, as suas características estruturais, organização, modo de funcionamento e motivações, a par das suas ligações ao terrorismo global para, finalmente, analisar a sua evolução e tendências.

Sendo reconhecido que este tipo de terrorismo no espaço europeu apanhou de surpresa as instituições dedicadas à sua luta, tal não significa que as mesmas não tenham obtido êxito na neutralização de acções terroristas já muito perto da sua execução. Por tal motivo, outro dos objectivos deste trabalho é o de estabelecer uma aproximação conceptual que proporcione uma melhor compreensão do terrorismo jihadista a ponto de permitir alcançar-se a sua efectiva erradicação. Torna-se, assim, claro que o conhecimento profundo dos processos internos das organizações que difundem o terror passou a ser fundamental para um diagnóstico seguro das suas forças e debilidades, o que permitirá adequar os mecanismos que conduzam à sua efectiva erradicação do mundo civilizado.

## Capítulo 1 – O Al Andalus

### 1.1. O período pré-islâmico na Península Ibérica: O Reino Visigodo

Oriundos do norte da Europa, da Germânia, os Visigodos chegaram à Península Ibérica, no princípio do século V (ano 416) com o firme propósito de estabelecer uma nova ordem na Península, ocupada por Vândalos, Suevos e Alanos, numa altura em que o Império Romano lutava, ainda, “para sobreviver à avalanche das invasões e um dos meios de defesa que utilizava era o de lançar grupos de bárbaros contra outros grupos de bárbaros” (Saraiva, 2007: 29). Somente no ano de 585, e após prolongada luta, o reino visigótico conseguiria fazer desaparecer o reino suevo, estabelecendo a sua capital em Toledo, cidade a partir da qual administrariam todo o reino.

O facto de os visigodos não serem católicos iria dificultar por largo tempo a sua fusão com os hispano-romanos. É, no entanto, com a sua presença “que se estabelecem na Península os traços fundamentais do que viria a ser a sociedade medieval portuguesa: uma sociedade tripartida, formada por clero, nobreza e povo” (Saraiva, *idem*, p. 30).

“Pouco a pouco, os visigodos foram-se romanizando, adoptando a língua, cultura e costumes locais até que o rei Recaredo se converteu ao cristianismo trinitário no III Concílio de Toledo, no ano 589”<sup>7</sup> (Aristeguí, 2005: 25).

Os sucessivos confrontos no seio da monarquia visigoda, motivados por razões eleitorais, resultam no seu profundo enfraquecimento. Por outro lado, o descontentamento dos camponeses hispano-romanos relativamente ao tratamento considerado discriminatório dos visigodos junta-se ao seu brutal anti-semitismo. Cristãos e judeus são levados a acreditar que com a chegada dos muçulmanos a sua situação melhorará. Tal, todavia, não viria a confirmar-se (*idem*).

Com a morte do rei Vitisa, no ano de 710, colocaram-se sérios problemas relativos à

---

<sup>7</sup> “Poco a poco los visigodos se fueron romanizando, adoptando la lengua, cultura y costumbres locales hasta que el rey Recaredo se convirtió al cristianismo trinitario en el III Concilio de Toledo, en el año 589”.

sua sucessão, o que deu lugar a uma guerra civil. Uma das partes em confronto, liderada por Ágila II, filho do monarca falecido, recorreria ao apoio de Tariq ibn Ziyad, chefe militar muçulmano, instalado no Norte de África, que, a partir de Ceuta, deu início à invasão dos territórios peninsulares, derrotando Rodrigo e pondo termo ao seu reinado. “A época dos visigodos acabou, pois, como havia começado: entre o sangue e o medo”<sup>8</sup> (Bonnassie, Gerbet e Guichard, 2008: 47). Nascia o Al Andalus, nome pelo qual passaria a ser identificada a quase totalidade do território peninsular.

### **1.2. A invasão muçulmana da Península Ibérica e o nascimento do Al Andalus**

O estado de crescente debilidade do Império Visigótico relacionado, sobretudo, com a sucessão dinástica no território peninsular leva os muçulmanos a acreditar no sucesso duma invasão. Esta iniciativa surge após um apelo de um dos grupos em contenda por essa sucessão. Assim, no ano de 711, tropas muçulmanas, compostas, essencialmente, por soldados berberes, vindas do Norte de África, comandadas por Tariq ibn Ziyad, dão início a conquista da Hispânia<sup>9</sup>. Com a derrota e capitulação do rei visigodo Rodrigo, na batalha de Guadalete, todos os territórios passam a ser progressivamente conquistados, à excepção de um pequeno reduto a norte da Península. “A rapidez com que os Muçulmanos conquistaram o Império Visigótico mostra a sua espantosa fragilidade” (Mattoso, 1992: 321).

No ano de 756, o Al Andalus, nome dado ao novo estado islâmico na Península, tornar-se-ia num emirado independente do califado de Damasco, sob a autoridade de Abderramão I, um príncipe da dinastia omíada, que estabeleceria a sua capital em Córdoba, cidade que viria a tornar-se numa das mais importantes e prósperas da Europa ocidental, a par da sua grande riqueza cultural.

Para além de Córdoba, a aristocracia árabe vai-se instalando, progressivamente, em cidades como Sevilha e Niebla. “Sob os califas omíadas de Damasco este território foi

---

<sup>8</sup> “La época de los visigodos acabo, pues, tal como había comenzado: entre la sangre y el miedo”

<sup>9</sup> Do latim *Hispânia*, foi o nome dado pelos antigos romanos a toda a Península Ibérica.

conquistado, e sob os seus descendentes, convertidos em emires desta longínqua província do seu antigo império, a sociedade andaluza adquiriu o seu indelével carácter árabe e islâmico” (Moreno, 2006: 10).

Com o decorrer dos anos os conflitos e as tensões entre a sociedade e o poder central vão-se acentuando, até que, no ano de 929, Abderramão III estabelece o califado omíada de Córdoba, tornando-se no primeiro califa do Al Andalus. Foi considerado como um dos líderes muçulmanos com maior prestígio em toda a Europa. Foi com ele que a civilização do Al Andalus em diferentes domínios conheceu o seu apogeu. Todavia, dadas as inúmeras crises internas e a progressiva pressão cristã, o Califado acabaria por se desintegrar, já no século XI, dando lugar ao aparecimento dos primeiros reinos de *taifas*<sup>10</sup>.

Devido à crescente rivalidade entre estes reinos a debilidade de alguns foi-se acentuando, vindo mesmo a perder os seus territórios. Paralelamente, a ameaça cristã dava os seus frutos, desde logo com a conquista da taifa de Toledo, por parte de Afonso VI, no ano de 1085. Foi nesta altura que os reis das taifas de Sevilha, Badajoz e Granada decidiram pedir o apoio dos almorávidas, instalados no Magrebe. A intervenção dos almorávidas, comandados pelo emir Yusuf ibn Tashufin, viria a resultar numa pesada derrota para Afonso VI, no ano de 1086, na batalha de Zalaca, pondo, assim, termo ao avanço das tropas cristãs.

Aproveitando os conflitos existentes entre os diferentes reinos, os almorávidas acabariam por alargar o seu domínio a todo o Al Andalus. Sob esta nova autoridade, diferentes cidades conheceram um significativo desenvolvimento. Sevilha transformar-se-ia na principal metrópole do Al Andalus.

Entretanto, mais a ocidente, levantam-se focos de oposição ao domínio almorávida, conduzidos pelos almóadas, uma potência religiosa berbere instalada em Marrocos, que, deste modo, reagiram ao alegado insucesso dos almorávidas no combate às

---

<sup>10</sup> Pequenos reinos islâmicos do Al Andalus.



investidas cristãs. Este seria, pois, “o último esforço muçulmano importante para expulsar os Cristãos” (Oliveira Marques, 1995: 60).

Agora, sob o domínio almóada, o Al Andalus conheceria um novo impulso no seu desenvolvimento com destaque para uma importante melhoria nas vias de comunicação. Mais a norte, os reis cristãos mantinham-se firmes no seu propósito de reconquistar os territórios perdidos.

Com a passar do tempo, o império almóada acabaria, igualmente, por não resistir à pressão cristã. No ano de 1212, tem lugar a Batalha de Navas de Tolosa que vai pôr termo ao domínio almóada. As tropas cristãs prosseguem a sua expansão e, neste período, são reconquistadas mais algumas cidades importantes, ficando, ainda, por alcançar o reino nazari de Granada.

Enquanto a sudoeste da Península a guerra com os muçulmanos tinha chegado ao fim, com a conquista de Silves pelas tropas de D. Afonso III, em 1253, mais a oriente, os castelhanos prosseguiram a sua luta pela reconquista dos territórios ainda na posse do inimigo. Finalmente, no ano de 1492, terminava o domínio árabe na Península Ibérica, com a tomada de Granada pelos Reis Católicos.

### **1.3. A civilização do Al Andalus**

Com a chegada dos árabes à Península a vida das populações esteve sujeita a enormes mudanças. Estes invasores não se dedicaram unicamente ao comércio e à guerra. A religião e o idioma serviram de base a uma nova civilização. Uma nova cultura foi então instalada, que acabaria por se alargar a todo o império. Todavia, este processo não significaria um corte com a cultura existente. Ambas acabariam por se interligar, dando lugar ao aparecimento de uma cultura com características muito particulares. Esta nova civilização tornar-se-ia das mais evoluídas em todo o mundo.

Do ponto de vista religioso, a população do Al Andalus, encontrava-se dividida entre

muçulmanos e *dhimmis*<sup>11</sup>. Estes estavam sujeitos ao pagamento de um imposto e a um conjunto alargado de proibições e obrigações profundamente humilhantes (Fanjul, 2005). Nos territórios ocupados continuavam a existir comunidades cristãs, que passaram a ser conhecidas como moçárabes. Apesar de, a princípio, merecerem o respeito dos ocupantes, os seus direitos eram limitados, comparativamente à população muçulmana. Ainda que frequentemente referida, a tolerância religiosa por parte dos dirigentes muçulmanos não terá passado de um mito. As comunidades não-muçulmanas estavam sujeitas ao pagamento de impostos especiais, ao mesmo tempo que se viram impedidas de construir os seus lugares de culto. Cristãos e judeus, para além de perseguidos, estiveram sujeitos a uma verdadeira marginalização. Em pleno século XI, muitos dos judeus de Granada foram mortos pelos almorávidas. Mais tarde, com o afastamento destes, os almóadas mantiveram-se fiéis a esta linha, forçando os judeus a converterem-se sob pena de morte. Com o passar do tempo, e à medida que o cerco cristão crescia, a situação agravar-se-ia (Fanjul, *idem*).

Tanto no domínio artístico como no da ciência os árabes e berberes que ocupavam a Península Ibérica começariam por recorrer aos conhecimentos deixados pela civilização visigoda. Só mais tarde, e fruto da ambição de alguns soberanos muçulmanos, se desenvolveria no Al Andalus uma ciência marcada pela originalidade.

A arte e as ciências, sobretudo as especulativas, como as matemáticas e a astronomia, conheceram uma apreciável expansão. Entre os séculos IX e X, o território conheceria uma autêntica revolução intelectual. O pensamento grego, sobretudo o aristotélico, marcaria profundamente a sua civilização. A ruptura com a tradição visigoda tornou-se inevitável. O Al Andalus inicia, assim, uma época de grande florescimento. Acentua-se uma cada vez maior diferença entre a sua civilização e a do resto da Europa, ainda sob influências culturais e económicas de grande complexidade.

Também no domínio do cultivo de terras, novas técnicas de aproveitamento agrícola

---

<sup>11</sup> Nome dado na história do mundo islâmico aos judeus e cristãos que viviam em Estados islâmicos.

trouxeram à economia do território um enorme progresso. A vida económica baseava-se na agricultura. O sul do território empenhava-se numa abundante produção de cereais. Terão sido mesmo os Árabes a introduzir na Península algumas culturas cerealíferas. Os olivais proliferavam bem assim como os pomares. Apesar da proibição islâmica do consumo de álcool, a população do território não a respeitava, daí o largo cultivo de vinhedos e a produção de vinho.

Nalgumas zonas do litoral oeste as actividades piscatórias eram largamente favorecidas. Os lacticínios eram produzidos em larga escala. Minas de ouro, prata, cobre e estanho proporcionaram importantes explorações. As redes de comunicação deixadas pelos romanos foram largamente melhoradas (Oliveira Marques, *op. cit.*).

Fruto da presença islâmica no território peninsular, a economia conheceu, igualmente, uma considerável expansão, passando de uma economia de tipo rural para uma outra acentuadamente urbana. A economia do Al Andalus estava baseada num regime de produtividade de cultivos, na indústria, no comércio e numa moeda estável (Rivero, 1982). “Naquela época, o Al Andalus era o mais brilhante e desenvolvido de todos os estados muçulmanos, e na Europa unicamente o Império Bizantino se lhe podia comparar”<sup>12</sup> (Bonnassie, Guichard, Gerbet, *op. cit.*, p. 85). O Al Andalus foi, na verdade, uma civilização que projectou para o exterior uma forte personalidade própria.

Todavia, nem todos os olhares sobre o Al Andalus estão de acordo em relação ao legado muçulmano e ao propalado esplendor da sua civilização. Muito menos no tocante ao ambiente inter-religioso. É, assim, que surgem vozes bem dissonantes como a de Fanjul (*op. cit.*), para quem a singularidade do Al Andalus não correspondeu ao que muitos autores insistem em defender. Para este autor, temas como a liberdade das mulheres, o cuidado tratamento dispensado aos escravos, a não obrigatoriedade de conversão ao islamismo e a estreita convivência entre muçulmanos, judeus e

---

<sup>12</sup> “En aquella época, al-Andalus era el más brillante y desarrollado de los estados musulmanes, y en Europa únicamente el Imperio bizantino se le podía comparar” (tradução nossa).

cristãos, e respectivas culturas, não passam de mitos verdadeiramente absurdos (Fanjul, *idem*). Também Vidal (2004) recorda que a população visigoda foi conquistada não de forma pacífica mas sim pela ponta da espada. Finalmente, sobre a questão cultural existe um amplo sector que defende uma realidade bem diferente da que muitas vezes é relatada: nos inícios do século VIII, os povos peninsulares viviam à luz das culturas clássica, cristã e germânica, num ambiente que as situava ao mais alto nível do mundo ocidental, e que terá sido a invasão islâmica que destruiu por completo a cultura reinante, tendo até criado uma perturbação social sem precedentes.

## Capítulo 2 – A Reconquista Cristã

### 2.1. O início da revolta

Com a derrota do último rei visigodo – Rodrigo –, em luta contra os invasores da Península, os reinos cristãos consideram-se os herdeiros do reino godo e, como tal, com o legítimo direito de reconquistar os territórios ocupados pelas forças árabes-muçulmanas. A Reconquista Cristã foi, assim, um movimento militar cristão de oposição a esta invasão e expansão territorial. Este movimento desencadear-se-ia logo após a ocupação. No ano de 718, e sob o comando de Pelágio, entretanto nomeado rei, seria dado início, a partir do seu Reino das Astúrias, a uma sucessão de acções que tinham como objectivo próximo os acampamentos militares muçulmanos. Todavia, esta primeira iniciativa de Pelágio não resultaria, tendo sido feito prisioneiro. Conseguiria, no entanto, escapar. A sua primeira grande campanha, a Batalha de Covadonga, de fundamental importância simbólica, teria lugar no ano de 722 (Aristeguí, *op. cit.*). Com ela um longo processo pela retomada dos territórios ocupados estava em marcha. Terminaria somente no ano de 1492, com o derrube do reino de Granada. Refira-se, no entanto, que o movimento não foi linear, conhecendo frequentes períodos de grande agitação tanto do lado cristão como do lado muçulmano devidos a lutas internas. Por estranho que pareça, os lados em confronto chegaram mesmo a aliar-se no combate ao inimigo comum. Tal foi o caso de El Cid, um nobre guerreiro espanhol, do século XI, que veio em favor dos muçulmanos de Saragoça combatendo forças cristãs aragonesas, supostamente com base em acordos de vassalagem existentes na época. O que se repete por volta de 1191, com a criação de uma aliança entre Portugal e Leão contra a tomada de alguns castelos junto à fronteira leonesa por parte dos Castelhanos. Este conflito iria, de resto, ser aproveitado pelas forças muçulmanas, que conquistam Alcácer do Sal e Silves.

No início da Reconquista eram ainda muitos os territórios pouco ou mesmo nada povoados. O seu repovoamento era decisivo para a boa implementação de uma estratégia defensiva coerente e, também, para o bom desenvolvimento da longa e difícil campanha que as tropas cristãs tinham pela frente.

Os muçulmanos não conseguiram ocupar a totalidade do território peninsular; a região montanhosa das Astúrias, de difícil acesso, tornou-se o bastião da resistência cristã. De resto, para os invasores esta região não suscitaria, logo de início, as suas preocupações. É, justamente a partir deste reduto que, sob o comando de Pelágio, têm início as acções armadas com vista à reconquista das terras em poder dos invasores muçulmanos.

## **2.2. As acções militares cristãs e o fim do domínio árabe**

Pouco tempo depois da ocupação da Península pelas forças muçulmanas, e devido, sobretudo, às rivalidades existentes entre os diferentes grupos detentores do poder, surgem os primeiros conflitos na organização do novo Estado, o que viria a abrir caminho à reacção cristã (Barbosa, 2008).

A partir do Reino das Astúrias, que havia sido fundado por Pelágio, em 718, tem lugar, algum tempo depois, no ano de 722, a Batalha de Covadonga, que ficará para a História como tendo sido a primeira grande vitória dos cristãos sobre os invasores muçulmanos e o ponto de partida da Reconquista Cristã. Mais tarde, no ano de 750, as forças cristãs, comandadas por Afonso I das Astúrias, instalam-se na Galiza, que havia sido abandonada pelos berberes.

Entretanto, os objectivos de expansão muçulmana continuavam em direcção ao Norte da Europa. Todavia, foram travados nos seus propósitos logo a partir do sul de França por acção de Carlos Martel, na Batalha de Poitiers, no ano de 732.

A partir do Reino das Astúrias, os cristãos aí acantonados deslocar-se-iam gradualmente para Sul promovendo a formação de novos reinos. Um desses reinos, o de Leão, daria lugar, mais tarde, à criação do Condado Portucalense (Mattoso, *op. cit.*).

Uma das regiões que maior resistência ofereceria seria a da Galiza, o que viria a revelar-se decisivo na modelação de alguns traços sociais da população aí instalada e que, mais tarde, estaria na origem da sociedade medieval portuguesa (Saraiva, *op.*

*cit.*).

Ainda antes do ano de 750, estalou uma revolta que opôs berberes a árabes, o que provocaria o abandono de algumas das zonas ocupadas (Saraiva, *idem*).

Em 760, o condado de Aragão é conquistado aos muçulmanos, a partir de Jaca.

A partir do ano de 791, Afonso II prossegue a sua marcha vitoriosa para Sul, chegando a comandar uma expedição até Lisboa.

O século X conheceu um período de abrandamento das campanhas militares cristãs e muçulmanas, muito por culpa da crise instalada entre os líderes cristãos, o que viria a ser aproveitado por Almançor, Governador do Al Andalus, que submeteria Leão, no ano de 995, empurrando o reino cristão para posições anteriores.

Entretanto, as fragilidades denunciadas pelos muçulmanos desencadeiam a forte reacção de Afonso III. Foi assim que “a última metade do século IX assistiu à primeira grande investida cristã peninsular contra uma região ainda não dominada” (Barbosa, *op. cit.* p. 29). Entre os anos de 886 e 910, Afonso III reconquista terras situadas no litoral ocidental, para além de Viseu, Lamego e Leão.

Em 912 é fundado o Califado de Córdoba, da dinastia Omíada, que assim se separa do Califado Abássida de Bagdade.

No ano de 939, tentando travar as investidas dos exércitos cristãos, Abderramão III, Califa omíada de Córdoba, é derrotado por Ramiro II de Leão.

No século XI, devido à fragmentação do Califado de Córdoba, no ano de 1031, surgem os primeiros reinos de *taifas* (Oliveira Marques, *op. cit.*). Esta circunstância é, de imediato, aproveitada por Afonso VI que, assim, prossegue a luta pela reconquista com a tomada de Toledo. “É claro que o fraccionamento do Califado e as lutas, por vezes violentas, em que se envolveram muitos dos reinos de *taifa*, favoreceram os Cristãos e o progresso da *Reconquista*” (Oliveira Marques, *ibidem*, p. 30).

Em 1085, Afonso VI conquista Toledo, convertendo-se no rei das três religiões existentes.

Alarmados com as sucessivas vitórias cristãs, os líderes muçulmanos pedem a intervenção dos Almorávidas que vêm em seu auxílio. Em 1086, tem lugar a Batalha de Zalaca, em Sagradas. Desta vez, Afonso VI sai derrotado. A intervenção almorávida trouxe de novo a unificação do Al Andalus, numa altura em que meia Espanha era ainda muçulmana (Oliveira Marques, *idem*). Todavia, esta circunstância não impede que mais a ocidente, no ano de 1093, as tropas cristãs tomem as cidades de Lisboa e Santarém. Ainda assim, um pouco mais tarde, em 1110, as tropas muçulmanas retomam Santarém.

Com a queda de Saraqusta (Saragoça), em 1118, da responsabilidade de Afonso I de Aragão, é dado um novo sinal de mudança. Em Marrocos, surge um novo partido – os Almóadas –, cujo fanatismo em breve irá agitar as populações. No Al Andalus, a repressão cada vez maior dos almorávidas deixa marcas, principalmente junto da população moçárabe (Oliveira Marques, *idem*). Esta situação viria a revelar-se-lhes desastrosa. “Tanto os Cristãos como os Almóadas se aproveitaram da anarquia política reinante” (Oliveira Marques, *idem*, p. 59), permitindo a Afonso Henriques tomar, definitivamente, Santarém e Lisboa, no ano de 1147. “A conquista de Santarém é importante do ponto de vista estratégico, mas também o é do ponto de vista psicológico, já que leva a ameaça às praças que se encontram mais a sul, e ‘desfaziam’ o conceito de defesa que representava o fecho da progressão através das colinas da zona de Tomar” (Barbosa, *op. cit.* p. 141).

Com o alvorecer do século XIII a Reconquista torna-se mais activa. Apesar desta tendência, mais a sul, os Almóadas, em 1203, uniam o território muçulmano, com a conquista da *taifa* de Maiorca, prosseguindo a sua expansão com a submissão de Mértola e Silves, no que era entendido como o derradeiro esforço muçulmano para expulsar os cristãos.

Já sob a influência do espírito de Cruzada são travadas as batalhas de Navas de Tolosa,



em 1212. Tropas cristãs, vindas dos mais variados pontos da Europa, especialmente de França, apoderam-se de alguns domínios almóadas. Assim, entre os anos de 1220 e 1230 é já patente o enfraquecimento do Império Almóada, que, de novo, se fragmenta em diversas *taifas*, o que vem a permitir um novo e definitivo alento das hostes cristãs. A faixa ocidental da Península – *Gharb Al Andalus* – passa para o domínio das tropas cristãs, comandadas por Afonso III, com a conquista de Silves, em 1253. “Durante cinco séculos, o espaço do Portugal de hoje esteve dividido entre cristãos e muçulmanos, com avanços e recuos de parte a parte, mas com uma fronteira gradualmente situada mais a sul” (Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 25). Mais tarde, no ano de 1348, com a tomada de Algeciras, fica, ainda, por conquistar Granada.

Entre 1482 e 1492 regista-se um conjunto de campanhas militares levadas a cabo pelos Reis Católicos, que terminaria com a rendição do rei Boabdil, da dinastia Nazari. Posto fim a este último foco de resistência muçulmana, a Reconquista Cristã chegava ao seu termo, a 2 de Janeiro de 1492.

## Capítulo 3 – A comunidade islâmica na Península Ibérica

### 3.1. A situação actual em Portugal

Os primeiros muçulmanos a chegar a Portugal eram estudantes universitários, vindos de Moçambique, da comunidade de origem indiana. Com o processo de descolonização em marcha foram chegando ao nosso país importantes parcelas de muçulmanos vindas, especialmente, de Moçambique, e pouco tempo depois, igualmente da Guiné-Bissau. A familiarização com a língua portuguesa foi um factor decisivo (Tiesler, 2005). Por essa ocasião é já detectada a presença de alguns muçulmanos oriundos de países árabes, do Senegal, da Índia e do Paquistão. A partir do início dos anos 90 começam a chegar a Portugal outros grupos de imigrantes, nomeadamente do Bangladesh. Para o desenvolvimento do movimento associativo islâmico é, no entanto, a população de origem moçambicana a que mais contributos oferece. Muitos destes cidadãos, pertencentes a uma classe média instruída, desempenham um papel determinante nos assuntos da comunidade (Tiesler, 2000).

Ao longo dos últimos anos, Portugal tem recebido um número crescente de imigrantes das mais diversas nacionalidades. A sua localização geográfica, próxima dos países do Norte de África, responsáveis pelos fluxos cada vez maiores de emigração em direcção à Europa e a integração europeia, a par das suas tradições de tolerância fazem de Portugal um dos destinos mais atractivos. Tal como vem acontecendo com outros países europeus, Portugal é ponto de chegada de cidadãos vindos do Mundo Árabe.

País relativamente novo em temas de imigração de massas, Portugal adoptou um quadro legal em matéria de integração composto por políticas favoráveis e de boas práticas. O reagrupamento familiar e o combate à discriminação colocam-no na segunda posição entre todos os países MIPEX<sup>13</sup>. Políticas algo favoráveis à concessão de residência de longa duração posicionam o país em quinto lugar na lista da UE-25. No tocante às políticas de acesso à nacionalidade, Portugal ocupa o terceiro lugar.

---

<sup>13</sup> É um guia para avaliação e comparação das políticas nacionais de integração de imigrantes dos países aderentes.

Segundo uma estimativa do *Sheik*<sup>14</sup> David Munir, *Imã*<sup>15</sup> da Mesquita Central de Lisboa, a população muçulmana a viver actualmente no nosso país rondará as 40 mil pessoas, dos quais uma parte significativa já nascida em Portugal. A grande maioria é sunita, havendo, contudo, uma importante percentagem de ismaelitas, um ramo xiita do Islão. O perfil desta comunidade é marcadamente lusófono. Na sua maioria são muçulmanos que têm o português como a sua língua materna. Esta circunstância terá contribuído para a sua mais fácil integração. A exemplo do que tem acontecido ao longo das últimas décadas com os muçulmanos da Europa, também os residentes em Portugal adoptaram alguns dos hábitos e referências culturais das populações de acolhimento, sem que tenham, todavia, renunciado aos seus próprios padrões (Tiesler, 2005).

Em Portugal, e em contraste com a situação vivida noutras sociedades europeias, uma das particularidades da comunidade muçulmana na sua relação com crentes doutras confissões assenta numa base de plena integração e tolerância religiosa mútua. A sua aparente falta de *visibilidade* ou de qualquer outro tipo de manifestações será fruto de em Portugal residir uma relativamente pequena comunidade muçulmana comparativamente a países como Espanha, França, Alemanha, Áustria ou Reino Unido. Por outro, o papel desempenhado pela Comunidade Islâmica de Lisboa tem-se revelado crucial tanto no estudo das necessidades de natureza religiosa, cultural e social das populações islâmicas, como na sua plena integração e inserção social na sociedade portuguesa.

Apesar do actual cenário económico internacional se mostrar desfavorável, os sinais até hoje revelados pela presença muçulmana em Portugal apontam para motivações exclusivamente relacionadas com o mercado de trabalho. Ainda assim, alguns analistas desta comunidade não excluem a possibilidade de algo mudar na imagem que a sociedade tem de si, caso surjam no nosso país novos integrantes animados por uma atitude de tipo radical face aos ocidentais. Na verdade, desde os tempos da chegada dos primeiros muçulmanos a Portugal muita coisa mudou. Actualmente, são muitos os imigrantes vindos de uma grande diversidade de países não-lusófonos, aos quais se

---

<sup>14</sup> Autoridade religiosa do Islão.

<sup>15</sup> O que dirige a oração na comunidade muçulmana.

colocam problemas de diferente natureza, nomeadamente o idioma e o novo contexto sociocultural. Esta *nova vaga* de imigrantes tende, pois, a criar novos espaços de comunicação e socialização. Acontecimentos como o 11 de Setembro de 2001 (11-S), nos Estados Unidos, o 11 de Março de 2004 (11-M), em Madrid, e o 7 de Julho de 2005 (7-J), em Londres têm, igualmente, contribuído para uma nova e desfavorável imagem acerca das comunidades islâmicas. Dependendo das condições de integração destes novos imigrantes, caberá, pois, às novas gerações muçulmanas a responsabilidade pelos novos caminhos a percorrer (Tiesler, *ibidem*).

### **3.2. A situação actual em Espanha**

Situação bem diferente da vivida em Portugal é a de Espanha, tanto pela dimensão da sua comunidade islâmica, como por um conjunto alargado de factores. Embora só recentemente Espanha se tenha tornado um país de imigração de massas, tal não impediu o facto de rapidamente ser um dos destinos mais procurados. Num estudo de opinião feito pelo Governo à comunidade muçulmana, entre 2008 e 2009, a maioria dos inquiridos revelou a sua enorme satisfação pelo nível de liberdade e pela qualidade de vida em Espanha. Já da sua parte, a opinião dos espanhóis em relação à comunidade muçulmana encontra-se, actualmente, bastante dividida, sendo mesmo de alguma rejeição e até de receio. Dados mais recentes apontam para uma esmagadora maioria de espanhóis que associam a religião muçulmana a fanatismo e a violência.

Nos anos de 2004 e 2005 registaram-se recordes no registo de fluxo de imigrantes, tanto legais como irregulares. Um dos maiores grupos de residentes legais nacionais de países terceiros é proveniente de Marrocos. Nos últimos anos a população imigrante marroquina aumentou significativamente. Uma segunda vaga chegou proveniente de outros países muçulmanos, em particular do Norte de África, fazendo parte de estratos sociais mais baixos, e que procuraram trabalho em sectores mais mal remunerados. Todavia, à excepção de Ceuta e Melilla, a história da comunidade muçulmana em Espanha é muito recente, remontando à década de 1970. Os primeiros imigrantes provinham, essencialmente, de países do Médio Oriente, em particular

palestinianos, jordanos, egípcios, libaneses e, sobretudo, sírios. Na sua maioria eram homens de negócios, estudantes e profissionais liberais da classe média, com um nível socioeconómico distinto da maioria da imigração muçulmana dos nossos dias. Sob o ponto de vista religioso, pertenciam, na sua maioria, ao ramo sunita (López García *et al.*, 2007).

Desde 1990, com a chegada a Espanha de imigrantes provenientes do Magrebe, a estrutura da comunidade islâmica foi-se modificando, dando lugar ao aparecimento de famílias mistas, sobretudo hispano-marroquinas (López García *et al.*, *idem*). Mais tarde, outros chegaram, desta vez com o estatuto de refugiados políticos. A população muçulmana está, de facto, em crescimento contínuo. Segundo o *Webislam*<sup>16</sup>, estima-se em mais de milhão e meio o número de muçulmanos a viver, actualmente, em Espanha, muito dos quais exercem funções de gestão e ocupam cargos elevados, sendo outros técnicos ou profissionais liberais, perfeitamente integrados na sociedade espanhola. Neste momento, existem em Espanha comunidades relativamente grandes de muçulmanos nativos com uma forte coesão e organização.

Já sobre o que representa o Islão para uma parte da sociedade espanhola, há um dado curioso a destacar relativamente à questão da conversão a esta religião: 70 por cento dos espanhóis convertidos nos últimos anos têm ligações à esquerda radical ou a grupos anti-sistema. De resto, o fascínio desta corrente política pelo Islão não é novo. Em 2007, o antigo Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol, Santiago Carrillo, afirmou num programa televisivo que "o Islão era um poderosíssimo instrumento revolucionário" contra os valores ocidentais que os Estados Unidos representam. Muitos militantes esquerdistas justificam essa simpatia afirmando que sem o islamismo as massas muçulmanas acomodar-se-iam e aceitariam a tirania capitalista.

Antes dos anos 90, Espanha era, basicamente, um país de passagem, nomeadamente para França, Bélgica e Holanda, devido a razões económicas e idiomáticas. Todavia, à medida que as condições de vida melhoram, esta situação tende a alterar-se, dando

---

<sup>16</sup> Portal islâmico, criado em 1997, pela Junta Islâmica de Espanha.

lugar a uma cada vez maior fixação de imigrantes em Espanha, vindos maioritariamente de Marrocos (López García *et al.*, *ibidem*).

Neste momento, Espanha ocupa a segunda posição, a par de Portugal, entre os 31 países MIPEX nas condições de acesso ao mercado de trabalho. As áreas do reagrupamento familiar, assim como as políticas de concessão de residência de longa duração são um pouco menos favoráveis. Nos domínios do combate à discriminação e de acesso à nacionalidade, Espanha ocupa, respectivamente, o 17º e o 14º lugar.

## Capítulo 4 – O terrorismo

### 4.1. Sobre os conceitos de terrorismo

Até hoje, poucos terão sido os termos geradores de tanta controvérsia como o de *terrorismo*. No entanto, é já no decorrer do século XIX que o *terrorismo* será entendido, como uma “forma ilegal de acção levada a cabo contra um Estado ou um regime político” (Benoist, 2009: 80). Na verdade, são vastíssimas as definições de terrorismo, acentuando a tónica sob pontos de vista bem diversos, como o jurídico, o social, o político ou até o académico. Há quem afirme tratar-se de um conceito profundamente subjectivo, que, no fundo, depende da perspectiva da vítima ou, pelo contrário, da óptica dos autores do atentado, para os quais as acções terroristas são simplesmente mais um meio que têm ao seu alcance para se “defenderam dos males que lhes são causados pelas próprias vítimas”, através de ataques contra as suas legítimas expectativas de independência ou contra os seus valores religiosos. Para o terrorista, o recurso a este tipo de solução é o único que está definitivamente ao seu alcance. Ainda que tenha que se submeter ao *martírio* (Sanmartín, 2005). De um modo geral, “a lógica moral do islamismo descansa sobre dois pilares: os muçulmanos têm uma causa justa e, perante a impossibilidade de a defender mediante armas convencionais, podem e devem fazê-lo com armas extraordinárias, incluindo o *martírio*”<sup>17</sup> (Sanmartín, *idem*, p. 19).

A imprevisibilidade e a premeditação do acto terrorista são algumas das principais particularidades deste tipo de violência. Uma outra assenta no destinatário desse acto. Contudo, são só duas as características que distinguem o terrorismo de outras formas de violência. Assim, o terrorismo dirige-se contra pessoas que não têm a qualidade de combatentes. Depois, a violência é empregada com o propósito de infundir medo junto daqueles aos quais são dirigidos os seus ataques. Com efeito, sendo a população civil a que mais adequadamente reage aos seus propósitos, é, também, a que principalmente motiva as suas orientações de difusão do terror, já que para os

---

<sup>17</sup> “...la lógica moral del islamismo descansa sobre dos pilares: los musulmanes tienen una causa justa y, ante la imposibilidad de defenderla mediante armas convencionales, pueden y deben hacerlo con armas extraordinarias, incluyendo el *martírio*” (tradução nossa).

terroristas é a sociedade civil atingida a que em melhores condições está para forçar a mudança. A população suporta, pois, um efeito instrumental. Assim, quanto mais aterrorizador for o atentado e maior divulgação o mesmo tiver, mais satisfeitos estarão os seus objectivos. São, disso, exemplo os atentados de Nova Iorque e de Madrid (Sanmartín, *ibidem*).

Enquanto para a especialista norte-americana Stern (2001: 33), o *terrorismo* é entendido como “o emprego ou ameaça de violência contra não combatentes, como uma finalidade de vingança ou intimidação, ou para influir de alguma outra forma sobre um determinado sector da população”<sup>18</sup>, para Laqueur (1996), o terrorismo é definido “como o emprego da violência ou ameaça de violência com a finalidade de semear o pânico na sociedade e enfraquecer ou mesmo derrubar aqueles que detêm o poder e produzir uma mudança política”<sup>19</sup>. Da sua parte, Napoleoni (2004) entende que sendo o terrorismo um fenómeno político, nunca se alcançará uma definição amplamente consensual do termo enquanto o mesmo prevalecer no âmbito da política. Finalmente, e de acordo com as Nações Unidas<sup>20</sup>, terrorismo “é qualquer acto destinado a causar a morte ou lesões corporais graves a um civil ou a qualquer outra pessoa que não participe de forma directa nas hostilidades de uma situação de conflito armado, quando o propósito do dito acto, pela sua natureza ou contexto, seja o de intimidar uma população ou de obrigar um Governo ou uma organização internacional a realizar um acto ou a abster-se de o fazer”.

Apesar das múltiplas definições a que o termo tem sido sujeito, Barbosa *et al.* (2006: 119-120) adianta que todas elas se resumem às seguintes premissas: “1. O terrorismo é o uso previsto de uma violência convertida de um crime ou ameaça de violência; 2. Terrorismo é uma selecção deliberada de uma tática para efectuar mudanças; 3.

---

<sup>18</sup> “El empleo o amenaza de violencia contra no combatientes, com una finalidad de venganza o intimidación, o para influir de alguna outra forma sobre un determinado sector da población” (tradução nossa).

<sup>19</sup> “Application of violence or threatened violence intended to sow panic in a society, to weaken or even overthrow the incumbents, and to bring about political change” (LAQUEUR, Walter. *Terrorismo posmoderno*, Foreign Affairs, Vol. 75, Nº 5, 1996) (tradução nossa).

<sup>20</sup> Resolução 1269, de 19 de Outubro de 1999, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.



Terrorismo é atingir pessoas inocentes, incluindo militares; 4. Terrorismo é o uso de actos simbólicos para atrair os *media* e obter larga audiência; 5. Terrorismo é uma forma ilegítima de combate, mesmo em guerra; 6. O terrorismo nunca é justificado”.

#### **4.1.1. Terrorismo religioso**

Como o próprio nome indica, trata-se, neste caso, de uma forma de violência religiosa. Também aqui, não existe consenso quanto à sua definição. Entretanto, já no declinar do século XX, assiste-se ao ressurgimento de um terrorismo com estas características, igualmente conhecido como *terrorismo islamista* ou *ihadismo*<sup>21</sup>, impulsionado por aqueles cujas motivações se encontram plasmadas nas suas interpretações do Islão. Esta nova expressão do terrorismo arrasta consigo novos e justificados motivos de profunda preocupação para todo o mundo civilizado, tendo em conta o seu já muito elevado registo de atrocidades.

Tanto a 11 de Setembro de 2001, como a 11 de Março de 2004, os terroristas islamistas não somente realizaram atentados massivos como indiscriminados em relação às suas vítimas. Mais do que vítimas humanas, o que escolhem, criteriosamente, são os lugares onde irão ocorrer os atentados. Igualmente, mais do que as vítimas, é o local que simboliza o poder e a cultura que ameaçam a sua forma de vida. O *World Trade Center*, local carregado de simbolismo, representava o *mal e a submissão económica de muitas nações*. Outros locais, igualmente atingidos, como algumas embaixadas dos Estados Unidos, possuem uma forte carga simbólica. Entretanto, o impacto mediático encarregar-se-á do resto (Sanmartín, *op. cit.*). Na verdade, os objectivos do terrorismo passam pela criação de um verdadeiro clima de insegurança. “O terrorismo está pensado para aterrorizar” (Juergensmeyer, 2001: 5).

#### **4.1.2. Jihadismo**

Os cinco pilares do Islão – a profissão de fé (*shahada*), a oração (*salat*), o jejum (*sawm*), a caridade (*zakat*) e a peregrinação (*hajj*) – constituem-se como os deveres

---

<sup>21</sup> Termo derivado de *Jihad*, que identifica a ala mais violenta e radical da visão ideológica do Islão político.

básicos de cada muçulmano. Todavia, para os radicais islamistas, a *Jihad* é aceite como sendo a obrigação mais importante logo depois do cumprimento dos cinco pilares do Islão. Algumas correntes do pensamento islâmico defendem a *Jihad* como um conceito particularmente abrangente tendo como inimigos todos aqueles que se opõem aos mais sagrados princípios do Islão. Entretanto, nos ditos do Profeta Maomé são descritas duas formas de *Jihad*: a *Maior*, como sendo a luta interior de cada um pelo domínio da sua alma; e a *Menor*, que se refere ao seu esforço pela divulgação da mensagem do Islão, que não tem limites espaciais ou temporais e que só terminará quando todo o mundo tenha aceite ou sido submetido à autoridade do Estado Islâmico.

No mundo islâmico, o termo *Jihad*, é assumido prioritariamente como um princípio ético. Para a larga maioria dos muçulmanos significa o empenhamento por uma boa causa. Já no Ocidente, o termo *jihadismo*, derivado da *Jihad*, é utilizado para identificar a componente mais radical do islamismo, onde se verifica um recurso sistemático ao terrorismo. Os próprios grupos terroristas rotulam as suas acções como sendo a *jihad islâmica* e que tem como objectivo o castigo e a submissão dos *infiéis*. Este conceito é, no entanto, rejeitado pela corrente moderada do Islão, para quem o Livro Sagrado dos muçulmanos não contempla qualquer tipo de alusão a iniciativas violentas. Na verdade, o termo *Islão* está associado à fé, ao passo que *islamismo* identifica uma ideologia. Será, pois, um equívoco confundir o terrorismo com o Islão ou mesmo com a comunidade islâmica em geral.

Assim como muitas outras, também a palavra *Jihad*, à luz de um contexto religioso, é vasta em significados. Alguns até de sinal bem contrário. Talvez por isso, amplos sectores da vida política, académica e religiosa islâmica contemporâneas sublinhem reiteradamente que o termo apenas significa, verdadeiramente, *esforço*, tanto nas suas vertentes espiritual como pessoal. Todavia, foi justamente num contexto religioso histórico, à época de Maomé, que tiveram lugar inúmeras perseguições e violência física em nome da islamização e da expansão territorial de conformidade com as leituras do Alcorão. Desde o nascimento do Islão, no século VII, muitas outras guerras receberam o título de *Jihad*. No entanto, esta *jihad global*, como, de resto, outras

ofensivas jihadistas regionais, com algumas décadas, tem o recurso prioritário a métodos terroristas (Ibáñez e Jordán, 2007). O certo é que o fundamentalismo apoiado nas diferentes interpretações do Islão tem dado lugar a um conjunto apreciável de conceitos. Por tal motivo, especialistas do mundo inteiro passaram a identificar este fenómeno extremista com uma terminologia diversa. Denominações como *fundamentalismo islâmico*, *revivalismo islâmico*, *islamismo*, *terrorismo islamista* ou *jihadismo* passaram a fazer parte do léxico de académicos e jornalistas. Uma última nota para referir que a estes neologismos se juntam outros dois: *islamita* e *islamista*. No seu uso corrente, o primeiro serve para identificar *alguém que professa o Islão*, enquanto o segundo se refere a *todo aquele que aderiu a uma interpretação radical ou mesmo terrorista do Islão*.

No seu trabalho, Aristeguí (*op. cit.*), lembra que a *Jihad* é um conceito essencial no Islão, estando por tal motivo sujeito a manipulações e distorções abusivas por parte dos radicais e islamistas, encontrando aí justificação para todo o tipo de barbárie. Ainda segundo este autor, alguns eruditos da Lei Islâmica consideram mesmo a *Jihad* como o *sexto* pilar não declarado do Islão, ao qual associam, ainda, ideias de conquista e expansão.

O derrube dos regimes corruptos e ímpios da *Umma* e a reconquista de todos os países e territórios que alguma vez estiveram sob domínio do Islão, com destaque para Portugal e Espanha, estão entre os principais objectivos estratégicos do islamismo radical e dos jihadistas. De resto, as associações islâmicas mais conservadoras e radicais não se eximem em ocultar as suas reais intenções em relação à Península Ibérica. O restabelecimento do Califado surge, finalmente, como a derradeira etapa dessa conquista global. Para além destes, há, ainda, que referir os objectivos tácticos ou de curto prazo, enquanto instrumentos para alcançar os estratégicos, e que passam pela criação de um clima generalizado de insegurança entre a população ocidental através de ataques indiscriminados e de surpresa. Outro dos objectivos, visa, ainda, o recrutamento crescente de novos combatentes pela causa jihadista (Aristeguí, *idem*).

#### 4.2. Possíveis razões sociopolíticas para o jihadismo

Em geral, as razões apontadas pelos grupos terroristas para justificar as suas acções violentas estão vinculadas em motivações de carácter ideológico, onde a justiça social ocupa a primeira linha. Em países de menor desenvolvimento, a pobreza e o descontentamento social revelam-se como motores desta violência terrorista. Já no Médio Oriente, o fanatismo religioso a par de motivações culturais e de conquista territorial estão entre as causas principais deste flagelo. No passado, factores genéticos a par dos efeitos provocados pelos ambientes familiar e social eram tidos como os principais responsáveis pela criação dum potencial terrorista. Esta interpretação é, no entanto, liminarmente recusada por especialistas como Sanmartín (*op. cit.*), para quem, face aos actuais conhecimentos científicos no domínio da biologia não existe absolutamente nada que permita sustentar tal hipótese, admitindo, contudo, parecer haver uma “transmissão intergeracional” do terrorismo (Sanmartín, *idem*, p. 96).

Sendo reconhecida a profunda rejeição das tradições e dos valores culturais defendidos pelo Ocidente é de admitir que os apoiantes do jihadismo encontrem nestes valores um justificado apelo ao combate. De igual modo, os níveis de crescimento gerados pela globalização, dos quais as economias ocidentais parecem ser as principais beneficiárias, em absoluto contraste com o drama vivido por algumas das sociedades donde derivam os radicais, concorrem para a instalação de uma profunda clivagem entre estas civilizações. Neste último caso, a injustiça social surge como o principal factor desencadeador da luta contra um Ocidente opressor. Há, contudo, estudos que demonstram a praticamente inexistente relação entre pobreza e terrorismo. É, deste modo, que, nos nossos dias, se tem mostrado mais difícil identificar as verdadeiras motivações para a barbárie terrorista, apesar de, frequentemente, serem referidas razões de índole religiosa, às quais está associado aquilo a que os islamistas chamam de “corrupção espiritual” do Ocidente. Para os islamistas o mundo está dividido em duas partes: a boa e a má; a moral e a imoral; o Islão e os infiéis, estes representados pelo resto do mundo.

Entretanto, no quadro de especialistas nesta matéria há uma clara divisão entre os que encontram na pobreza e na injustiça social as principais causas do terrorismo islamista e aqueles que contestam tal argumento. Deste lado, estão os que duvidam da tese do terrorismo associado à pobreza, dando como exemplo os responsáveis pelos múltiplos atentados levados a cabo um pouco por todo o planeta e a sua pertença a classes economicamente sólidas ou procedentes de países ricos, como foi o caso do líder da Al Qaeda, Bin Laden. Noutros países, que, alegadamente, enfrentam crises de pobreza, e donde provêm grande número de terroristas, o rendimento das suas populações está longe de ser alarmante. “Por outro lado, o islamismo radical que serve de base ideológica à *jihad* terrorista expandiu-se eficazmente em países, regiões e bairros prósperos”<sup>22</sup> (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*, p. 18). Daqui se poderá inferir que, se a pobreza fosse determinante nas motivações dos grupos terroristas islamistas, os seus aderentes proviriam de países efectivamente afectados por esta falta de recursos. “O que sucede é que o terrorismo islamista beneficia da existência de situações de pobreza ou de injustiça para atrair jovens, em muitos casos idealistas, para as suas fileiras”<sup>23</sup> (Sanmartín, *op. cit.*, p. 99). Da sua parte, o *Sheik* Munir, admite que “as motivações para as diferentes interpretações do Islão poderão residir num contexto de maiores dificuldades vividas pelas populações de cada país muçulmano”.

#### 4.3. Bases conceptuais e princípios ideológicos do jihadismo

Tal como noutras grandes religiões, o Islão não é homogéneo, havendo diferentes correntes islâmicas que dão uma interpretação distinta do Alcorão e dos *ahadith*<sup>24</sup> (Sanmartín, *idem*). *Jihadismo*, assim como *Salafismo* ou *Wahabismo* são movimentos religiosos que estão na base de conceitos conotados com o termo *Islamismo*, e que possuem significados idênticos. O islamismo surgiu, sobretudo no Egipto, em finais da década de 1920, tendo-se propagado por todo o mundo no decurso na segunda

---

<sup>22</sup> “Por otro lado, el islamismo radical que sirve de base ideológica a la yihad terrorista se ha expandido eficazmente en países, regiones y barrios prósperos” (tradução nossa).

<sup>23</sup> “Lo que sucede es que el terrorismo islamista se beneficia de la existencia de situaciones de pobreza o de injusticia para atraer a jóvenes, en muchos casos idealistas, hacia sus filas” (tradução nossa).

<sup>24</sup> Plural de *hadith*. É um corpo de leis, lendas e histórias sobre a vida do Profeta Maomé e dos seus companheiros.

metade do século XX. Apesar de todos os movimentos e grupos jihadistas que recorrem ao terrorismo serem islamistas, há que reconhecer que nem todos os islamistas aderem ou aprovam a jihad violenta, dedicando-se, bem pelo contrário, a actividades perfeitamente legítimas e pacíficas.

Merecedor de justificadas e sérias preocupações, o *Salafismo Jihadista*, é um movimento relativamente recente, que se assume como herdeiro do reformismo religioso salafista ao qual junta a componente terrorista jihadista. Para Ibáñez, trata-se mesmo “de uma corrente de pensamento islâmico sunita puritana, retrógrada e sectária”, que estará na origem de uma diversidade de agrupamentos e organizações que têm como propósito a transformação da vida social e política dos países muçulmanos através da instauração da Lei Islâmica – a *Sharia* –. Sayyid Qutb (1906-1966), activista político ligado à Irmandade Muçulmana, surge como a principal referência do movimento. Por seu turno, a organização Al Qaeda tem-se revelado, no contexto internacional, como a principal executora desta orientação ideológica.

A corrente jihadista só mais recentemente se mostrou ao mundo, tendo dado já para entender a sua tendência profundamente radical. Em comum, todos estes movimentos têm o facto de proclamarem um “Islão autêntico” e reclamarem o retorno à tradição, numa clara reacção ao que entendem ser o declínio moral e político da comunidade muçulmana ao longo de diferentes épocas. Os seus objectivos passam, assim, pela purificação da vida islâmica, como único caminho para responder aos problemas da sociedade. Estas correntes distinguem-se entre si, no entanto, quanto às estratégias a seguir para a concretização desses mesmos objectivos. Quanto aos propósitos seguidos pelo movimento jihadista, estes passam pela recuperação dos territórios do Islão *usurpados* por governos não muçulmanos, territórios esses dos quais fazem parte, por exemplo, o *distante* Al Andalus, a Palestina, o Afeganistão e a Chechénia, e também pelo derrube dos governos ímpios, apóstatas ou corruptos, grande parte deles muçulmanos, até que, finalmente, seja reinstalado à face da Terra o Califado Universal.

No seu discurso, os islamistas recorrem sempre a um conteúdo ideológico de carácter

marcadamente religioso. É, assim, que para os fundamentalistas do Islão não há divisão possível entre a religião e a política. Do mesmo modo, o Estado Islâmico deve ser regido pela *Sharia*. Ibn Taymiyyah (1263-1328), célebre pensador e teólogo islâmico, conhecido pela sua frontal oposição a qualquer tipo de inovação nas interpretações dos textos alcorânicos, e sem dúvida um dos principais inspiradores do actual salafismo, afirmava, a este propósito, que “infiel é todo aquele que segue as leis humanas e não a lei divina”.

Naturalmente, que nem todos os muçulmanos aderem ao apelo radical defendido pelos islamistas ou a qualquer tipo de violência, apoiando até todos os esforços feitos no sentido da paz e da concórdia. Ainda assim, apesar de os jihadistas e seus simpatizantes corresponderem a uma pequena parcela dum universo de 1.500 milhões de muçulmanos, não deixa de ser preocupante o número dos que, efectivamente, pertencem ao grupo dos que advogam o uso da violência jihadista (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*). De acordo com alguns estudos, o número de membros activos e devotos pertencentes a diversas organizações jihadistas, algumas com ligações à Al Qaeda, situar-se-á na ordem das dezenas de milhar, ao passo que o número daqueles que simpatizam com a causa jihadista ou com alguns aspectos da sua ideologia poderá chegar a largas dezenas de milhões ou talvez mesmo a algumas centenas de milhão, em função dos critérios de análise adoptados. Da sua parte, a organização Al Qaeda reunirá largas centenas de membros que juraram lealdade ao grupo e ao seu líder (Clarke, 2004: 29-31).

Pelo atrás exposto, poder-se-á concluir que o salafismo jihadista não é um fenómeno ideológico recente. A ambivalência e as muitas contradições existentes tanto nas leituras do Alcorão como nos *ahadith* permitiram a criação de condições favoráveis às mais diversas interpretações, algumas delas de carácter bem radical, e que os ideólogos islamistas fazem subsistir nos nossos dias.

As semelhanças entre as várias correntes do islamismo radical não se encontram unicamente nos seus conteúdos ideológicos como, também, nas condições políticas e sociais que estiveram na sua origem e deram lugar à sua propagação. O islamismo

contemporâneo surge numa época em que os governos e a cultura ocidental reforçaram a sua influência sobre o mundo muçulmano cada vez mais decadente. É justamente em ambientes de crise social e política vividos ciclicamente ao longo dos tempos pelas comunidades muçulmanas, e em diferentes épocas, que o salafismo marca a sua presença *purificadora*. É neste ambiente, pois, que os jihadistas impõem o seu próprio modelo de sociedade e encontram terreno propício à difusão da fé islâmica. A partir da década de 1970 surgem as primeiras versões da jihad terrorista, cujo propósito é o da propagação universal do Islão. A qualquer custo (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).



## Capítulo 5 – As organizações jihadistas na Península Ibérica

### 5.1. Antecedentes históricos do radicalismo islamista na Península Ibérica

O fenómeno do islamismo radical não é novo. Na longínqua Idade Média, também os povos da Península Ibérica sofreram os efeitos da intolerância religiosa dos invasores muçulmanos. Com efeito, já no século VIII, os Omíadas eram reconhecidos pela sua ortodoxia religiosa, marcada por um rigor levado até aos limites mais extremos. Era uma ideologia que não admitia o mínimo reparo aos seus fundamentos religiosos. A sua defesa era mesmo uma questão de vida ou de morte. Esta profunda determinação reflectia-se no aumento do corpo de clérigos muçulmanos imposto às populações, e a sua crescente expansão por todo o Al Andalus tinha por objectivo assegurar um controlo social cada vez mais efectivo sobre “blasfemos e apóstatas” (Moreno, *op. cit.*).

Após a ocupação da Península pelos muçulmanos, a comunidade moçárabe, descendente dos antigos cristãos hispano-góticos, continuou a fazer parte integrante da sociedade do Al Andalus. Apesar de, a princípio, merecerem o respeito dos ocupantes os seus direitos eram limitados, comparativamente à população muçulmana. Para muitos eram mesmo considerados como uma “raça impura”. Estas comunidades estavam sujeitas ao pagamento de impostos especiais, ao mesmo tempo que se viam impedidas de construir os seus lugares de culto. Progressivamente, e à medida que a ocupação avançava, a inicial tolerância muçulmana foi-se perdendo. Ao longo de toda a história do Al Andalus há relatos de uma permanente perseguição e submissão de cristãos e judeus por parte dos governantes muçulmanos. Essa repressão era tanto de natureza ideológica como intelectual. Nos séculos IX-X eram aplicadas proibições à aquisição e uso de indumentárias cristãs. Em matéria de litígio entre cristãos e muçulmanos, as contendas eram sempre resolvidas pelos tribunais islâmicos. Também a aplicação da pena de morte estava prevista para os *dhimmi*s que ofendessem o Profeta ou o Islão (Fanjul, *op. cit.*).

### 5.1.1. Os Almorávidas e os Almóadas

A história do Al Andalus acabaria por revelar uma natureza profundamente opressora das dinastias almorávida e almóada. Apesar de raramente citadas, as mesmas representaram, de facto, a génese dos movimentos renovadores radicais islamistas. Tal como os salafistas modernos, lutavam contra a decadência do Islão (Aristeguí, *op. cit.*). Com a chegada ao território peninsular, sucessivamente, das dinastias Almorávida e Almóada, provenientes do Norte de África, a população não-muçulmana conheceu bem os efeitos do fundamentalismo religioso imposto por estes novos invasores.

Os objectivos iniciais dos almorávidas, para quem o Al Andalus se tornara um território “decadente e corrupto”, eram os de estabelecer uma comunidade política que permitisse a aplicação dos princípios islâmicos aos não-muçulmanos, quer através da doutrinação quer por via da guerra. É, assim, que, aproveitando o pedido de auxílio feito pelos reis das *taifas* de Sevilha, Badajoz e Granada ao chefe dos almorávidas, Yusuf ibn Tashufin, tem lugar, no ano de 1086, a invasão da Península. Apesar de, num primeiro confronto, terem saído vitoriosas, as tropas cristãs viriam mais tarde a sofrer uma pesada derrota. Com a unificação do Al Andalus imposta pelos almorávidas, de facto os primeiros islamistas da História a estarem organizados como Estado, todo o território passou a ficar submetido à sua autoridade fanática. Com o passar do tempo, no entanto, os almorávidas começam a evidenciar sinais de decadência, associados a uma crescente contestação por parte da população mais ortodoxa. Deste modo, a sua queda tornou-se inevitável, em 1145, abrindo lugar a um novo período de instabilidade no território. Aproveitando o crescente enfraquecimento dos almorávidas, e por os considerarem decadentes, e até apóstatas, os almóadas entendem dever proceder à sua substituição enquanto governantes tanto de Marrocos como do Al Andalus. Em 1147, o controlo do Al Andalus passa, então, para as mãos dos almóadas (Aristeguí, *ibidem*). Curioso será notar que os próprios almorávidas eram considerados pelos almóadas *kuffar*<sup>25</sup>, por não aceitarem a sua rigorosa interpretação

---

<sup>25</sup> Plural de *kafir*. É o nome dado pelos muçulmanos aos “não crentes”. Actualmente, mesmo os muçulmanos que se recusem a aceitar uma interpretação rígida das escrituras poderão ser considerados

dos textos sagrados. Por tal motivo foram, também eles, impiedosamente perseguidos.

O profundo fanatismo dos almóadas a par duma marcada incoerência doutrinária acabaria por resultar numa combinação explosiva. Deste modo, tem início o período das perseguições desenfreadas a todos aqueles que são considerados apóstatas ou politeístas.

Apesar dos problemas internos resultantes da contestação e descontentamento dos habitantes do Al Andalus, e agravados por divisões políticas na sua base de poder, os almóadas viram, ainda assim, consolidado o seu poder. Esta situação vivida na Península colocaria de sobreaviso os governantes do resto da Europa. Até mesmo para a corrente moderada do Islão a implacável repressão almóada poderia significar a sua extinção.

Assim, com o propósito de pôr termo ao domínio almóada, e após a proclamação de cruzada contra os muçulmanos, por parte do Papa Inocêncio III, reúnem-se na Primavera de 1212 os exércitos cristãos de Afonso VIII de Castela, Afonso II de Portugal, Pedro II de Aragão, Sancho VII de Navarra e os cruzados europeus que marcham em direcção ao sul. Pelo caminho, vão conquistando algumas fortalezas inimigas. Finalmente, em Navas de Tolosa, encontram-se com o exército almóada ao qual impõem uma derrota. Com esta importante e significativa vitória sobre as forças invasoras tem, assim, início a queda da dominação almóada e um novo desmembramento do Al Andalus em reinos de *taifas*, o que terá permitido a sua gradual extinção face à pressão cristã. O Reino de Granada viria a ser o último reduto conquistado pelas forças cristãs.

## **5.2. As origens contemporâneas do jihadismo na Península Ibérica**

O início da actividade terrorista em Portugal ficou marcado, primeiro com o atentado à

---

*kuffar* pelos fundamentalistas do Islão.

Embaixada de Israel, em 1979, que se saldou num morto e vários feridos. Dois anos mais tarde, é assassinado o adido comercial da Embaixada da Turquia, por um comando arménio. A 10 de Abril de 1983, tem lugar um atentado no Algarve, no Hotel Montechoro, levado a cabo por um comando extremista palestino da Organização Abu Nidal, por ocasião de um congresso da Internacional Socialista, que vitimou Issam Sartawi, fundador da Organização para a Libertação da Palestina. Ainda no mesmo ano, a 27 de Julho, o comando arménio ASALA (*Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia*) assalta as instalações da Embaixada da Turquia, em Lisboa. Desta acção resultou a morte de sete pessoas, entre as quais se encontravam todos os integrantes do grupo de assalto. Todavia, nenhum destes atentados terroristas poderá, em absoluto, ser enquadrado no âmbito do radicalismo islamista.

Apesar de haver um conjunto de razões que apontam para um aparente alheamento das organizações jihadistas relativamente a Portugal, das quais ressaltam as particularidades da comunidade muçulmana aqui residente e o pouco simbolismo do país, tal não significa que a actividade destes grupos seja inexistente. É de admitir que o nosso país possa ter estruturas de apoio ao terrorismo islamista internacional a coberto de actividades perfeitamente credíveis, entre as quais organizações não-governamentais orientadas para a solidariedade com a comunidade islâmica. De resto, a exemplo do que está a acontecer a nível internacional. Ainda assim, apesar de em Portugal não se estar a detectar uma intensa actividade nestas áreas há a destacar episódios relacionados com a falsificação e contrafacção de documentos de identidade e cartões de crédito, para além do auxílio à imigração ilegal, indiciadores duma efectiva actividade relacionada com o radicalismo islamista. Há, de resto, relatos sobre a permanência ou repetidas passagens de elementos radicais pelo nosso país ao longo dos últimos anos, não se chegando mesmo a saber qual o propósito dessas presenças.

Outro importante factor a ter em conta é a livre circulação de pessoas em território europeu. Com as facilidades concedidas pela convenção assinada entre os países que integram o Acordo de Schengen<sup>26</sup>, foram abertas as portas também para a *livre*

---

<sup>26</sup> Trata-se de uma convenção entre diversos países europeus sobre a política de livre circulação de pessoas.

*circulação* do terrorismo, o que permite uma preocupante disseminação desta ameaça. Assim sendo, países com as características de Portugal podem, perfeitamente, tornar-se os novos *santuários* de destino de grupos jihadistas, acolhendo no seu território *zonas de suporte* ou de *retaguarda*, em particular células *adormecidas* e *oficinas de logística*. A propósito, refira-se que o branqueamento de capitais, a par do tráfico de droga e da falsificação de documentos, são algumas das principais tarefas dos membros destes grupos de retaguarda, que, desta forma, dão suporte financeiro à actividade jihadista internacional.

Apesar da longa história comum entre as duas nações ibéricas, e para além da sua contiguidade territorial, não há, curiosamente, sinais de que Portugal se encontre claramente na mira do terrorismo islamista, escapando, aparentemente, à ameaça continuada a que Espanha tem vindo a ser submetida. Ainda assim, recorde-se, Portugal e Espanha fazem parte do território, a que os jihadistas chamam de Al Andalus, e que reclamam como legitimamente seu.

Entretanto, com a chegada a Portugal de novas comunidades imigrantes de origem indo-paquistanesa e magrebina, instalam-se novas preocupações relacionadas com a avaliação dos seus *modos de vida*, considerando que estes poderão pôr em causa a estabilidade e características da comunidade islâmica já instalada.



A história dos últimos anos em Espanha está profundamente marcada pela actividade terrorista de natureza jihadista. O primeiro atentado bombista teve lugar, em 1985, num restaurante em Torrejón de Ardoz, perto de Madrid, junto à base norte-americana ali situada, que ceifou a vida a 18 pessoas, ferindo outras 82. Este ataque foi reivindicado por um grupo denominado genericamente como Jihad Islâmica que visava como alvos os militares norte-americanos, habituais frequentadores do local. Todavia, todos os mortos acabariam por ser de nacionalidade espanhola.

Em meados dos anos 90 do século passado o território espanhol converteu-se num

local de passagem de elementos radicais provenientes do Magrebe, em especial da Argélia, e que tinham como destino França e outros países europeus, ou que voltavam ao seu país de origem, com o propósito de se juntarem à actividade jihadista. Por esta altura, Espanha não era, ainda, ponto de destino para a imigração de massas, apesar de já se verificar um aumento crescente de entrada no seu território de cidadãos de origem marroquina. Este facto conferia, ainda, uma atmosfera de alguma tranquilidade junto da população espanhola. Só um pouco mais tarde, nos inícios da segunda metade dos mesmos anos 90, Espanha passaria a ser verdadeiramente um país de imigrantes magrebinos. Este fenómeno arrastou consigo uma mudança de percepção, motivada sobretudo pelos trágicos acontecimentos que iam acontecendo um pouco por todo o lado numa progressiva globalização do terror, donde se destacava a presença da Al Qaeda e, por vezes, a sua ligação a cidadãos ou residentes espanhóis (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*). Esta situação viria, de resto, a ser confirmada nomeadamente com as investigações do 11-S que revelaram a existência de ligações de grupos radicais islamistas instalados em território espanhol com redes terroristas internacionais.

### **5.3. A actividade jihadista em Portugal**

Uma das razões que sustentam a ausência de uma percepção de ameaça em Portugal está relacionada com a origem e estrutura da comunidade muçulmana aqui residente, que, como vimos, remonta ao processo de descolonização nos anos 70. Os muçulmanos a viver no nosso país sentem-se perfeitamente integrados nesta sociedade que os acolheu há algumas décadas, identificando-se como “portugueses muçulmanos”. Esta comunidade defende o Islão como uma religião apolítica e pacífica. A maioria dos seus membros integra a classe média-alta e alta da sociedade portuguesa, tendo construído carreiras de sucesso em diferentes domínios. Deste modo, parecem algo alheados da retórica de eventuais recrutadores radicalistas. Mesmo assim, não será de excluir uma mudança de identidade resultante de mexidas na comunidade face ao afluxo de imigrantes dos últimos anos. Não é, pois, de excluir que tal possa comprometer a sustentabilidade da comunidade muçulmana tradicional já há muito radicada em Portugal.

Esta realidade conduz a uma aparente indiferença a que o fenómeno jihadista tem sido votado nos últimos anos, contudo, tal não significa que a sua actividade seja inexistente. Na verdade, foram muitos os casos tornados públicos referindo a chegada e passagem pelo nosso país, por algum tempo, de jihadistas conhecidos. Todavia, não foram registadas evidências de comportamento terrorista. De facto, não foi claramente apurada a finalidade da sua permanência em Portugal. Contudo, alguns casos ocorreram sendo possível detectar semelhanças com a realidade jihadista na Europa.

Foi, sobretudo, a partir de 2001 que a Comunicação Social portuguesa deu particular destaque a possíveis casos de actividade jihadista no nosso país. Por essa altura foi feito o relato de acções envolvendo cidadãos de nacionalidade argelina.

Antes da realização do Campeonato Europeu de Futebol, em 2004 (Euro 2004), especulava-se sobre um possível ataque a altas individualidades estrangeiras presentes no nosso país, envolvendo, igualmente, o então Primeiro-Ministro português, Durão Barroso. Pelas suas características e dimensão, este importante evento fez orientar naturalmente para o nosso país as atenções de muitas células e grupos conotados com o terrorismo islamista internacional. De acordo com uma das suas edições, o Diário de Notícias<sup>27</sup> relatava que na cidade do Porto, nas vésperas do jogo inaugural foi expulso um grupo de onze indivíduos de origem magrebina, suspeitos de terem ligações à rede Hofstadt, uma célula terrorista ligada à Al Qaeda e com sede na Holanda, que integra na sua maioria cidadãos do Magrebe.

Em Outubro desse mesmo ano, as autoridades espanholas alertaram Portugal para a presença de uma célula terrorista que pretendia adquirir explosivos em Bragança. Seria seu propósito lançar um ataque contra a Audiência Nacional de Madrid. No entanto, nenhum grupo suspeito foi localizado.

Ao longo do tempo as autoridades portuguesas têm sido alertadas pelas suas

---

<sup>27</sup> Edição de 15 de Novembro de 2004.

congêneres europeias para a passagem ou presença de indivíduos com perfil suspeito, eventualmente relacionados com a actividade jihadista. Esta é, de resto, também, a convicção de *Sheik Munir*, para quem o nosso país “servirá de ponto de passagem, para os radicais islamistas”.

Em Portugal, a maioria dos indivíduos envolvidos em suspeitas de actividades jihadistas são oriundos do Magrebe, estando a falsificação de documentos frequentemente associada a possíveis acções ligadas ao terrorismo. Da sua parte, as forças e serviços de segurança têm encontrado dificuldades na obtenção de provas suficientes que permitam uma condenação por crime de terrorismo.

De acordo com os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), o Serviço de Informações de Segurança (SIS) detectou em Portugal um crescimento da actividade de grupos terroristas islâmicos. Segundo o RASI de 2005, embora não se tenha detectada a existência de células locais de grupos terroristas internacionais, confirmou-se a passagem por Portugal de diversos suspeitos de envolvimento em recrutamento e preparação de atentados, continuando a existir no país, e até a aumentar, estruturas de apoio logístico e financeiro a grupos extremistas. Estas redes jihadistas transnacionais representam, de facto, nos nossos dias, uma ameaça para Portugal.

O RASI, relativo a 2006, admitia que “os atentados ocorridos e as acções terroristas goradas e células desmanteladas, um pouco por todo o lado, na cena internacional” justificavam o esforço do SIS no seguimento da actividade jihadista centrada na indispensável cooperação tanto a nível nacional como internacional que resulte numa efectiva “prevenção desta ameaça transnacional”. Na esfera internacional, essa colaboração com outros serviços mostra-se absolutamente necessária com vista ao permanente acompanhamento da actividade das redes terroristas transnacionais, em particular a que está relacionada com as deslocações no espaço europeu de indivíduos envolvidos na preparação e planeamento de atentados, recrutamento e financiamento.



Ainda no ano de 2006, o SIS promoveu iniciativas de sensibilização tendentes a uma boa “integração das comunidades muçulmanas na sociedade portuguesa”. Era reconhecido que estas não apresentavam na altura sinais de radicalismo.

Nesse mesmo documento é, ainda, referido que “a actividade das organizações criminosas transnacionais tem apresentado uma crescente visibilidade na Península Ibérica, com o inerente risco de penetração dos sistemas legais por essas estruturas, factor que poderá, a médio prazo, assumir a natureza de uma ameaça prioritária.

O SIS refere que acompanhou especialmente no âmbito da prevenção do terrorismo de inspiração islâmica as actividades em Portugal de grupos afectos às correntes salafistas, aos movimentos Tabligh Jamaat (TJ) e Takfir wal Hijra. A perigosidade, principalmente deste último grupo, que consta na lista negra da União Europeia, decorre da influência que exerce sobre as comunidades islâmicas, no sentido de as isolar da sociedade em geral. O movimento, fundado na década de 40, no Egipto, tem laços muito chegados à Al Qaeda, sendo uma das facções islâmicas mais fundamentalistas.

Sobre a presença do TJ em Portugal refira-se que se trata de um importante movimento religioso internacional, fundado em 1926, por Muhammad Ilyas, na Índia (Masud, 2000). É um movimento muitas vezes descrito como apolítico e pacífico, não havendo, todavia, consenso relativamente a este propósito.

O TJ surgiu em Portugal em 1979, embora de forma organizada e activa somente se tenha notado a sua presença a partir do início da década de 1980. O movimento está actualmente a utilizar Portugal como plataforma para espalhar a sua mensagem em África, sobretudo, em países de língua portuguesa e na América Latina, em particular no Brasil.

Em Janeiro de 2008, uma célula terrorista do TJ composta por 12 homens foi desmantelada em Barcelona antes de realizar um ataque ao metro da cidade. Um dos seus membros admitiu a existência de planos para ataques na Alemanha, Reino Unido,

França e Portugal.

Outra matéria que preocupa as autoridades portuguesas está relacionada com um cada vez maior número de convertidos ao Islão e o ensino da doutrina islâmica nas *madrassas*. Segundo o *Sheik* Zabir, da Mesquita de Odivelas, e de acordo com a sua experiência, “a principal motivação para alguém, em Portugal, aderir ao Islão está relacionada, fundamentalmente, com razões matrimoniais. Sendo as mulheres, na sua esmagadora maioria, as que mais se convertem”. Já sobre o ensino do Alcorão, garante “não haver qualquer tipo de manipulação por parte de quem é responsável pela transmissão dessas matérias”. Da mesma opinião é o *Sheik* Munir, que, todavia, admite haver quem adopte um estilo de ensino “mais conservador”.

Entre alguns meios políticos e académicos em Portugal ter-se-á instalado a ideia de que o país estará resguardado do flagelo jihadista dado o seu baixo perfil internacional e tendo em conta a sua falta de influência no mundo da política. Há, no entanto, realidades a ter em consideração: Segundo Mariano Simancas, Director-Adjunto da Europol, “os terroristas islamistas continuam muito activos na União Europeia”, devendo este tipo de terrorismo “ser considerado como a maior ameaça mundial”. Entretanto, o número de células autónomas, algumas com ligações à Al Qaeda, não pára de aumentar, sendo, portanto, uma preocupação considerável relativamente à ameaça jihadista no Velho Continente. Por outro lado, a liberdade de circulação na Europa, a par das inconsequentes políticas antiterroristas implementadas em países como a Espanha, França e Alemanha, poderá permitir que as células terroristas possam optar por deslocar livremente as suas actividades. Nesse sentido, Portugal pode tornar-se cada vez mais atractivo como ponto de destino. De igual modo, a pressão securitária existente nalguns estados membros da União Europeia poderá no futuro conduzir essas mesmas células para países com menor experiência no tratamento deste tipo de ameaças, já que a enorme liberdade de circulação de pessoas existente no espaço Schengen viabiliza facilmente a transferência de actividades terroristas de um país para outro.

Sendo crível que Portugal não esteja, de momento, nas cogitações dos ideólogos da Al

Qaeda, é perfeitamente admissível que constitua um território de actividades de planeamento, recolhimento, logística e financiamento para a Jihad (Torres, 2009: 85). Na verdade, dada a convenção de livre circulação existente entre os actuais 25 estados aderentes ao Acordo de Schengen, o nosso país, também por este motivo, reúne condições privilegiadas para refúgio estratégico de terroristas.

#### **5.4. A actividade jihadista em Espanha**

Não restam dúvidas sobre os propósitos da organização Al Qaeda que têm Espanha como destinatária. São já vários os comunicados difundidos pela Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) portadores de ameaças. Efectivamente, Espanha converteu-se num dos objectivos da Jihad Global promovidos pela Al Qaeda, para quem este país faz parte da conspiração mundial dos “cruzados e judeus” para pôr termo ao Islão<sup>28</sup>.

O aparecimento e fixação das primeiras redes jihadistas em Espanha remontam aos princípios da década de 1990. Por essa altura, a Argélia vivia num verdadeiro ambiente de guerra civil, o que levou a que protagonistas como a Frente Islâmica de Salvação (FIS) e o Grupo Islâmico Armado (GIA) deslocassem para a Europa parte da sua infraestrutura, passando a actuar a partir de vários países, entre os quais Espanha. Todavia, foi já nos anos 80 que tiveram lugar diversas acções levadas a cabo por grupos não-residentes. Em Julho de 1984, a polícia espanhola neutralizou um comando iraniano que tinha como alvo um avião saudita estacionado no aeroporto de Barajas, em Madrid. No mês seguinte, em Marbelha, outro grupo islamista assassinou um cidadão de origem saudita. Ainda em 1984, um diplomata líbio foi baleado por uma milícia libanesa. No ano seguinte, e como já antes referido, uma explosão destruiu por completo um restaurante em Torrejón de Ardoz, matando 18 pessoas, e ferindo outras 82. Neste caso, a polícia espanhola continua a acreditar pertencer ao movimento xiita *Hezbollah* a autoria do atentado. Em 1989, a polícia apreendeu a um grupo pertencente a esta mesma organização diverso material explosivo destinado a França. Em 1991, e após um alerta lançado por um serviço de informações árabe, foi anulada

---

<sup>28</sup> JORDÁN, Javier. *Las redes de terrorismo islamista en España. Balance y perspectivas de futuro*. Analisis/348/ARI Nº 119/2003. Data 13/10/2003 (p. 1).

uma iniciativa de uma célula terrorista que pretendia sequestrar um avião de passageiros com o objectivo de o lançar contra o edifício em Madrid onde decorria a Cimeira da Paz para o Médio Oriente (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).

A partir de 1994 começaram a actuar em Espanha diversos grupos islâmicos com potencial e intenções terroristas. À Al Qaeda outros grupos se juntaram: os Irmãos Muçulmanos, o Grupo Combatente Tunisino, o Grupo Islâmico Armado e o Grupo Salafista para a Predicação e Combate (GSPC). Muitos dos seus integrantes tinham adquirido a nacionalidade espanhola, chegando até a casar com cidadãs espanholas. As suas actividades eram financiadas através da delinquência que ia desde o roubo de cartões de crédito até ao tráfico de passaportes falsos e drogas (Irujo, 2005).

A 11 de Março de 2004 (11-M) verificaram-se os atentados terroristas mais sangrentos ocorridos em solo espanhol e da história moderna da Europa, que resultaram na morte de 191 pessoas e mais de 2000 feridas. Mais tarde, as autoridades atribuíam os atentados a “um grupo local de pessoas, com organização rudimentar, que responde a orientações ideológicas da Jihad Internacional”, o que viria a confirmar-se. As evidências reunidas pelas forças policiais espanholas fez, efectivamente, admitir que existiu comunicação entre a rede do 11-M e a Al Qaeda, sendo, no entanto, difícil perceber sobre qual a origem do ataque (Jordán e Horsburgh, 2006: 217). Entre Outubro e Novembro do mesmo ano de 2004, a polícia espanhola deteve cerca de 40 indivíduos de origem marroquina e argelina que planeavam uma vaga de atentados contra vários lugares públicos de Madrid.

Ibáñez e Jordán (*ibidem*, pp. 242-244) estabelecem uma síntese sobre as principais características comuns às redes radicadas em Espanha, identificando quatro pontos: (1) *Jihadismo importado*, para explicar que muitos dos integrantes do islamismo radical já se conheciam mesmo antes de chegarem a Espanha, como aconteceu com o GIA, o GSPC, o grupo primitivo da rede de Abu Dahdah ou com alguns radicais vinculados à Al Qaeda. Durante esta primeira fase as redes foram um fenómeno basicamente importado, tendo-se ampliado mais tarde; (2) *Escassa presença inicial de marroquinos*, como tendo sido um fenómeno independente do aumento da população imigrante de

origem muçulmana, que só a partir de meados dos anos 90 se verificaria. Uma vez consolidadas, estas redes logo se dedicaram a uma ampla actividade de propaganda e proselitismo entre a crescente comunidade marroquina, o que deu lugar ao aumento do número de candidatos ao ingresso em grupos jihadistas, sobretudo aqueles que já possuíam algum historial de radicalismo nos seus países de origem; (3) *Espanha como retaguarda estratégica*, com desempenho de actividades de natureza essencialmente logística, entre as quais, difusão de propaganda, recrutamento de voluntários, recolha de fundos e informações e prática de pequenos delitos, como a falsificação de documentos; (4) *Transição gradual do jihadismo local ao global*, considerando que a agenda política destes grupos, bem como a sua rede de contactos se circunscrevia, inicialmente, à sua região de origem. Com o tempo, os canais de comunicação e colaboração entre eles foi-se ampliando, tanto a nível ideológico como operacional, até se tornarem movimentos jihadistas com uma componente global. As redes argelinas têm-se mostrado como o melhor modelo desta evolução.

Espanha parece hoje mais exposta às ameaças da Al Qaeda do que antes dos atentados de 11-M, não sendo de acreditar que se trate de uma situação episódica. Nos últimos anos um número crescente de espanhóis têm exprimido desconforto relativamente à presença de muçulmanos no seu país, sentimento, esse, que tem vindo a acentuar-se, pois acreditam que grande parte deles seja apoiante de grupos extremistas islâmicos.

Nos nossos dias, Espanha encontra-se entre os países europeus que estão claramente na mira do jihadismo. Poderá mesmo ser, actualmente, a principal retaguarda do radicalismo islâmico na Europa. A este propósito, o jornal *El País*<sup>29</sup> revelou, com base numa informação contida na *Página* da *WikiLeaks*, que o Departamento de Estado norte-americano considera “a Catalunha como o principal ponto do islamismo radical no Mediterrâneo”. Outro facto que preocupa os serviços secretos norte-americanos é a forte presença das comunidades paquistanesa e marroquina em Barcelona e a intensa actividade islamista detectada em várias cidades catalãs, argumentando que a

---

<sup>29</sup> Edição de 11 de Dezembro de 2010.

“alta imigração, tanto a legal como a ilegal, desde o Norte de África, assim como do Paquistão e do Bangladesh, faz desta região um terreno fértil para o recrutamento de terroristas”, numa zona que leva as autoridades espanholas a estimar em “60 mil o número de paquistaneses e viver em Barcelona e arredores, na maioria homens solteiros, sem documentação”. Ainda segundo o jornal espanhol, estes factos levaram os Estados Unidos a instalar um centro de espionagem em Barcelona, por acreditarem tratar-se de uma “base mafiosa e de tráfico de pessoas, dinheiro e drogas”.

### **5.5. Características estruturais e organização**

Ao longo das últimas décadas, as organizações terroristas foram-se afastando do modelo tradicional de estrutura, o qual assentava numa profunda hierarquização que as expunha sobremaneira ao escrutínio da sua actividade. Devido a essa crescente eficácia no combate ao jihadismo, sobretudo a partir do 11-S, estas organizações foram, também elas, melhorando o seu posicionamento e passando, por isso, a adquirir um elevado sentido estratégico. A clássica estrutura piramidal deu lugar a uma outra horizontal em que os comandos intermédios são substituídos pela profunda inter-relação entre todos os seus membros. Assim, como resultado dessa evolução, todo o seu funcionamento tornou-se de detecção bem mais difícil e, conseqüentemente, a sua acção tem vindo a resultar em balanços bem mais mortíferos. Neste processo adaptativo, uma das respostas encontradas foi a criação de redes. Actualmente, as organizações jihadistas possuem uma estrutura descentralizada e em forma de rede, funcionando com elevado grau de autonomia, o que dificulta particularmente o trabalho das autoridades no momento de determinar as ligações de uma rede a uma determinada organização terrorista. “Não restam dúvidas de que a forma privilegiada da acção terrorista é hoje a *rede*. Aquilo a que chamamos “Al Qaeda”, por exemplo, não é uma organização de tipo clássico, localizável e hierarquizada, mas um conjunto vaporoso de redes confusamente interligadas. Estas redes terroristas ganham tanto mais importância quanto a época pós-moderna é, antes de tudo, uma época de redes, uma época onde as redes transversais se substituem às organizações piramidais” (Benoist, *op. cit.*, p. 80). Uma das principais características das organizações jihadistas é a sua extraordinária adaptação ao

ambiente em que se integram, sabendo adequar a cada momento a sua estrutura organizativa. Sem dúvida que a revolução nos domínios da informática e das telecomunicações a que no decurso dos últimos anos se assiste vem permitindo, também a estas organizações, uma notável adaptação e evolução da sua estrutura que lhes é facultada por estes instrumentos de interacção. O acesso a estes novos meios permite uma enorme capacidade de comunicação no tempo e no espaço. Por outro, um dos pilares da sua sobrevivência assenta na capacidade de uma permanente readaptação às circunstâncias a que estas organizações vão estando sempre sujeitas, considerando a ameaça que representam. Esta flexibilidade estrutural confere-lhes, assim, uma considerável vantagem estratégica<sup>30</sup>.

Outra particularidade destas organizações tem a ver com a origem dos seus membros. É, assim, que a partir de um estudo que fez a análise de redes jihadistas desarticuladas em Espanha, no período de Abril de 2004 a Julho de 2007, é possível afirmar que quando foram detectadas as primeiras células do GIA e, mais tarde, do GSPC, as mesmas se caracterizavam pela homogeneidade quanto à nacionalidade dos seus integrantes, que, salvas algumas excepções, eram todos de origem argelina. Só um pouco mais tarde é registada uma maior variedade de nacionalidades, verificando-se haver, ainda assim, uma relação equilibrada entre homogeneidade e variedade nacional dentro de uma mesma célula, destacando-se o facto de ser cada vez maior o número de cidadãos de origem marroquina, a que não será alheia a particularidade de ser o colectivo de imigrantes muçulmanos mais numeroso e aquele que oferece o maior número de candidatos ao jihadismo. Sendo composta por uma maioria de marroquinos, e, em menor número, por membros de outras nacionalidades, o 11-M viria a revelar a presença de um modelo bem representativo deste tipo de redes<sup>31</sup>.

Exemplos como os da Al Qaeda mostram que estas organizações sempre foram

---

<sup>30</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009. Tese de doutoramento.

<sup>31</sup> JORDÁN, Javier. *As redes yihadistas en España: evolución desde el 11-M*. Athena Intelligence Journal Vol 2, Nº 4, Artículo 1/11, 4 de Outubro de 2007, pp 2-3.

governadas por uma estrutura interna perfeitamente definida com diferentes níveis de liderança e funções especializadas. Alguns dos principais atributos deste tipo de estrutura são marcados pela sua descentralização táctica, pela importância de vínculos de natureza pessoal entre os membros da rede e por uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação que torna os grupos mais dinâmicos. De considerável utilidade são, igualmente, os canais de comunicação informal e as modernas tecnologias de informação postas à disposição destas organizações. É com o recurso a estes meios que as actuais organizações apresentam uma capacidade de adaptação bastante superior à revelada pelas estruturas organizativas clássicas.

É, ainda, possível obter uma classificação dos grupos jihadistas em função do seu potencial estrutural. Jordán<sup>32</sup> reconhece a existência de três grupos tácticos, isto é, pequenos grupos pertencentes, ou não, a uma organização superior, que compõem o *movimento jihadista global* e partilham a ideologia salafista jihadista. Temos, assim: 1. *Equipas de ataque*, tratando-se de células pertencentes a uma organização maior, como são os casos da Al Qaeda, do GSPC e do Grupo Islâmico de Combate Marroquino (GICM), e que se introduzem num determinado país a fim de cometer um atentado; 2. *Células locais*, que são grupos jihadistas que actuam no país onde habitualmente residem e que dependem funcionalmente de uma organização. Realizam, sobretudo, tarefas de carácter logístico, distribuição de propaganda ou obtenção ilícita de fundos, podendo, também, executar acções violentas no país onde residem; 3. *Redes de base*, sendo, neste caso, o modelo organizativo mais descentralizado, consistindo num grupo de pessoas que aceitam os objectivos estratégicos do movimento jihadista global para o qual tentam contribuir desde o país onde residem. Os seus membros não dependem funcionalmente de qualquer estrutura hierárquica não sendo, portanto, membros de qualquer organização. As tarefas que realizam enquanto grupo estão centradas na difusão de propaganda radical através da Internet ou no envio de voluntários para zonas de conflito, onde aí se põem em contacto com organizações jihadistas. São redes caracterizadas por uma grande agressividade que podem manter vínculos ou mesmo colaborar com membros de outras redes, chegando, nalguns casos, a fundir-se. Todos

---

<sup>32</sup> JORDÁN, Javier. *Op cit.*



estes modelos organizativos apresentam vantagens e inconvenientes. Os dois primeiros, em princípio mais eficazes, beneficiam do facto de estarem enquadrados numa organização superior e de os seus membros possuírem uma maior formação. Detêm, por outro lado, um elevado grau de autonomia ao nível operacional e ao nível tático, o que lhes confere enorme capacidade de adaptação. Já as redes de base gozam de grande flexibilidade na direcção e controlo tático e na sua autonomia logística. Todavia, os seus membros carecem de uma adequada preparação operacional. Por isso, a sua actuação está limitada a alvos de menor dimensão ou importância. Trata-se, ainda, de grupos mais expostos dada a sua elevada interacção com o ambiente social envolvente. É a estes meios que muitas vezes as agências de segurança recorrem em busca de informadores, já que a preparação de atentados passa frequentemente pela intervenção destes grupos.

Finalmente, refira-se o ressurgimento de uma categoria de terrorista islamista *espontâneo*, que a si mesmo se intitula de *Mujahid*<sup>33</sup>. Trata-se de um tipo de radicais sem qualquer tipo de vínculo a grupos ou a organizações jihadistas. Caracterizam-se por serem, na sua grande maioria, jovens sem grandes perspectivas sociais, facilmente seduzidos por uma doutrina radical que lhes transmite a enorme sensação de pertença a uma *comunidade* e a uma causa *nobre* pela qual vale a pena lutar e morrer. Acreditam ser iluminados ou tocados pela inspiração divina. Esta *rede* é, na verdade, muito difusa, amorfa e preocupantemente manipulável por todos aqueles que, efectivamente, integram a esfera islamista radical (Aristeguí, *op. cit.*).

Actualmente, verifica-se a emergência de estruturas mais informais e descentralizadas que poderão transformar-se em verdadeiras células terroristas. Resta saber, no entanto, se esse jihadismo de geração mais recente terá capacidade para sobreviver por muito tempo sem o apoio de organizações perfeitamente estruturadas como, por exemplo, a Al Qaeda (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).

---

<sup>33</sup> (Plural: *mujahidin*) Significa "combatente", o "Guerreiro de Deus" ou "alguém que combate em defesa da *Jihad*. O nome não é actual, tendo sido já utilizado na Idade Média para identificar os extremistas nizaris, uma seita xiita que actuava no Médio Oriente.

## 5.6. Recrutamento e liderança

Uma das iniciativas mais importantes a serem levadas a cabo pelas organizações terroristas passa pela sua capacidade de recrutamento de novos membros, da qual depende a sua sobrevivência. É, também, uma forma de compensar a perda destes recursos humanos, por motivos da sua detenção ou mesmo eliminação. Em Espanha, o trabalho de recrutamento tem-se mantido constante. Como motores desse processo, os recrutadores são figuras com uma imagem bastante favorável junto da comunidade. Estamos na presença de indivíduos carismáticos e com a necessária formação religiosa. Possuem, habitualmente, experiência em combate, o que faz deles uma referência de heroísmo<sup>34</sup>.

Os alvos desse recrutamento são, sobretudo, indivíduos convertidos à fé islâmica que, quase sempre, aderem à versão mais fundamentalista do Islão, o que os torna mais permeáveis à aceitação da violência como solução para os problemas de injustiça social. Existem, igualmente, indivíduos, sobretudo jovens, que vivem um pouco à margem da sociedade com problemas de identidade ou ausência de valores sociais e que vêem na prática da violência religiosa uma compensação para as suas carências. Os muçulmanos imigrantes já radicalizados constituem outro grupo sensível ao aliciamento. Trata-se de indivíduos a viver sozinhos nas sociedades ocidentais, tendo deixado a respectiva família nos países de origem, e que procuram apoio junto de círculos radicais onde se sentem mais protegidos e melhor enquadrados. Há, ainda, a considerar o grupo constituído pelos muçulmanos de segunda ou terceira geração, que são, na sua maioria, jovens de origem norte-africana ou asiática, muitos deles já nascidos na Europa. Os seus laços com os países de origem são fracos, ao mesmo tempo que se sentem deslocados ou marginalizados pela sociedade europeia<sup>35</sup>. As organizações islamistas estão perfeitamente cientes de que um indivíduo que não seja

---

<sup>34</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009 (pp. 76-77) Tese de doutoramento.

<sup>35</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009 (p. 78) Tese de doutoramento.

capaz de integrar-se ou que se sinta discriminado constitui presa fácil para o recrutamento do islamismo radical. É por este motivo que as organizações islamistas se opõem vigorosamente à integração. Sabem que o sucesso desta política anula a mensagem de ódio que pretendem fazer passar (Aristeguí, *op. cit.*).

Relativamente aos cenários tipicamente mais favoráveis ao recrutamento, parece oportuno recorrer a um relatório<sup>36</sup> preparado em 2007, por Peter Neumann e Brooke Rogers, académicos do *King's College London*. Nesse documento que incide sobre modelos de recrutamento em organizações jihadistas de três países europeus (França, Reino Unido e Espanha), são identificadas três categorias de espaços onde habitualmente têm lugar esse processo: 1. *Mesquitas*, onde, já desde os anos 90, os radicais que actuavam na Europa faziam delas locais seguros para instalar a sua logística, recolherem fundos e atrair simpatizantes para a causa jihadista. Nestes espaços, os indivíduos são preparados ideologicamente e adaptados ao meio extremista. São, igualmente, explorados os conflitos de identidade existentes entre as sociedades de origem e as de acolhimento; 2. *Prisões*, como segundo espaço de recrutamento. Nestes locais colocam-se problemas relacionados com a orientação ideológica dos textos e material audiovisual que circula dentro da prisão, dadas as barreiras linguísticas. Do mesmo modo, levantam-se dificuldades relativas ao conhecimento do perfil ideológico das pessoas que prestam assistência aos reclusos. O relatório reconhece, ainda, que as prisões europeias estão a funcionar tendencialmente como os principais centros de radicalização e de recrutamento, onde presos carismáticos actuam como doutrinadores de jovens marginalizados e de conduta anti-social aos quais transmitem progressivamente uma ideologia radical; 3. *Outros lugares*, classificados como pontos de encontro (cibercafés, locutórios ou salas de conversação, talhos *halal*<sup>37</sup>, ginásios, casas de chá e até campos de férias organizados por jovens muçulmanos). Neste caso, o relatório destaca o papel cada vez mais importante da Internet no recrutamento de militantes islamistas.

---

<sup>36</sup> Sob o título *Recruitment and Mobilisation for the Islamist Militant Movement in Europe*, e apresentado pelo King's College London à Comissão Europeia.

<sup>37</sup> Palavra árabe que significa “permitido” ou “autorizado” e que se refere aos comportamentos, formas de vestir, de falar, e aos alimentos que são permitidos pelo Islão.

Para Aristeguí (*op. cit.*), apesar de serem vários os ambientes propícios à oferta de um trabalho ou de uma esperança que acabem por conduzir um indivíduo, desesperado ou não, à conversão jihadista, é nas mesquitas e nas *madrassas*<sup>38</sup> que a captação é mais frequente. Em Espanha, são várias as centenas de lugares de culto islâmico já existentes, entre os quais alguns clandestinos onde é professado o radicalismo e se procede ao recrutamento de novos fanáticos, para além do intercâmbio de ideias e sentimentos e da realização de negócios.

Sobre a liderança dentro dos grupos radicais importa dizer que é ao seu líder que cabe a responsabilidade do estabelecimento de objectivos e do seguimento do trabalho dos respectivos membros em função desses mesmos objectivos, para além de assegurar recursos e promover a necessária interacção entre todos os componentes do grupo. No caso dos grupos jihadistas é recorrente a presença de um líder carismático, figura capaz de operar a necessária transformação ideológica dos seus devotos seguidores (Mañas<sup>39</sup>).

### 5.7. Financiamento

O dinheiro não constitui um aspecto central no suporte à estratégia jihadista. “O jihadismo é austero”<sup>40</sup> (Aristeguí, *op. cit.*, p. 267), com uma estrutura muito simples, a exemplo de modelos de outras organizações. Na verdade, são antes considerados os de natureza política e religiosa. Ainda assim, reconheça-se que o seu financiamento se mostra indispensável para a sobrevivência do projecto. Em termos gerais, a origem dos recursos económicos que alimentam o movimento jihadista centra-se nos donativos e na delinquência comum. Esta, por exemplo, foi o grande suporte económico das várias redes desarticuladas em Espanha, entre as quais se encontrava o grupo terrorista responsabilizado pelos atentados do 11-M (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*). Após estes

---

<sup>38</sup> Colégio, escola ou instituto no qual se ensinam as ciências religiosas e jurídicas islâmicas.

<sup>39</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009 (pp. 88-89) Tese de doutoramento.

<sup>40</sup> “El yihadismo es austero” (tradução nossa).

atentados os trilhos financeiros dos terroristas islamistas foram-se tornando gradualmente mais sigilosos. Outra forma de os tornar indetectáveis passa pelo uso de diferentes padrões de comportamento.

Os tráficos de droga, de seres humanos, de armas e explosivos, a par da clonagem de cartões de crédito e outras formas de burla e de pequenos roubos são os meios de financiamento mais frequentemente utilizados por estas organizações terroristas. Para além destes, o branqueamento de capitais de origem ilícita é outro dos caminhos seguidos, com o apoio de especialistas na ocultação da real procedência desse dinheiro.

Mais recentemente, estas organizações introduziram uma nova fonte de financiamento. Desta vez, com recurso à Internet, através da qual comercializam o mais diverso tipo de mercadorias. Ainda assim, as fontes que maiores ganhos têm produzido são as contribuições privadas. Proveniente de doadores com as mais diferentes motivações, esta forma de financiamento tem subido fortemente nos últimos tempos, o que merece uma justificada preocupação.

Actividades aparentemente idóneas, como, por exemplo, as de Organizações Não Governamentais (ONG), poderão, igualmente, servir de cobertura a grupos de marcada tendência islamista. Gradualmente, instala-se a convicção de que é crescente o número de ONG do mundo islâmico que estarão sob o controlo de organizações extremistas.

O financiamento das actividades terroristas pode ser feito quer através de meios legítimos quer por via ilícita. Dentre as muitas actividades criminosas que têm contribuído para o suporte financeiro das acções terroristas, destacam-se o tráfico de drogas, o tráfico de armas e explosivos, o tráfico de seres humanos, o contrabando, a clonagem de cartões de crédito, o branqueamento de capitais, os sequestros e a extorsão. Sem dúvida, o tráfico de drogas é um dos modos mais lucrativos de financiamento do crime organizado a nível internacional.

Outra forma de financiamento é a conhecida rede *hawala*<sup>41</sup>, um sistema obscuro de remessa de fundos. De acordo com a Interpol<sup>42</sup>, este método foi utilizado na quase totalidade dos ataques dos últimos anos. Segundo o *El País*<sup>43</sup>, uma rede de 200 agentes *hawala* paquistaneses estava a movimentar em Espanha mais de 300 milhões de euros por ano, através de uma “rota secreta de locutórios, talhos e lojas de alimentação”. Este mesmo artigo reproduzia uma afirmação do presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, através da qual este assegurava, aquando da Cimeira Antiterrorista, ocorrida em Riade, no ano de 2005, que “a única via para travar o financiamento do terrorismo jihadista é pôr termo ao sistema *hawala*”. Provavelmente, o grande desafio estará na tentativa de melhor conhecer todos estes fluxos e passá-los gradualmente à esfera de transferências formais e legais.

Já as fontes de financiamento escudadas em actividades legítimas, e que proporcionam consideráveis colectas, estão orientadas para empreendimentos comerciais e para obras de caridade. Esta é, de resto, outra das mais importantes fontes de financiamento do terrorismo. Esta forma de financiamento, proveniente de patrocinadores com as mais diferentes motivações, tem subido fortemente nos últimos tempos.

Com o 11-S os Estados foram alertados para os sérios problemas relacionados com o financiamento das organizações terroristas. O 11-M veio confirmar que os trilhos financeiros dos terroristas islamistas são cada vez mais indetectáveis. Sabe-se que apesar de todos os meios e alertas postos à disposição das autoridades a eliminação por completo do financiamento do terrorismo se afigura como improvável. Os atentados de Nova Iorque desencadearam uma guerra contra um inimigo disposto a atacar sempre que possível e em todas as frentes. Todavia, o que o mundo não saberá

---

<sup>41</sup> É um sistema alternativo de remessa de dinheiro, baseado na extrema confiança entre as partes envolvidas. Teve origem na Ásia, onde recebeu diferentes designações ao longo do tempo. É utilizado em particular no mundo islâmico, onde se encontram referências suas nos textos da jurisprudência islâmica.

<sup>42</sup> <http://www.interpol.int/public/financialcrime/moneylaundering/hawala/default.asp>

<sup>43</sup> Edição de 31 de Outubro de 2005.

ainda é que este inimigo é produto das políticas de dominação dos governos ocidentais e dos seus aliados, os poderes oligárquicos do Próximo Oriente e da Ásia, e que o seu sustento económico se encontra estreitamente associado às nossas economias e que nos encontramos perante a *Nova Economia do Terror* (Napoleoni, *op.cit.*, p. 24).

Podemos, assim, estabelecer as três principais categorias das quais provêm os meios financeiros que alimentam o terrorismo islamista: os negócios legítimos, isto é, actividades que, em princípio, não poderão ser consideradas ilegais, as receitas ilegais que infringem ou burlam a lei, e as actividades verdadeiramente criminosas. Entre os negócios legítimos figuram os lucros das companhias ou de Estados em formação controlados por grupos armados, os donativos das ONG ou feitos a título individual, as transferências de activos e ajudas oficiais de países estrangeiros. As receitas ilegais resultam das ajudas extra-oficiais de governos estrangeiros e do contrabando. As actividades criminosas, que são muitas, incluem o sequestro, a extorsão, o roubo, a burla, as falsificações e o branqueamento de capitais (Napoleoni, *idem*, pp. 298-299).

#### **5.8. A interacção entre o terrorismo jihadista e o crime organizado**

Nos tempos actuais, o crime organizado veio a revelar-se como uma das ameaças mais preocupantes que o mundo civilizado enfrenta. Interesses e estratégias comuns estão na base da aproximação registada nos últimos tempos entre o terrorismo islamista e o crime organizado. A seguir ao 11-S o Conselho de Segurança das Nações Unidas, consciente da ligação cada vez mais estreita entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, aprovou uma resolução no sentido de combater estas ligações que vão desde o tráfico de armamento, de droga e de seres humanos ao sequestro e branqueamento de capitais. O tráfico de droga é aquele tipo de crime que se encontra mais referenciado. Para além deste, também o contrabando de armas representa uma actividade de grande envolvimento por parte dos terroristas. O sequestro, o roubo e várias formas de extorsão são, igualmente, fontes de receita para os terroristas (Napoleoni, *idem*).

O terrorismo de destruição em massa tem-se mostrado como uma ameaça crescente, tendo em consideração o facto de as organizações criminosas, em particular as que têm ligações internacionais, serem potenciais fornecedoras de matérias nucleares. Há indícios que apontam para a existência de grupos do crime organizado cada vez mais envolvidos no contrabando de material nuclear. É do domínio público o interesse da Al Qaeda por armas químicas e biológicas. Todavia, de momento, parece ser a opção nuclear a que mais interessa à organização. Já em 1996 se noticiava a detenção do número dois da Al Qaeda, Ayman al-Zawahiri, na Rússia, tendo-se especulado que a sua presença naquele país estava relacionada com a compra de material nuclear. Mais recentemente, foram denunciadas pelas autoridades norte-americanas contactos entre a Al Qaeda e grupos criminosos com o propósito de a organização terrorista obter materiais para produção de uma bomba.

Noutro âmbito, o terrorismo internacional em pouco tempo converteu-se em narcoterrorismo como resultado duma explosiva relação entre as armas, as drogas, o terror e a lavagem de dinheiro em associação com outras formas de delinquência, incluindo a prostituição, o contrabando ou a clonagem e falsificação de cartões de crédito, tão do agrado de grupos como o *Hezbollah*, e ao qual acabariam por aderir grupos palestinos e a organização Al Qaeda numa bem estruturada cooperação de âmbito global com redes do crime organizado. Nos últimos anos esta aliança estratégica tem-se desenvolvido significativamente, com o recurso a métodos similares com o claro objectivo de ocultar todas as suas actividades ilegais, o que tem dificultado seriamente a tarefa das forças e serviços de segurança. Esses métodos passam pela criação, em parceria, de companhias “fantasma” dirigidas por figuras de confiança, pela utilização de “correios” e pelo acesso a um elaboradíssimo e seguro sistema de comunicações. Nesse sentido, tanto a Al Qaeda como as organizações criminosas estão na vanguarda da aquisição da tecnologia mais sofisticada.

Em Espanha, já nos inícios da primeira década deste novo milénio, as autoridades tinham detectado ligações do crime organizado com o radicalismo islamista que actuavam nas áreas do tráfico de drogas, no roubo, na falsificação de cartões de crédito e no contrabando de viaturas de gama alta. O GSPC foi, na altura, apontado



como tendo sido um dos principais beneficiários dos fundos provenientes dessa actividade criminosa.

### **5.9. As ligações ao terrorismo global**

Após os atentados de 11 de Setembro, a reacção dos Estados Unidos não tardou, e trouxe consigo inúmeras consequências; uma delas foi o derrube do regime Talibã<sup>44</sup>, no Afeganistão, e que levou à eliminação do refúgio afegão e à drástica redução territorial e operacional da Al Qaeda, a par da eliminação de vários dos seus líderes mais influentes. Face a este revés, as inacessíveis montanhas do Paquistão passaram a constituir um refúgio alternativo para Bin Laden e os seus seguidores. A partir de Outubro de 2001, para além deste, outros destinos asiáticos e também europeus foram procurados por muitos membros da Al Qaeda. Apesar de muitos dos seus líderes terem sido capturados já fora do Afeganistão, Bin Laden e Ayman Zawahiri mantiveram-se indetectáveis. Provavelmente, encontrar-se-iam algures no Paquistão (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*). Este facto não impediria, todavia, que pelo menos parte da sua capacidade operacional se mantivesse activa.

Nos anos seguintes ao 11-S os jihadistas viram-se obrigados a adaptar as suas organizações e actividades às novas políticas antiterroristas empreendidas em particular pelos países ameaçados. Nesse sentido, continuaram a alargar as suas redes internacionais aproveitando os conflitos regionais existentes para propagar a sua *guerra santa* a novos cenários, o que resultaria num aumento significativo do número de atentados levados a cabo entre os anos de 2002 e 2006 (Ibáñez e Jordán, *idem*).

Efectivamente, muitos grupos islamistas ligados à Al Qaeda permaneciam activos, o que, de resto, viria a ser demonstrado, logo em Outubro de 2002, com os sangrentos atentados na ilha indonésia de Bali, atribuídos ao grupo Jemaah Islamiyah considerado braço da Al Qaeda na Ásia. A este, outros atentados se seguiram, dos quais justificam particular destaque os de 11 de Março de 2004, em Madrid. Esta sucessão de ataques

---

<sup>44</sup> Movimento fundamentalista islâmico nacionalista que se difundiu, a partir de 1994, no Paquistão e, em particular, no Afeganistão, tendo governado neste país entre 1996 e 2001.

mostrou estar-se perante a nova estratégia da Al Qaeda, através da qual passariam a recorrer a entidades terroristas sem subordinação directa à organização-mãe. Os alvos incluiriam, agora, igualmente os aliados dos Estados Unidos.

A notável capacidade de adaptação da Al Qaeda a um ambiente cada vez mais desfavorável tem levado a organização a conhecer, desde a sua origem, diferentes fases de transformação. Assim, a primeira dessas fases tem lugar após a retirada do Afeganistão, em 1989, quando a organização se orientou para o apoio financeiro e bélico a grupos jihadistas locais que combatiam governos considerados inimigos, em particular em países muçulmanos. Numa segunda fase, ao longo da década de 1990, a Al Qaeda desenvolveu a sua própria capacidade para a montagem de operações terroristas, devido, em particular, à cooperação com os grupos egípcios, e que teria como principal referência o 11 de Setembro de 2001. A terceira fase é marcada pelas profundas dificuldades criadas pela intervenção ocidental no Afeganistão e pelas fortes medidas de segurança e cooperação adoptadas pelos países ocidentais. Por estes motivos a organização passou a orientar a sua acção para objectivos mais próximos situados em países muçulmanos ou para alvos ocidentais situados em países árabes<sup>45</sup>.

A enorme demonstração de poder destruidor de que foram alvo os Estados Unidos e alguns países seus aliados mostrou que a semente da jihad global estava lançada e permitiu à Al Qaeda reivindicar o seu papel de verdadeiro movimento ideológico. A prová-lo está o facto de, após a intervenção norte-americana no Afeganistão, a larga maioria das acções terroristas islamistas terem sido da responsabilidade operacional de grupos ligados à organização ou de células autónomas e indivíduos motivados pela mensagem de *guerra santa global* propagada pela Al Qaeda. Actualmente, abordar de maneira séria a ameaça terrorista islamista implica falar do *Movimento Jihadista Global*, denominação que engloba obrigatoriamente a Al Qaeda e todo um conjunto de entidades que comungam a ideologia e o plano de actuação da originária Al Qaeda<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009 (pp. 113-114) Tese de doutoramento.

<sup>46</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*.

## Capítulo 6 – Al Qaeda

### 6.1. Origens

A Al Qaeda é uma organização fundamentalista islamista internacional com origens no Paquistão e no Afeganistão, em consequência da invasão do território afegão por parte dos soviéticos, em 1979. Neste novo cenário, os resistentes afegãos ganharam muito rapidamente o apoio do Paquistão, da Arábia Saudita e dos Estados Unidos, bem como de voluntários oriundos de diversas partes do mundo muçulmano. Por muitos ideólogos islamistas esta luta afegã foi definida como uma *nova jihad* contra os inimigos do Islão, o que os levou a apelar à participação dos muçulmanos de todo o mundo. A esta chamada foram muitos os que acorreram, entre os quais Abdullah Azzam<sup>47</sup> e Osama Bin Laden. Azzam foi seguramente o maior propagandista árabe da campanha afegã, para quem o Afeganistão deveria representar a primeira fase da luta em defesa da *terra do Islão* e que a mesma não ficaria terminada com a vitória do Afeganistão, continuando até à completa recuperação dos territórios usurpados aos muçulmanos (Ibáñez e Jordán, *ibidem*, pp. 114-116).

Logo após a invasão soviética, em Dezembro de 1979, Bin Laden abandonou a Arábia Saudita com destino ao Paquistão, onde se encontrou com dois líderes afegãos já seus conhecidos. Estes e outros comandantes faziam parte de um grupo que incentivaram a *jihad* contra os soviéticos com o apoio militar, logístico e financeiro da CIA (*Central Intelligence Agency*) e que, para além dos Estados Unidos, incluía, também, a Grã-Bretanha, a Arábia Saudita, o Paquistão, a China e muitos outros países (Gunaratna, 2004).

Por ocasião da chegada de Bin Laden a Peshawar, na fronteira afegano-paquistanesa, apenas existiam algumas dezenas de *mujahidin* se preparavam para a *jihad* contra os

---

Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009 (p. 116) Tese de doutoramento.

<sup>47</sup> Trata-se de um palestino, antigo membro da Irmandade Muçulmana e que leccionou Estudos Islâmicos na Universidade Rei Abdul Aziz. Acredita-se que as suas doutrinas terão influenciado ideologicamente Bin Laden.

soviéticos.

Em 1984, é firmada uma parceria entre Bin Laden e Abdullah Azzam que dá lugar à criação da MAK (Maktab Al-Khadamat), cuja finalidade era a de apoiar os refugiados da Guerra do Afeganistão e de reunir fundos, armas e voluntários vindos de todo o mundo para combater os soviéticos. A MAK chegou a reunir 200 milhões de dólares de ajudas provenientes tanto do Médio Oriente como do Ocidente. O próprio Bin Laden dispensou a esta causa uma substancial ajuda da sua fortuna pessoal.

Entretanto, no início dos anos 80 os soldados árabes no Paquistão e no Afeganistão eram já cerca de 400. Nessa altura, o governo do Paquistão pediu à família real saudita o envio de alguém para liderar este grupo de combatentes. A escolha recaiu sobre Bin Laden. Em meados dos anos 80, a ajuda aos *mujahidin* foi aumentando. Bin Laden aproveitaria para, também com recurso aos bens familiares, importar equipamento destinado à construção de vias de comunicação e de refúgios para hospitais de campanha e depósitos de armamento. Por essa altura, tanto Azzam como Bin Laden trabalhavam com o Paquistão e o ISI (*Inter-Services Intelligence*), os serviços secretos paquistaneses. De igual modo, mantinham contactos com patrocinadores e as autoridades sauditas e a Irmandade Muçulmana. O ISI desempenhava as funções de intermediário da CIA para as questões do armamento, algum do qual de grande sofisticação, ao mesmo tempo que garantia a formação dos *mujahidin* tanto afegãos como estrangeiros. Eram vastos os recursos postos à disposição da MAK, chegados das mais diversas fontes, o que lhe permitiu um desenvolvimento de grande alcance, independente, que se alargaria aos Estados Unidos com a construção de diversas mesquitas e a criação de instituições humanitárias (Gunaratna, *ibidem*).

No declinar dos anos 80, a influente participação de Bin Laden na luta contra o invasor soviético fez dele um líder natural dos *mujahidin* árabes. Estima-se entre 25.000 e 50.000 o número de combatentes afegãos e estrangeiros que serviram no Afeganistão.

Enquanto Azzam, aproveitando a estrutura que a sua ideologia tinha ajudado a criar, se dedicava à conceptualização da Al Qaeda, Bin Laden definia como objectivo o

restabelecimento do Califado ou a união de todo o mundo muçulmano numa única entidade. Entretanto, o esboço geral do que viria a ser a Al Qaeda foi concebido por Azzam entre 1987 e 1988, tendo nesse período concluído o seu documento fundador. A Al Qaeda tinha sido imaginada como uma organização que colocaria as capacidades dos *mujahidin* ao serviço dos muçulmanos oprimidos em todo o mundo (Gunaratna, *ibidem*).

Com o fim da campanha anti-soviética as relações entre Bin Laden e Azzam deterioraram-se bastante, em consequência de pontos de vista discordantes. Apesar destes diferendos continuaram a trabalhar em conjunto.

Para Bin Laden a expulsão dos soviéticos do Afeganistão foi obra sua. Acredita genuinamente que a acção dos *mujahidin* foi a principal responsável pelo desmantelamento da União Soviética e pelo fim da Guerra-fria, e que o objectivo dos Estados Unidos em se tornarem a única superpotência global se tinha, igualmente, concretizado, graças à sua intervenção e à dos *mujahidin* no Afeganistão (Gunaratna, *idem*).

Bin Laden e Azzam sempre estiveram de acordo sobre os caminhos a seguir no apoio aos muçulmanos perseguidos pelas suas convicções políticas e religiosas. Todavia, divergiam nos aspectos relativos às tácticas a adoptar. De facto, as posições de ambos eram cada vez mais opostas. A reconfiguração da MAK passou a fazer parte dos planos de Bin Laden que pretendia que a mesma fosse uma força terrorista global cuja finalidade era de destruir a América e Israel e restabelecer o Califado através de uma *jiha*d mundial. Bin Laden acabaria por se separar de Azzam tendo-se mudado para o Afeganistão e depois regressado a Peshawar, onde criou uma nova infra-estrutura que abriu caminho à separação da MAK por parte da Al Qaeda (Gunaratna, *idem*). A confrontação entre Bin Laden e Azzam só iria acabar com o afastamento de um deles. A 24 de Novembro de 1989, uma bomba pôs termos à vida de Azzam e a dois dos seus filhos, num atentado levado a cabo por membros da “família” egípcia, provavelmente, ordenado por Bin Laden. Com a morte de Azzam, Bin Laden pôde reformular os princípios e regras da MAK e adequá-los às suas orientações. A MAK acabaria por se

dividir, tendo um número significativo de membros aderido à organização de Bin Laden. A Al Qaeda seria fundada por Bin Laden, em 1988 (Gunaratna, *ibidem*).

## **6.2. Estratégia**

A infra-estrutura organizativa e operacional da Al Qaeda difere acentuadamente da de outros grupos terroristas. Trata-se de uma infra-estrutura de difícil detecção e combate, possuindo uma estrutura moderna e uma enorme capacidade de regeneração e adaptação, a par de um profundo sentido de oportunidade, aliás patente em diversas acções ocorridas em momentos particularmente sensíveis para as sociedades que foram vítimas dessas mesmas acções. É composta por um núcleo central no Afeganistão, por células espalhadas por todo o mundo, por partidos políticos islâmicos e por grupos terroristas mais ou menos independentes nos quais se apoia para acções terroristas ou de outra natureza. Os líderes de todos estes grupos quando necessário cooperam integrados numa cadeia de comando da Al Qaeda. A sua mobilidade e capacidade de regeneração são enormes, saindo sempre reforçadas após episódios de alguma perturbação na sua estrutura. A capacidade de resposta da organização tem sido em diversas ocasiões posta à prova com resultados que atestam essa condição. Desde a sua formação que a organização sempre deu provas da sua rápida adaptação a novos cenários. Mesmo após situações de grande contrariedade a Al Qaeda tem sabido reagir com a reorganização e criação de novas células. Ocasionalmente, fragilizada no plano prático a organização tem sabido dar resposta através duma exposição ideológica que tem funcionado como motor das aspirações de muitos muçulmanos. A Al Qaeda veio repor a confiança em todos os radicais islamistas que se encontravam perante a ausência de uma organização que os congregasse e lhes proporcionasse uma orientação ideológica. Mas também os sectores mais moderados da sociedade muçulmana parecem acolher com simpatia algumas das posições assumidas pela organização. Disso são exemplo a oposição a algumas iniciativas sangrentas de grupos na Argélia e as contribuições financeiras para organizações humanitárias de vários países.

A Al Qaeda que tinha herdado uma infra-estrutura operacional e de formação

completa, financiada ao longo dos anos 80 pelos Estados Unidos, pela Europa, pela Arábia Saudita e por outros governos, viu-se alguns anos depois confrontada com a hesitação desses mesmos patrocinadores ao aperceberem-se da ameaça que a organização representava. Nessa altura, todavia, já a mesma se encontrava bem consolidada (Gunaratna, *ibidem*).

Apesar de ter como objectivo principal o restabelecimento do Califado, a Al Qaeda, agora sob a orientação de Bin Laden, dispersou a sua actividade no apoio a diversas campanhas que visavam o derrube de regimes considerados contrários à causa muçulmana, tendo, igualmente, fomentado a ligação de grupos islamistas. Estes propósitos foram, no entanto, contrariados pela crescente repressão dos governos do Médio Oriente.

Na prossecução dos seus objectivos, a Al Qaeda foi, em 1998, sujeita a uma reorganização da qual resultaram quatro entidades distintas mas interligadas. Gunaratna (2004) resume-as do seguinte modo: a primeira apresentava uma estrutura em pirâmide, de modo a facilitar a gestão estratégica e táctica; a segunda possuía uma rede terrorista global; a terceira era uma força de base para luta de guerrilha no interior do Afeganistão; finalmente, a quarta era uma coligação aberta de grupos terroristas e de guerrilha transnacionais. Por essa ocasião, no topo da estrutura da organização encontrava-se Bin Laden, que era secundado por um Conselho Consultivo, integrado por membros de elevado prestígio. Estes membros têm sido periodicamente substituídos. Para as funções-chave, Bin Laden recorria a personalidades importantes que eram da sua inteira confiança. A ascensão dos membros dentro da organização tem em consideração, a par do mérito, os laços familiares, a amizade e a nacionalidade. Abaixo do Conselho Consultivo, e na dependência do mesmo, existem quatro Conselhos Operacionais: o militar; o financeiro e empresarial; o de *fatwa*<sup>48</sup> e estudo islâmico; e o de comunicação social e publicidade. O militar é responsável pelo recrutamento, formação, aquisição, transporte e lançamento de operações militares, para além do desenvolvimento de tácticas e aquisição e fabrico de armas especiais. Em

---

<sup>48</sup> Decreto emitido por um líder ou erudito religioso ou por um grupo de líderes religiosos do Islão.

cada campo são ministrados diferentes graus de formação em explosivos, comunicações e computadores. O conselho militar tem, ainda, a seu cargo equipas com tarefas de planeamento e execução de ataques que inclui a recolha de informações através da vigilância ou reconhecimento de alvos previstos. Outra das suas responsabilidades é a escolha de formadores, armas e outros recursos com o objectivo de apoiar companheiros muçulmanos em zonas de conflito. Os coordenadores de agentes que gerem uma vasta rede de células e elementos fora do Afeganistão são, igualmente, uma escolha do conselho militar. As células operacionais, que incluíam “tropas especiais”, encontravam-se, de início, sob o comando de Abu Ubaidah al-Banshiri<sup>49</sup>. Seria, mais tarde, substituído por Muhammad Atef, outro conceituado e experiente instrutor. Em conjunto, estas duas importantes figuras aperfeiçoaram a técnica de terrorismo suicida da organização. Outro serviço que faz parte da estrutura é o de segurança interna que tem por missão vigiar os recrutas, escoltar os líderes e proteger a organização da infiltração de inimigos. Todavia, dada a sua enorme dinâmica, e de acordo com as circunstâncias, a organização está sempre em condições de proceder aos necessários ajustamentos estruturais. As diversas ameaças a que a Al Qaeda foi sendo sujeita obrigaram Bin Laden a reduzir muitas das suas actividades tidas como legais, passando a actuar mais na clandestinidade, à excepção das suas actividades no Afeganistão (Gunaratna, *ibidem*).

Da Al Qaeda faz parte uma pequena unidade de combatentes de elite – a Brigada 055 -. Com cerca de 2.000 mercenários, profundamente motivados, oriundos maioritariamente de países árabes, da Ásia Central e do Sudeste Asiático, e de outras regiões em conflito, esta unidade foi criada por Bin Laden, pouco tempo após a sua chegada ao Afeganistão. Tinha por objectivo combater a Aliança do Norte, para além de funcionar como uma reserva estratégica da Al Qaeda. Esta brigada estava equipada com armas deixadas pelos soviéticos aquando da sua invasão, e por outras fornecidas pelos governos sudanês, paquistanês e talibã. Desse equipamento, fazia parte sofisticado material ocidental de comunicação. Mais tarde, o Sudão ampliaria a sua ajuda com a criação de infra-estruturas de formação. Células de apoio à Al Qaeda,

---

<sup>49</sup> *Nome de guerra* de Ali Amin al-Rashidi, considerado um dos mais populares líderes da Al Qaeda.



actuando na sua maioria em países ocidentais, prestaram um enorme contributo no domínio do aprovisionamento. Há, ainda, relatórios que dão conta de ligações da Al Qaeda às máfias russa e ucraniana para a obtenção de armas e equipamento (Gunaratna, *idem*).

Com a intervenção dos Estados Unidos e dos seus aliados no apoio à Aliança do Norte, no final de 2001, os Talibãs e a Al Qaeda sofreram pesadas baixas. Nessa altura, preocupado com a segurança das suas forças, Bin Laden ordenou a retirada do que restava dessas mesmas forças para a fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão. Aqui, ter-se-ão reagrupado com o objectivo de se lançarem numa campanha de longa duração (Gunaratna, *ibidem*).

### **6.3. Financiamento**

Dentre as muitas organizações terroristas, a Al Qaeda é aquela que apresenta a mais complexa estrutura destinada à captação e movimentação de fundos. A infra-estrutura financeira da Al Qaeda, particularmente resistente, deve-se, sobretudo, à estrutura compartimentada que a organização adoptou desde a sua criação, com base na qual dedica muita atenção à formação e gestão financeiras como a uma cuidada política de investimentos. O Conselho Financeiro e de Negócios da Al Qaeda inclui banqueiros profissionais, contabilistas e financeiros dedicados à gestão de fundos por todo o mundo. Com o objectivo de movimentar fundos clandestinamente, a organização fundou diversas instituições legais, incluindo instituições humanitárias estatais e privadas, bancos e empresas. São, entretanto, vários os patrocinadores árabes abastados do Médio Oriente, muitos deles indivíduos respeitados, que apoiam financeiramente a Al Qaeda (Gunaratna, *idem*, pp. 143-145). Mas são múltiplas as fontes de financiamento da actividade terrorista da Al Qaeda. Para o efeito, a organização recorre tanto a meios legais como ilegais. Frequentemente, o terrorismo apoia-se em actividades ilegais de diferentes escalas, indo desde o pequeno ao mais elevado delito. O tráfico de droga é a que mais tem contribuído para o suporte económico da organização. No entanto, os tráficos de armas e de pessoas, a contrafacção de diversos produtos, o contrabando, os sequestros e a extorsão

constituem outras fontes consideráveis de rendimento.

A produção e o tráfico de estupefacientes conheceram um considerável incremento após a expulsão do regime talibã do Afeganistão. Este país, para além do Paquistão e do Irão, é um dos maiores produtores mundiais de ópio. Os diamantes têm sido, igualmente, utilizados para o financiamento da actividade terrorista. A Al Qaeda chegou a trocar diamantes em bruto, no valor de várias dezenas de milhões de dólares, por armas e dinheiro em numerário (Napoleoni, *op. cit.*, p. 309).

Já o financiamento do terrorismo proveniente de meios legais está apoiado em actividades que vão desde empreendimentos comerciais a obras de beneficência. Entre as primeiras encontra-se a indústria apícola. Bin Laden estabeleceu fortes vínculos com empresas iemenitas do sector do mel. A sua entrada neste negócio coincidiu com a sua chegada ao Sudão, no início dos anos 90 (Gunaratna, *ibidem*, p. 272). Relativamente às segundas, há a considerar donativos que têm as mais diversas proveniências. Entre estes encontra-se a esmola prescrita pelo Islão – o *zakat* –, que é recolhido desde locais de culto até aos mais variados estabelecimentos comerciais, em forma de imposto, e que se traduz em milhares de milhões de dólares destinados anualmente a instituições de beneficência. Algum deste enorme pecúlio é desviado para grupos extremistas (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*, pp. 223-227).

A gestão de fundos da organização é feita pelas respectivas células de apoio, enquanto a sua distribuição é assegurada pelas células operacionais clandestinas. As contas de rendimento e as contas operacionais, bem como as transferências das contas de rendimento para as contas operacionais são movimentadas pela sua rede bancária. Para estes movimentos são, normalmente, utilizadas diversas contas bancárias, o que permite encobrir o seu verdadeiro objectivo. Já as contas de rendimento estão registadas em nome de instituições humanitárias e de empresas controladas pela organização. As contas operacionais têm como titulares membros da Al Qaeda cujas identidades não são do domínio público ou em nome de apoiantes de confiança. Por

seu turno, para a transferência de fundos é utilizado o sistema *hawala*<sup>50</sup>, do qual a organização depende bastante. Os banqueiros paquistaneses estimam que este sistema seja responsável por 2,5 dos 3 mil milhões que anualmente entram no país (Gunaratna, *idem*, p. 146).

Na Europa, a rede financeira da Al Qaeda, que é controlada por argelinos, intervém largamente no âmbito da falsificação de cartões de crédito. As agências de segurança admitem que esta actividade proporcione cerca de um milhão de dólares em cada mês. Esta rede europeia chegou mesmo a adquirir equipamento destinado à codificação e decodificação de cartões de crédito de empresas legais que se encontravam acima de qualquer suspeita (Gunaratna, *ibidem*, p. 149).

Em Espanha, o financiamento inicial providenciado pela Al Qaeda foi dando lugar à obtenção de fundos directamente da responsabilidade das células locais. É hoje sabido que os terroristas que levaram a cabo os atentados de 11 de Março de 2004, em Madrid, recorreram, entre outros meios, a fraudes com telemóveis e cartões telefónicos para a obtenção de fundos. Com a detenção em Espanha de terroristas ligados à rede do 11 de Setembro, também se ficou a saber que a falsificação de documentos e de passagens aéreas estiveram na base do seu auto-financiamento.

Desde o 11-S, e devido à reacção internacional desencadeada a partir dos Estados Unidos, a rede financeira da Al Qaeda tem sido sujeita a um profundo escrutínio. Todavia, tal não tem impedido a organização de recorrer a fontes alternativas e de poder, deste modo, prosseguir nos seus propósitos. Na verdade, ao serem analisados os custos inerentes a muitas das operações da organização, fica patente que com uma adequada gestão dos meios não se torna necessário o recurso a grandes verbas para o sucesso de um ataque terrorista de grandes dimensões (Gunaratna, *idem*, pp. 149-151).

---

<sup>50</sup> Já referido no Capítulo 5.

#### 6.4. Estrutura antes do 11 de Setembro

Faz parte já do conhecimento geral que as organizações jihadistas se orientam por estruturas descentralizadas e em forma de rede, em clara oposição com o modelo profundamente hierarquizado dos grupos terroristas laicos. Todavia, essas estruturas, que inicialmente eram marcadas por uma enorme semelhança com as organizações terroristas tradicionais, foram-se distanciando gradualmente daquelas ao longo dos últimos anos (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*, p. 192). As origens da própria Al Qaeda estavam assentes numa estrutura clássica, ainda que, naturalmente, adaptadas aos modelos sociais próprios do Médio Oriente. Em 1998, a estrutura da Al Qaeda compreendia a existência de uma cúpula, representada por Bin Laden, de um conselho consultivo e de quatro comités, respectivamente para assuntos religiosos, militares, financeiros e de informação. A organização contava, igualmente, com uma força de guerrilhas, a Brigada 055 (Gunaratna, 2002, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, p. 193).

Especialmente no Afeganistão, a estrutura de poder da Al Qaeda assentava num modelo piramidal. Para além desta particularidade, a organização contava, ainda, com um serviço de segurança que tinha por missão a protecção de personalidades e a detecção de eventuais infiltrações inimigas. Toda a estrutura central da Al Qaeda tinha estabelecido ligações com outras células ou redes que se encontravam instaladas nas mais diversas partes do mundo, das quais grande parte estava dedicada ao apoio logístico, recrutamento ou obtenção de informações. Todavia, nem todos os elementos dessas células estavam vinculados à Al Qaeda. Neste sentido, é de admitir que a primeira rede jihadista radicada em Espanha, sob a liderança de Abu Dahdah, que provavelmente terá trabalhado sob as ordens do núcleo central da Al Qaeda, tenha contado com a colaboração de membros efectivos da organização, nomeadamente o sírio Mustafa Setmariam e o palestino Anwar Adnan Mohamed Saleh. Apesar do apoio oferecido ao núcleo central da Al Qaeda e da promoção das suas orientações, algumas destas redes actuavam com grande independência relativamente à gestão de diversos assuntos. Deste modo, poderá inferir-se que, à excepção de acções terroristas de grande dimensão, a Al Qaeda se encontrava centralizada a nível estratégico mas descentralizada no plano tático (Ibáñez e Jordán,

*ibidem*, pp. 193-194).

Para Arquilla e Ronfeldt, 2001, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, p. 194, a estrutura organizacional da Al Qaeda, anterior ao 11-S, assemelhava-se a uma rede com forma topológica de estrela ou de eixo. Esta estrutura reticular caracteriza-se pela presença de um nó central ao qual se encontram ligados todos os outros nós ou unidades sem a possibilidade de comunicarem com membros de nós diferentes. Com este modelo, o órgão central dispõe de uma visão de conjunto de todas as actividades realizadas pelos seus elementos.

Associados à Al Qaeda, enquanto organização, encontrava-se uma rede de grupos jihadistas que actuava somente a nível regional mas que perseguia objectivos comuns. Por tal motivo, os grupos que integravam essa rede beneficiavam de campos de treino, de financiamento, da logística e, ainda, de variadíssimos contactos proporcionados pela Al Qaeda, dentre os quais se destaca pela sua importância o da Frente Islâmica Mundial para a Guerra Santa contra os Judeus e os Cruzados. Outros grupos como, por exemplo, o *Yema'a Islamiya*, o *Abu Sayyaf*, o GSPC, o Grupo Islâmico Combatente Líbio e o Grupo Islâmico Combatente Marroquino (GICM) faziam, igualmente, parte dessa rede descentralizada, ou *grande Al Qaeda* (Schanzer, 2005, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, p. 195). Estes grupos associados à Al Qaeda agiam de forma independente, contando ainda, em muitos casos, com uma estrutura e hierarquia próprias. Estas organizações tinham semelhanças com a estrutura hierárquica clássica, com uma liderança centralizada e especialização de funções. A sua colaboração com a organização Al Qaeda acontecia a diferentes níveis hierárquicos. Em plena actividade, as relações entre os distintos níveis tinham lugar sem a supervisão directa dos responsáveis dos níveis estratégico e operacional, devido ao facto de as comunicações clandestinas entre os escalões superiores e a base serem complicadas. Por este motivo, qualquer decisão cabia aos líderes do nível técnico. Em Espanha, a rede de Abu Dahdah mantinha contactos e cooperava esporadicamente com a célula do GSPC, para além do estabelecimento de relações com as redes jihadistas marroquinas instaladas no país. A colaboração entre os diferentes grupos continua a ter por base a existência de objectivos finais comuns – o restabelecimento do Califado e a luta contra os

*traidores e os inimigos do Islão* —. As campanhas terroristas de alguns desses grupos, inicialmente à escala nacional, foram alargando o seu âmbito de intervenção até alcançarem um carácter universal. Afinal, foi precisamente a união de todos os combatentes da jihad um dos pressupostos que esteve na origem da Al Qaeda (Ibáñez e Jordán, *op.cit.*, p. 195).

### **6.5. Estrutura depois do 11 de Setembro**

São vários os sectores de opinião que sustentam a tese que a Al Qaeda terá deixado de representar nos dias de hoje qualquer tipo de ameaça e que o jihadismo estará mesmo em fase de declínio. Uma dessas vozes é a de Burke (2004: 293), que considera encontrarmo-nos agora numa fase “onde a Al Qaeda não é uma vanguarda nem uma base”, podendo definir-se mais exactamente como “a metodologia, a máxima, o preceito, a norma, a maneira de ver o mundo”. Para este autor, o “núcleo” da organização desagregou-se, a “rede de redes” rompeu-se; “tudo quanto resta é a ideia de Al Qaeda. Para se ser membro da Al Qaeda basta afirmá-lo”. Como resultado da enorme concentração de actividade desenvolvida pelos norte-americanos em território afegão a Al Qaeda viu-se obrigada a deslocar os seus meios para o Paquistão, onde dispõe da protecção de muitos dos seus aliados. Mas é, igualmente certo que a organização continua a receber e a treinar voluntários nas zonas fronteiriças do Afeganistão com o Paquistão. É assim que, contrariando opiniões como esta, assistimos a uma inquietante adaptação da organização terrorista Al Qaeda às iniciativas de que é alvo por parte das múltiplas instâncias internacionais. Adaptação, essa, que lhe conferiu até uma considerável evolução. Tendo na Al Qaeda e no que ela representa em termos de notoriedade e visibilidade a sua fonte de inspiração e a sua mola impulsionadora, o fenómeno terrorista vai adquirindo novas formas, como é constatado pelo surgimento de células espontâneas e autónomas que, um pouco por todo lado, vão dando conta da sua sangrenta presença. Em apoio desta tese surge Jordán *et al.* (2010) ao afirmar que apesar dos avultados recursos aplicados tanto pelos Estados Unidos como por outros países no combate ao terrorismo jihadista global este fenómeno se mantém bem activo e que ao longo da primeira década de 2000 deu mesmo sinais de grande vitalidade, maior ainda do que a do período anterior ao 11-S.

A eventual presença de sintomas de debilidade no terrorismo jihadista enquanto fenómeno global tem vindo a ser contrariada por factores como i) a sobrevivência e regeneração do núcleo central da organização Al Qaeda, ii) a convergência entre organizações terroristas, iii) a mobilização espontânea e ii) os erros na resposta ao terrorismo global.

A recente transformação das organizações jihadistas foi determinada pelo enorme desgaste a que as mesmas ficaram sujeitas face às reacções havidas na sequência dos atentados do 11-S e que teve profundas consequências ao nível do desmantelamento de grupos e detenção ou eliminação de elementos de grande preponderância na dinâmica terrorista internacional. Tanto a estrutura da Al Qaeda no Afeganistão como a de outros grupos a si associados actuantes em território europeu tiveram idêntico destino. Todos estes acontecimentos fazem crer que a capacidade operativa da organização tenha ficado circunscrita à Ásia Central, desconhecendo-se qual o efectivo grau de controlo exercido pelos líderes da Al Qaeda sobre as células ou grupos espalhados por todo o mundo. Por estes motivos é de supor que o real poder da Al Qaeda para além dos territórios afegão e paquistanês se encontre limitado aos efeitos carismáticos e propagandísticos de Bin Laden. Em rigor, ignora-se se os grupos tradicionalmente associados à Al Qaeda conservam, ainda, as suas anteriores estruturas. Com a neutralização dos anteriores líderes desses grupos, é bem provável que os actuais grupos jihadistas se assumam como herdeiros daqueles, sem conservarem, todavia, os seus atributos. Bem pelo contrário, estas novas redes são norteadas por um carácter bem mais informal e difuso (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*, pp. 197-198).

Outro motivo para a transformação das estruturas jihadistas prende-se com o enorme sucesso resultante das campanhas propagandísticas projectadas internacionalmente na sequência do 11-S. No decurso dos últimos anos tanto os meios de Comunicação Social como a Internet têm funcionado como um utilíssimo instrumento de divulgação da causa jihadista. Os atentados que se seguiram ao 11-S serviram a preceito para uma demonstração da enorme vitalidade do terrorismo islamista, dos quais são exemplo a campanha do Iraque e a sua contribuição para a descentralização e extensão do

fenómeno jihadista. O actual movimento jihadista global é assim explicado em boa parte pelas transformações organizativas forçadas por uma maior concretização da luta anti-terrorista internacional (Ibáñez e Jordán, *idem*, p. 198).

A propósito deste novo modelo estrutural dos grupos jihadistas, convirá referir a posição de Mustafa Setmariam. Através de uma publicação sua na Internet, este estratega dava conta da existência de uma *terceira geração* jihadista surgida logo após o 11-S, em consequência do enorme enfraquecimento a que as suas estruturas estiveram sujeitas. Segundo Setmariam este novo movimento reagiria, assim, a esse declínio dando início a uma nova rebelião descentralizada e global capaz de desestabilizar o sistema político internacional ao longo dos próximos anos. O êxito desta nova derivação dependeria, no entanto, do abandono das estruturas piramidais típicas das anteriores gerações jihadistas. Dada a sua natureza e origem, esta nova estrutura baseia-se, mais do que a anterior, na existência de redes sociais e na base de laços de confiança, amizade ou de parentesco. Deste modo, as organizações altamente centradas e especializadas e com fronteiras institucionais perfeitamente definidas, dariam lugar a grupos informais partilhando ideias comuns no sentido da prossecução de iniciativas de índole jihadista. De facto, estas redes estariam em condições de planear e executar atentados indiscriminados causadores de importante número de baixas. Estas redes, apesar de serem compostas por elevado número de fanáticos, apresentam, ainda assim, um conjunto considerável de fragilidades, dentre as quais se destacam a sua impreparação e a necessidade de interacção com o seu ambiente social. Esclareça-se, no entanto, que este modelo organizativo de *terceira geração* não constitui a única forma adoptada pelos diferentes grupos jihadistas, existindo redes semi-autónomas de desenho mais convencional e outras com características mais próximas duma segunda geração. Mantendo, ainda, parte da sua anterior estrutura, a Al Qaeda será provavelmente um dos exemplos deste modelo. Resta saber até que ponto o jihadismo de terceira geração conseguirá sobreviver sem o patrocínio de organizações mais estruturadas (Ibáñez e Jordán, *ibidem*, pp. 200-203).



## 6.6. Al Qaeda em Espanha

O continente europeu já há muito foi declarado formalmente como território a conquistar pelo jihadismo internacional. No entanto, bem antes dessa proclamação já Espanha se encontrava sob a influência dum islamismo algo incipiente representado pela presença de grupos autóctones. Estes grupos eram marcados por uma profunda nostalgia que os remetia para os longínquos *tempos gloriosos* do Al Andalus, quando este se encontrava sob o domínio muçulmano. Actualmente, são muitos, incluindo os sectores mais moderados, os que acreditam que a reislamização de todo o território do Al Andalus, como ponto de partida para a conquista da Europa, está já em marcha, e que será uma questão de tempo para que tal empreendimento seja bem sucedido (Aristeguí, *op. cit.*).

Os mais recentes e trágicos acontecimentos, tanto no seu território como fora dele, colocaram, definitivamente, Espanha na mira do jihadismo global. Nesta *declaração de guerra* fica claro que os interesses e os cidadãos espanhóis estão sujeitos a qualquer iniciativa terrorista onde quer que os mesmos se encontrem. Ultimamente, são frequentes as alusões ao território de Espanha, como são os casos de Ceuta e Melilla, relativamente aos quais a Al Qaeda para o Magrebe Islâmico afirma “recorrer à força para a sua recuperação”. Os atentados de 11 de Março de 2004 marcam uma fronteira relativamente à actividade jihadista em Espanha. Antes desta data, o território espanhol serviu, essencialmente, como base de apoio ao terrorismo islamista. Após a mesma multiplicaram-se as detenções de indivíduos acusados de actividades ligadas ao jihadismo, a par da desarticulação de várias redes de apoio ao GSPC e ao GICM. A militância jihadista tem-se revelado, hoje em dia, como a principal ameaça para a segurança espanhola. A falta de integração dos muitos cidadãos muçulmanos chegados recentemente ao território espanhol associada a problemas de identidade de jovens muçulmanos espanhóis da segunda geração tem-se revelado como factores de risco que serão, seguramente, aproveitados pelo movimento jihadista global bem como potenciadores da criação de redes jihadistas de base. Estas redes são,

actualmente, a principal ameaça para a Europa<sup>51</sup>.

A proximidade geográfica de Espanha em relação ao Norte de África e a sua enorme população muçulmana fizeram deste país ibérico uma escolha natural enquanto centro operacional da Al Qaeda, em especial depois de a sua célula turca ter sido eliminada, o que levou a organização a transferir a sua delegação regional para Espanha. São vários os registos da permanência em território espanhol de muitos operacionais terroristas, alguns dos quais envolvidos nos atentados do 11-S. Espanha serviu, igualmente, para operações de apoio à Al Qaeda na Europa, que contava com a liderança do sírio Abu Dahdah<sup>52</sup>, que assumia, igualmente, as tarefas de recrutamento. Uma outra equipa de apoio à Al Qaeda, inteiramente composta por argelinos, e que pertencia ao GSPC, encarregava-se da criação e falsificação de documentos, da obtenção de equipamento sofisticado e de fundos através de fraudes com cartões de crédito. Esta célula estava em contacto com outros membros treinados no Afeganistão, na Bósnia e na Chechénia, e que operavam em Madrid e em Granada (Gunaratna, *op. cit.*, p. 229)

Nos últimos anos são várias as células ligadas a importantes organizações terroristas como o GIA e o GSPC que têm sido desmanteladas em Espanha. Criado em 1992, o GIA é um dos grupos mais sanguinários do jihadismo argelino, composto por antigos membros radicalizados da Frente Islâmica de Salvação (FIS) e que integra, sobretudo, antigos combatentes da guerra do Afeganistão. Em Maio de 1997, uma das suas células estabelecida em Valência, e que se dedicava a tarefas de apoio à luta na Argélia, foi desarticulada pelas autoridades espanholas. Por seu turno, o GSPC, fundado em 1998, por ocasião da guerra civil argelina, surge na sequência de uma cisão com o GIA. Em Setembro de 2006, o número dois da Al Qaeda, Ayman al-Zawahiri, torna pública uma declaração de fidelidade do GSPC à Al Qaeda. Pouco tempo depois, a 25 de Janeiro de 2007, o GSPC passa a denominar-se Al Qaeda para o Magrebe Islâmico (AQMI).

---

<sup>51</sup> *Al Qaeda y sus redes de base*. Artigo de opinião da autoria de Juan José Escobar Stemmann, de 28 de Junho de 2007.

<sup>52</sup> Condenado em Setembro de 2005 a vinte e sete anos de prisão pelo seu envolvimento nos atentados do 11 de Setembro de 2001.

Depois de Setembro de 2001, numa clara reacção aos acontecimentos dos Estados Unidos, as acções internacionais antiterroristas intensificaram-se. Em Espanha, a actividade policial desencadeada resultaria no desmantelamento de diversos grupos e na detenção de alguns dos seus líderes. A captura, em Junho de 2001, do argelino Mohamed Bensakhria, um dos líderes do GSPC, e considerado o cérebro da Al Qaeda na Europa, foi, sem dúvida, a mais significativa. Seria posteriormente extraditado para França (Aristeguí, *op. cit.*).

Em Abril de 2002, a Guardia Civil espanhola detinha em Barcelona, no seu domicílio, o argelino Ahmed Brahim, o responsável financeiro da Al Qaeda em Espanha, igualmente, relacionado com Mahmud Salim, um dos cérebros dos atentados contra as embaixadas dos Estados Unidos na Tanzânia e no Quénia, em Agosto de 1998. Neste mesmo ano, e nos que se seguiram, muitas outras detenções de terroristas com ligações à Al Qaeda tiveram lugar (Aristeguí, *idem*).

Na sequência dos atentados de Madrid, em Março de 2004, uma nova onda de detenções seria iniciada, com a prisão de paquistaneses ligados à Al Qaeda. Operações policiais desenvolvidas no decurso dos últimos meses desse ano permitiriam a neutralização de vários atentados incluídos na agenda terrorista e que tinham como alvo locais públicos e emblemáticos da cidade de Madrid. A estas operações outras se seguiram. Em mira, as forças da ordem tinham a detenção de presumíveis terroristas implicados no 11-M e a localização de células de apoio logístico, humano e financeiro à Jihad proclamada desde o Iraque pelo terrorismo jihadista e em particular pela Takfir wal-Hijra, grupo terrorista originário do Egipto (Aristeguí, *ibidem*). A partir de informações tornadas públicas, feitas com base em documentação recolhida pelas autoridades policiais, após os atentados do 11-M, soube-se da existência de planos para novos actos terroristas em território espanhol a serem levados a cabo por grupos associados à Al Qaeda.

Para além de causas internas relacionadas com a crescente hostilidade contra Espanha com origem na população muçulmana residente no país, outras tiveram origem no

exterior, dentre as quais se destaca a mudança estratégica anunciada, em 23 de Fevereiro de 1998, numa “Declaração da Frente Islâmica Mundial para a Guerra Santa contra os Judeus e os Cruzados”, assinada por Bin Laden e outros líderes radicais islâmicos, tendo sido materializada com o 11-S. A globalização do jihadismo conheceu assim o seu início, sendo, inclusivamente, conveniente orientá-la para o *inimigo distante*<sup>53</sup>. Assim, num encontro havido no Outono de 2002, na Turquia, várias redes jihadistas provenientes de países do Magrebe decidiram dar o seu total e definitivo apoio à nova estratégia anunciada por Bin Laden, em 1998. Nesse mesmo encontro, vários líderes associados à Al Qaeda chegaram a um acordo acerca da conveniência de serem realizadas acções terroristas no Norte de África e na Europa. Não tardaria muito para que os seus planos se materializassem. Em Espanha, foi graças ao desenvolvimento de diversas operações policiais que alguns desses planos foram gorados (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*, pp. 244-246).

Como bem recorda Gunaratna (2004), “a Al Qaeda está estruturada de forma a poder reagir muito rapidamente a acontecimentos inesperados no terreno. Mobilidade, flexibilidade e fluidez serão as directrizes principais da sua estrutura pós-Talibã”.

### **6.7. Objectivos globais da Al Qaeda**

Numa das suas múltiplas declarações, a Al Qaeda fez saber ao mundo quais são, de facto, os objectivos da sua luta, revelando que os mesmos estão concentrados no restabelecimento do Califado e na total islamização do mundo. A reconquista do Al Andalus constitui uma das fases da estratégia rumo ao seu objectivo final. As diferentes fases, já devidamente planeadas e estruturadas, vão desde o derrube dos governos árabes *infiéis* do Médio Oriente, substituindo-os pelo modelo de governo preconizado pela *Sharia*, até à completa reislamização de toda a população mundial, num processo que foi interrompido pelo derrube do Império Otomano. O objectivo da Al Qaeda é o de reunir todos os muçulmanos sob um único governo subordinado à lei islâmica e, deste modo, estabelecer uma nova Ordem Mundial. Tal significa que todos

---

<sup>53</sup> Judeus e cristãos.

os governos que se afastem desta orientação deverão ser derrubados. Antes da sua morte, a vitória da *nação muçulmana*, a eliminação das leis humanas impostas pelo Ocidente aos países muçulmanos, o restabelecimento das leis divinas do Alcorão e a reunificação da *Umma* sob a liderança de um Califa justo, eram para Bin Laden os objectivos que justificavam a luta e o sacrifício dos combatentes jihadistas contra os *infiéis*.

Eram muitas as matérias nas quais Bin Laden se apoiava para produzir a condenação dos regimes ocidentais. Desde 1996 que reivindicava a retirada das tropas norte-americanas da Arábia Saudita, a par da implementação de reformas nas áreas dos impostos, da moeda e da saúde pública e o fim daquilo que dizia ser a opressão dos palestinianos, dos chechenos e do povo de Caxemira. Condenou, ainda, a América pela utilização de bombas atómicas na Segunda Guerra Mundial, pela continuada produção de armas de destruição em massa, por alegados abusos dos “direitos humanos” e pelo apoio que tem dado a Israel. Numa carta na Internet, no Outono de 2002, acusou a América de ser a “pior civilização de sempre”. No final de 2001, Ayman al-Zawahiri organizou uma lista de “ferramentas” usadas pelas “forças ocidentais” para combater o Islão: (1) As Nações Unidas. (2) Os governos cúmplices dos países muçulmanos. (3) As grandes multinacionais. (4) As comunicações internacionais e os sistemas de transferência de dados. (5) As agências noticiosas internacionais e os canais de transmissão por satélite. (6) As agências internacionais de auxílio humanitário (Burke, *op. cit.*, p. 43-44<sup>54</sup>).

Para o alcance do objectivo final, que, como vimos já, é o restabelecimento do Califado, a Al Qaeda e outras organizações salafistas a ela associadas definem como marcos estratégicos: i) A substituição dos actuais governos muçulmanos, considerados ímpios, por teocracias adaptadas ao ideal salafista e sob orientação da *sharia*. ii) A derrota de todos os inimigos que ataquem os muçulmanos, onde quer que se encontrem, como por exemplo, no Afeganistão, Bósnia, Somália, Palestina e Israel,

---

<sup>54</sup> Excertos de *Knights Under the Banner of the Prophet* traduzidos e publicados pelo *al-Sharq al-Awsat*, jornal de língua árabe, em 20 de Dezembro de 2001, e de quais o autor obteve uma cópia.

Líbano, Iraque, Índia, Filipinas, Chechénia ou outros países do Cáucaso. iii) A reconquista dos territórios que alguma fizeram parte do mundo islâmico, como a Palestina e Israel, os Balcãs, as ilhas mediterrânicas, o sul de Itália, a Grécia e as amplas regiões de Espanha e Portugal que fizeram parte do Al Andalus. iiiii) A unificação de todos os muçulmanos sob uma mesma comunidade política ou califado. A estes objectivos, outros dois poderiam juntar-se: i) A imposição de um estatuto diferenciado, baseado na *sharia*, para as comunidades de imigrantes muçulmanas estabelecidas em países não islâmicos. ii) Expansão do Islão até aos confins da Terra (Ibáñez, 2007) <sup>55</sup>.

De conformidade com a agenda jihadista, encontramos-nos na fase que preconiza o derrube de Israel e dos governos árabes *traidores*, que vivem na dependência dos Estados Unidos e da Europa, e a sua consequente substituição por um modelo de governação baseado na Lei Sagrada do Islão. Outra das pretensões do jihadismo global passa pelo derrube e consequente substituição de governos dominados por ditaduras militares, assim como das monarquias da Jordânia, Arábia Saudita, cujo regime é considerado um dos maiores inimigos da *Umma*, e do Golfo Pérsico por regimes islamistas. Para esta fase está, também, declarado o ataque à economia dos Estados Unidos através do ciberterrorismo. Numa fase seguinte, é considerado o desmoronamento da influência ocidental junto do mundo islâmico, o que permitirá a declaração do Estado Islâmico. Antes da etapa final, prevista para 2020, haverá, ainda, um período de confrontação entre o *exército islâmico* e as *forças do mal*, e que após o derrube destas será, finalmente, proclamado o Califado.

Nos nossos dias, a Al Qaeda transformou-se na vanguarda do movimento jihadista global. Segundo afirmava, na ocasião, Burke (*ibidem*, p. 43), “a agenda de Bin Laden e dos seus seguidores é, essencialmente, política, ainda que apresentada, por razões óbvias, através de uma imagética e de uma linguagem religiosas”. Este movimento encontra-se estrategicamente descentralizado e estruturado em redes multidimensionais. Esta rede global é muito resistente, possuindo uma continuada

---

<sup>55</sup> Trabalho de IBÁÑEZ, Luís de la Corte. *Breve guía sobre la amenaza yihadista*, inserido no Jihad Monitor Occasional Paper Nº 11, de 14 de Maio de 2007, disponível em <http://www.jihadmonitor.org/>

capacidade regenerativa. A sua estrutura está disposta de modo a garantir uma eficaz comunicação com os diferentes grupos dispersos a uma escala global. A enorme capacidade adaptativa da Al Qaeda tem permitido a sua sobrevivência enquanto organização, do mesmo modo que a transformou em líder duma ampla coligação de organizações jihadistas presentes nas mais diversas regiões do globo e responsáveis pela grande maioria dos atentados ocorridos em todo o mundo após o 11-S. A ocupação norte-americana do Iraque acabaria por proporcionar ao movimento jihadista global a sua tão desejada reabilitação e o correspondente reagrupamento de forças, após os desaires registados no Afeganistão e nos Balcãs. Esta nova estratégia da organização tem-lhe permitido a presença nos mais diversos cenários, como são os casos da África subsariana, do sudeste asiático e do Magrebe, a par de uma crescente influência por toda a região do Médio Oriente, dispondo de uma estrutura estável na Península Arábica. Relativamente aos anos mais recentes há registo de uma enorme perda de vidas humanas resultante dos inúmeros atentados terroristas da responsabilidade da Al Qaeda ou de grupos a si associados. Também em relação aos territórios palestinianos surgem notícias sobre a extensão da presença jihadista patrocinada pela Al Qaeda (Toameh, 2005; Karmon, 2006, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, p. 166).

Reagindo aos efeitos da intervenção dos Estados Unidos e dos seus aliados no Afeganistão, a Al Qaeda tem patrocinado a criação de inúmeros grupos terroristas que aderiram à sua ideologia jihadista global. Estes grupos cedo se adaptaram a um renovado modelo táctico que os leva a recorrer com mais frequência ao martírio. Esta viragem coloca sérios problemas à segurança das populações pela enorme dificuldade posta na antecipação de actos suicidas. Com apoio numa eficientíssima máquina de propaganda, a Al Qaeda tem conseguido difundir por todo o mundo a sua ideologia galvanizando e mobilizando muitos agentes do terrorismo islamista actual (Gunaratna, *op. cit.*, 2004).

Têm sido muitas as análises relacionadas com o futuro provável do movimento jihadista global. Em rigor, mesmo com o desaparecimento de Bin Laden, não é possível elaborar previsões exactas sobre o futuro da jihad terrorista. Todavia, o conhecimento

que, ao longo dos tempos, se foi acumulando sobre este fenómeno permitirá desenhar possíveis cenários ou prognósticos. Assim, partindo dos que estão relacionados com o curto e o médio prazo, e na análise que é apresentada por Ibáñez e Jordán (*op. cit.*, pp. 227-228), é de admitir um conjunto de razões que façam supor que a *jihad* se prolongará por mais uma ou duas décadas, destacando as seguintes: a crescente dispersão e extensão das redes jihadistas por todo o mundo; a reconhecida capacidade do movimento jihadista global em adaptar o seu modo de actuação às mudanças verificadas no ambiente geoestratégico; a clara atractividade que a ideologia e a retórica jihadistas produzem junto de determinados sectores do mundo muçulmano; o exorbitado optimismo que a cosmovisão do salafismo radical instila nos seus seguidores; os amplos parâmetros com que os jihadistas percebem o tempo com base na convicção de participarem numa guerra praticamente iniciada com o nascimento de Maomé; os escassos custos económicos resultantes do terrorismo em comparação com outros meios de insurgência e guerra mais convencionais; a provável persistência dos problemas que afectarão, ao longo dos próximos anos, os países muçulmanos e que pretensamente justificam a actividade jihadista, como por exemplo, o subdesenvolvimento e as grandes desigualdades económicas, a corrupção e o autoritarismo político, a difusão da cultura ocidental, a instabilidade e as guerras no Afeganistão e Iraque e o conflito israelo-palestiniano; o fluxo de jovens voluntários que continuam a chegar ao Iraque, tal como faziam no Afeganistão, a fim de se juntarem à *jihad*, podendo, mais tarde, aproveitar essa experiência para prosseguir a luta nos seus países de origem.

A desestabilização profunda da economia mundial constitui outra das aspirações do movimento jihadista global. A destruição das infra-estruturas petrolíferas do Golfo Pérsico faz parte desse cenário, assim como acções contra oleodutos e gasodutos que, dada a sua extensão, são de difícil prevenção. Outro cenário preocupante contido na ameaça jihadista está relacionado com previsíveis dificuldades de integração das comunidades muçulmanas instaladas nos vários países europeus, as quais seriam, seguramente, hostilizadas numa reacção às iniciativas de grupos terroristas islamistas. Outro possível cenário que contribuiria para o agravamento da ameaça jihadista passaria pela mudança de regime em qualquer um dos países de maioria muçulmana



que passasse a ser governado por islamistas. Uma das consequências seria a criação de um *protectorado* a forças terroristas e a implícita ameaça à estabilidade internacional. Esta situação seria profundamente agravada caso estivéssemos na presença de um país produtor de petróleo ou detentor de armas nucleares. A existência dos chamados *Estados falidos* traduz-se em mais uma matéria de grande preocupação, já que os mesmos são foco de terrorismo e criminalidade representando um verdadeiro risco para a segurança internacional. A presença de grupos jihadistas em territórios pertencentes a estados nesta situação resultaria, inevitavelmente, num significativo esforço por parte da comunidade internacional (Ibáñez e Jordán, *ibidem*, pp. 229-231).

Outro cenário de catástrofe passaria pela realização de atentados de grande magnitude, em particular com armas de destruição massiva (ADM). A partir de um exercício de simulação realizado há poucos anos na Universidade Johns Hopkins, foi possível concluir que a materialização de vários ataques biológicos em simultâneo, em diversas partes dos Estados Unidos, resultaria, em pouco mais de um mês, em cem mil mortes, para além de produzir danos por contágio em vários milhões de pessoas. Outras formas de atentado com ADM, e de consequências imprevisíveis, seriam as chamadas *bombas sujas*, a detonação de uma bomba nuclear num grande centro urbano ou ataques a centrais nucleares. Ainda que se mostre improvável, nos tempos mais próximos, este tipo de acções por parte dos terroristas jihadistas, a profunda preocupação daqui resultante é absolutamente legítima (Ibáñez e Jordán, *idem*, pp. 232-233).

#### **6.7.1. A Reconquista do Al Andalus**

*"Juramos por Alá não depor a nossa espada nem descansar até que libertemos cada palmo da terra do Islão de todo o cruzado, colaboracionista e agente, desde Jerusalém até ao Al Andalus"* (comunicado da Al Qaeda para o Magrebe Islâmico, de 11 de Abril de 2007).

Por ocasião da rendição, em 1492, do último rei mouro de Granada, Boabdil, às mãos dos Reis Católicos, os muçulmanos daquela época estavam longe de imaginar que volvidos cinco séculos a sua causa seria retomada pelo integrismo islamista, e que a

mesma colocaria sérios problemas de segurança à sociedade do século XXI. Com efeito, a reivindicação de um *fascinante* e *glorioso* Al Andalus muçulmano que continua deliberadamente a ignorar o clima de frequente conflito social vivido em plena sociedade islâmica da época, passou a ser uma constante no discurso salafista da Al Qaeda, negando-se a aceitar o curso da história (Antonio e Reíllo, eds., 2006). De facto, a civilização muçulmana do Al Andalus está longe de servir como modelo pacífico e de convivência tolerante para a Europa dos tempos actuais. Na verdade, esse Al Andalus mítico nunca existiu (Magda, 2008, p. 93).

De acordo com a retórica islâmica tradicional, “toda a terra que alguma vez tenha sido islâmica no passado, sê-lo-á para sempre; se os infiéis se apoderam dela, é uma usurpação e há que tentar recuperá-la”. Para a Al Qaeda, a “recuperação dos territórios perdidos do Islão”, entre os quais se encontra o Al Andalus, constitui uma obrigação para qualquer muçulmano. Os territórios que pertencem hoje a Portugal e Espanha estiveram sob domínio muçulmano entre os séculos VIII e XV. São, por isso, considerados *Dar al-Islam*. Particularmente Espanha tem sido apontada como um país emblemático para qualquer das correntes do Islão. Tornou-se mesmo uma verdadeira obsessão para o islamismo mais radical (Aristeguí, *op. cit.*). É à luz deste sentimento que, desde bem cedo, são transmitidas às novas gerações dos países islâmicos matérias escolares que destacam o *passado glorioso* da civilização muçulmana por terras do Al Andalus. Fanjul (*op. cit.*, p. 231) chega a afirmar que “a ideia geral sobre o Al Andalus que se alimenta e propaga no ensino de História nos países árabes divide-se entre a glorificação do passado – compreensível se se mantivesse em termos discretos – e a vitimização pelo seu final...”<sup>56</sup>. Em muitos colégios da *Umma* é manipulado o uso de mapas para a partir dos mesmos *mostrar* que praticamente a totalidade da Península Ibérica continua a ser *Terra do Islão*. Este autor considera estarmos na presença de dois exemplos de ensino da história do Al Andalus com sinais bem distintos, revelando que os livros escolares tunisinos se pautam pela objectividade, seriedade e adequação à idade para que estão orientados, contrariamente ao que

---

<sup>56</sup> “La idea general sobre al-Andalus que se alimenta y propaga en las enseñanzas de Historia en los países árabes discurre entre la glorificación del pasado – comprensible si se mantuviera en términos discretos – y el victimismo por su final...”.

acontece na Síria, onde os livros de texto optam pela via da doutrina política à luz de um ultranacionalismo retórico que, aliás, particulariza esse país desde há muitos anos, recorrendo à falsidade e à violentação das mais elementares realidades históricas, partindo, desde logo, do urdido pressuposto de que a conquista árabe não passou, afinal, da restituição da justiça histórica em devolver Hispânia aos seus legítimos donos, na forma de libertação anti-colonial. Deste modo, a conquista do Al Andalus significaria não uma guerra expansionista, mas um glorioso sinal da grandeza árabe (Fanjul, *idem*, pp. 231-232).

A sistemática idealização de tudo o que rodeia o Al Andalus é um fenómeno que não afecta somente a educação islâmica mas que, estranhamente, envolve de igual modo sectores académicos e intelectuais do Ocidente. São muitos os manifestos onde é feito o elogio da civilização muçulmana daquela época, assim como é vangloriado o expansionismo, historicamente reconhecido como brutal, de alguns comandantes militares, como foi o caso de Almançor, e de governantes e líderes religiosos. Mais do que para a sua grandeza cultural o destaque vai para o expansionismo islamista e a subjugação a que submeteram os cristãos durante séculos. Convenhamos que a psicose que resulta da nostalgia de um pretenso *paraíso perdido* está a marcar de modo profundo os nossos dias com o crescimento e a expansão do islamismo radical e do terrorismo islamista (Aristeguí, *op. cit.*).

Como antes referido, a reconquista do Al Andalus constitui uma prioridade para grupos que professam desde o Islão mais conservador até ao mais radical<sup>57</sup>, tendo-se transformado para o mundo islâmico no elemento mítico mais assinalável daquele período da História muçulmana, e que tem servido para a manipulação e motivação dos sectores mais fundamentalistas. A obsessão jihadista centrada na Península Ibérica justifica a preocupação não somente das classes dirigentes e dos sectores de segurança de Portugal e Espanha, como, também, dos restantes países ocidentais e do mundo democrático (Aristeguí, *idem*).

---

<sup>57</sup> Através do seu órgão de propaganda jihadista, a AQMI já fez saber ao mundo, em 2009, a sua intenção de "restaurar a terra islâmica usurpada", que consideram ser um "paraíso muçulmano perdido", numa altura em que os muçulmanos estabeleceram a sua religião e "ergueram a bandeira da jihad, permitindo a chegada de Deus à terra".

### 6.7.2. O Restabelecimento do Califado

No dia 23 de Fevereiro de 1998, Osama Bin Laden, em parceria com outros líderes radicais islamistas do Egipto, Paquistão e Bangladesh, agitou o mundo com o anúncio de uma “Declaração da Frente Islâmica Mundial para a Guerra Santa contra os Judeus e os Cruzados”. Nesse documento são apontadas três razões que motivam uma reacção vigorosa contra o que consideram ser uma “declaração de guerra contra Deus” feita pelos norte-americanos: a primeira denuncia a ocupação das “terras do Islão, no mais santo dos lugares, a Península Árábica, saqueando as suas riquezas e ditando as suas leis”; a segunda, pela “grande devastação infligida ao povo iraquiano pela aliança cruzado-sionista” e “pelo elevado número de pessoas mortas”; e a terceira relaciona-se com o facto de para os norte-americanos estas guerras serem de natureza “religiosa e económica”, e para “servir os judeus”, destinando-se, igualmente, a “destruir o Iraque” e a “fragmentar todos os Estados da região”, de modo a “garantir a sobrevivência de Israel e a continuação da brutal ocupação cruzada da Península [Árábica] ”.

Para os líderes jihadistas mundiais, a vitória da *Umma*, e a sua reunificação, assim como a eliminação das leis humanas impostas pelo Ocidente aos países muçulmanos, e o restabelecimento das *leis divinas*, formam o conjunto dos seus principais objectivos. Numa das suas fases, este projecto compreenderá o derrube e substituição da liderança secular de países maioritariamente muçulmanos, e que vai desde Marrocos até países do sudeste asiático, passando pelos do Médio Oriente, para além da Turquia e de Israel. Para consumir este objectivo, as forças jihadistas recorrerão à estratégia de infiltração de governos e forças armadas, até ao seu absoluto controlo. A este objectivo juntar-se-ão outros, como o da expulsão dos Estados Unidos da região do Médio Oriente, o controlo da produção do petróleo, e a obtenção e uso de ADM para a destruição de Israel. É, assim, claro que o jihadismo global, sob a bandeira de uma organização como a Al Qaeda, irá impor a sua lei através de um terrorismo imprevisível e de difícil localização.

No actual momento, as forças jihadistas internacionais já não escondem os seus

propósitos globais e o percurso violento que lhes está associado, asseverando que o caminho rumo ao Estado islâmico mundial já foi iniciado e é imparável. O mundo civilizado em geral e a Europa em particular enfrentam a maior ameaça da sua história. Provavelmente, nem se terão, ainda, dado conta desta dramática realidade. O continente europeu, com Espanha a ocupar os lugares cimeiros, está a representar, no decurso dos últimos anos, o destino mais procurado pelas largas massas imigrantes provenientes de países do mundo islâmico. Aparentemente, os governantes europeus terão sido colhidos de surpresa, parecendo alheios aos perigosos efeitos deste novo fenómeno migratório. As alterações provocadas por esta *invasão* poderão pôr em causa, num futuro não muito distante, o equilíbrio demográfico dos países europeus. Uma das possíveis consequências desta *colonização* residirá no aproveitamento que o jihadismo fará das precárias condições de vida a que grande parte destes novos *residentes* ficará exposta. É sabido como estes fluxos migratórios se mostram permeáveis à insidiosa doutrina islamista. Os dados mais recentes avaliam em 55 milhões o número de muçulmanos a residir no continente europeu, com um incremento anual de 6 por cento. Em França residem, neste momento, cerca de 6 milhões de muçulmanos. Neste país são já duas mil as mesquitas ali existentes, o dobro do número de Marrocos, cuja construção contou com o financiamento do Estado, alegadamente feito em nome da paz social. Estes números merecem a nossa profunda reflexão. Mais, ainda: a nossa pronta reacção.

## **Capítulo 7 – Evolução das organizações jihadistas**

### **7.1. O novo terrorismo jihadista e as novas ameaças**

Pouco mais de um ano após os trágicos atentados de Nova Iorque e de Washington, o sentimento dos norte-americanos era o de que a ameaça terrorista não tinha diminuído e que o aparecimento de uma nova ocorrência seria apenas uma questão de tempo. Menos de três meses depois, todavia, o pessimismo e a inquietação davam lugar à euforia. Tudo por obra da detenção de Khalid Sheikh Mohammed, chefe operacional da Al Qaeda, e presumível cérebro do 11-S. A partir daí instalou-se a convicção de que o desmantelamento da Al Qaeda seria, igualmente, uma questão de tempo. Este sentimento seria, ainda, reforçado com base numa suposta incapacidade

operacional da organização terrorista. Efectivamente, uma sucessão de acontecimentos viria a reforçar essa ideia, e que seria interpretado como um considerável progresso no combate ao terrorismo global. Todavia, não tardaria muito para a euforia dar lugar à frustração. Com efeito, os sangrentos atentados de Istambul e de Madrid viriam a pôr em evidência a enorme capacidade de resistência da Al Qaeda e do jihadismo radical, em complemento da sua transformação num novo tipo de ameaça, mais complexo e difuso que anteriormente (Hoffman, 2003, *in* Reinales e Elorza, 2004: 119-122). Até as recentes convulsões vividas nos países do Norte de África têm servido a preceito como um novo estímulo da actividade terrorista do braço da Al Qaeda na região, a AQMI. É, por exemplo, o caso da Líbia, onde a escalada de violência jihadista está a colocar em perigo a situação precária não só deste país como de toda a região do Magrebe, a ponto de provocar uma justificada preocupação dos líderes ocidentais. A presença de agentes do radicalismo islamista obrigará, certamente, a uma convergência estratégica dos países vizinhos da Líbia no combate às forças da AQMI. Este cenário de crise vem tornar mais premente a necessidade de normalização da situação social e política dos países do Norte de África, que inclui, naturalmente, a questão do Sahara Ocidental. Entretanto, em Washington, o ministro líbio demissionário, Ali Errishi, denunciou o envolvimento de mercenários da Polisário no conflito do seu país com o intuito de combater os revoltosos e de pôr termo à sua campanha contra Kadhafi.

Uma das questões que se colocava anteriormente à eliminação de Bin Laden relacionava-se com o que poderia ser uma organização como a Al Qaeda depois de Bin Laden. A este propósito recorde-se que a resistência e longevidade da Al Qaeda não se apoia tanto no número total de jihadistas que lhe estão associados, mas, sobretudo, na sua enorme capacidade de recrutamento e mobilização, a par da grande motivação dos seus combatentes. As insistentes mensagens difundidas pelos canais afectos à Al Qaeda são um exemplo claro dos seus inabaláveis esforços de recrutamento e fortalecimento do moral da organização, que é gerado, essencialmente, na referência à implacável hostilidade do Ocidente em relação ao Islão, no uso da violência como uma forma entendível pelo Ocidente, e o recurso à *jihad* como única solução. Mas não é só no hábil uso da propaganda que assenta a capacidade da Al Qaeda para o

prosseguimento da luta. Tragicamente, foram já muitos os ataques bem sucedidos após o 11-S ocorridos em diferentes partes do mundo. Nesse sentido, a actuação da Al Qaeda após esta data demonstrou ser uma entidade extraordinariamente ágil, flexível e adaptável. Os acontecimentos do 11-S revelaram, de facto, a habilidade da Al Qaeda para identificar importantes vulnerabilidades ou falhas nas defesas do seu principal inimigo – os Estados Unidos –, e que têm sido impiedosamente exploradas. Seguramente, Bin Laden teria já planos para a sua eventual eliminação, essencialmente, no sentido de ser assegurada a continuidade do movimento e da revolução que ele próprio pôs em marcha. O principal desafio seria a promoção e a garantia da sua sobrevivência tanto como ideologia como conceito. Parece inquestionável que o que o destino preparou para Bin Laden e a Al Qaeda terá efeitos sísmicos tanto sobre os estados Unidos como sobre o resto do mundo. Durante muito tempo Bin Laden era, das poucas pessoas ainda vivas, aquela que podia reivindicar ter mudado o curso da história. E a implacável batalha que empreendeu ainda está por terminar. O sentimento de compromisso e a consciência de missão são hoje maiores que nunca (Reinares e Elorza, *ibidem*).

No actual contexto terrorista a população mundial assiste impotente ao evoluir das ameaças à sua segurança. Às velhas ameaças juntam-se agora outras possuidoras de elevado grau de letalidade e de imprevisibilidade. Dessas novas ameaças algumas destacam-se, sobretudo, pela dificuldade que colocam aos diferentes organismos encarregues da segurança dos seus cidadãos. Tem sido frequente a alusão ao risco associado à obtenção e ao uso de armas de destruição massiva (ADM), havendo provas de que a Al Qaeda já havia tratado de as obter antes de 2001. Os próprios especialistas desconhecem a que distância se encontra organizações como a Al Qaeda de obter quantidades necessárias de urânio para fabrico de bombas, admitindo que, pelo menos no curto prazo, tal será improvável. Apesar de se conjecturar que, por enquanto, nenhuma organização terrorista tenha em seu poder armamento não convencional, nada faz crer que pretendam desistir da sua obtenção a qualquer momento.

### 7.1.1. O terrorismo suicida

A principal fonte de motivação para um terrorista suicida reside na sua profunda crença religiosa. Todavia, o suicídio é proibido pelo Alcorão. Ainda assim, e a exemplo dos Livros Sagrados das outras grandes religiões, o Alcorão contém episódios que permitem fazer interpretações em sentido oposto. Deste modo, dentro do Islão há versículos que justificam este tipo de acto. Para alguns líderes religiosos, como por exemplo Mohammad Hussein Fadlallah<sup>58</sup>, “um bom muçulmano que, em defesa do Islão se deixa matar, não deve ser considerado suicida. Quem se faz matar em nome do Islão é, pelo contrário, um *shahid*<sup>59</sup>. Deus o recompensará com o Paraíso” (Sanmartim, *op. cit.*, pp. 14-16).

Desde os anos 80 do século passado que o emprego desta táctica terrorista, com particular predominância entre o *Hezbollah* e o *Hamas*, tem dado mostras da sua enorme capacidade destruidora. O registo destes casos veio a conhecer um assinalável aumento a partir de 2003, com a ocupação do Iraque pelas tropas norte-americanas. Para o uso deste tipo de terrorismo são referidas como assinaláveis vantagens o seu carácter cirúrgico de destruição e o seu enorme efeito propagandístico, a par dos escassos recursos financeiros a que obriga. Serve, igualmente, para mostrar à população ameaçada a sua incapacidade para resistir ou antecipar semelhantes actos. Finalmente, permite às organizações terroristas o reforço dos laços de solidariedade entre os seus membros.

O modelo de atentado jihadista com maior impacto mediático consiste numa série de ataques suicidas simultâneos com explosivos, ocorridos em vários lugares com o propósito de provocar dezenas ou mesmo centenas de vítimas civis. Neste sentido, Al-Zawahiri aconselha este tipo de acções pelo enorme distúrbio psicológico que o mesmo provoca junto da população. Reconhecidamente, estes atentados revelam

---

<sup>58</sup> *Ayatollah* xiita falecido a 4 de Julho de 2010, foi o guia espiritual do *Hezbollah* e um dos nomes mais influentes do Islão xiita.

<sup>59</sup> Aquele ou aquela que perde a sua vida ao praticar um dever religioso. O Xiismo é a corrente do Islão que mais valoriza o martírio.



importantes vantagens táticas. Assim, para além de o terrorista suicida se converter numa espécie de *bomba inteligente*, este método permite simplificar grandemente a fase de preparação, por o mesmo não requerer a planificação de fuga (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).

### **7.1.2. O terrorismo alimentar**

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, Terrorismo Alimentar é definido como um “acto ou ameaça de contaminação deliberada de alimentos para consumo humano com agentes biológicos, químicos e agentes físicos ou materiais rádionucleares com o objectivo de causar lesão ou morte a populações civis e/ou perturbar a estabilidade social, económica ou política” <sup>60</sup>. No mesmo documento, e ciente da sua importância, este organismo internacional lançou um alerta advertindo que grupos terroristas poderiam tentar contaminar alimentos com agentes patogénicos e tóxicos, pedindo, por isso, às autoridades competentes de cada país o aumento da sua vigilância. De novo, a OMS, desta vez com base num dos seus relatórios, afirma que um ataque com o uso de agentes químicos ou biológicos poderá levar a população a desenvolver doenças graves, como cancro, podendo mesmo causar a morte. Ainda segundo o documento, a contaminação de alimentos é um “risco real e corrente”, recordando que “ao longo da história, o abastecimento alimentar tem sido frequentemente alvo de sabotagem durante campanhas militares com o objectivo de aterrorizar ou intimidar as populações”, acrescentando que “a contaminação deliberada dos alimentos por agentes perigosos pode ocorrer em muitos pontos do seu sistema de produção”. Conclui, advertindo que “apesar da existência de poucos incidentes ou ameaças de contaminação deliberada de alimentos com agentes perigosos em larga escala, é prudente considerar medidas preventivas básicas”. Deste modo, recomenda uma vigilância continuada ao longo de todo o processo de produção alimentar, lembrando, para o efeito, a existência de variantes na produção e nos sistemas de produção, como são os casos de muitos alimentos como

---

<sup>60</sup>*Terrorist Threats to Food: Guidance for Establishing and Strengthening Prevention*. Disponível em <http://www.who.int/foodsafety/publications/general/en/terrorist.pdf> (documento revisto em Maio de 2008).

peixes, carnes, aves, frutas e verduras, que são consumidos com um processamento mínimo, e de outros como os cereais e óleos que são submetidos a um processo de transformação considerável antes de chegarem ao consumidor. Isto mostra bem a grande vulnerabilidade a que os alimentos estão sujeitos e o perigo que poderão significar para a saúde pública. Claro que esta contaminação deliberada pode ser minimizada com o aumento do controlo sobre as pessoas e as instalações.

Apesar de constituir matéria que justifica plenamente enorme preocupação por parte das autoridades nacionais competentes, António Nunes, Inspector-Chefe da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), que reconhece a facilidade com que, actualmente, se pode manipular maliciosamente produtos alimentares, admite que “a ameaça do terrorismo alimentar não se enquadra verdadeiramente na estratégia jihadista, que sistematicamente dá preferência a acções de grande visibilidade”. Num documento da sua responsabilidade<sup>61</sup>, António Nunes destaca a presença de três grandes grupos de meios nos quais são enquadráveis os ataques terroristas a produtos alimentares: i) pela disseminação por dispersão na atmosfera; ii) por adição de substâncias em alimentos, incluindo a água, e; iii) por injeção de agentes patogénicos em materiais ou insectos. Este especialista acrescenta, ainda, que “os agentes a utilizar no âmbito do terrorismo alimentar e que podem provocar danos, directamente no ser humano ou na cadeia alimentar, com repercussões sociais ou económicas, poderão ser: vírus, bactérias, fungos, toxinas e químicos. Para além destes, poderá ser utilizado, também, material radioactivo”.

No seu estudo, António Nunes, conclui com a convicção de que a resposta a esta ameaça deverá ter como ponto de partida a prevenção, sendo para o efeito “necessário estabelecer sistemas eficientes e eficazes de controlo, vigilância e alerta, capazes de dar resposta ao combate ao terrorismo alimentar”.

---

<sup>61</sup> Sob o título *Terrorismo Alimentar – uma ameaça emergente*, inserido na sua dissertação de mestrado: *Terrorismo, Novos Terrorismos e Segurança Interna em Portugal*, de 2009.

### **7.1.3. O terrorismo espontâneo e sem liderança**

Este tipo de terrorismo corresponde a uma nova e séria ameaça para a sociedade em geral. Trata-se de um fenómeno que despontou recentemente, no período pós-11-S e tem como protagonistas indivíduos fanatizados que encontram *inspiração* em *fontes* como a Al Qaeda, e que após um processo de radicalização levam a cabo acções terroristas ou entregam-se a qualquer outro tipo de actividade de apoio à *jihad global*. Na sua maioria são terroristas espontâneos que actuam sem qualquer tipo de vínculo a um grupo ou a uma organização, e fora das esferas de recrutamento ou formação. Constituem uma *rede* difusa, bastante permeável e exposta à intervenção manipuladora de islamistas radicais

### **7.1.4. A ameaça do ciberterrorismo**

Apesar da sua visão do mundo medieval, a Al Qaeda está verdadeira e solidamente rendida aos benefícios da era digital. Em muitos sentidos, a Al Qaeda reconhece e explora, a par de outras organizações terroristas, as importantíssimas vantagens instrumentais que o ciberespaço pode oferecer no que diz respeito ao significativo aumento da sua capacidade ofensiva em termos de *inteligência*, vigilância e reconhecimento. Esta abordagem multidimensional da Al Qaeda tem-lhe permitido manter a sua estrutura de trabalho em rede com múltiplos nódulos e uma interminável capacidade de actuação, ao mesmo tempo que se protege a si mesma de eventuais infiltrações e detecções através do anonimato tecnológico e da hipermobilidade. Este tipo de ambiente oferece inúmeras vantagens operativas no alcance de objectivos tácticos e estratégicos. A um nível particularmente decisivo o ciberespaço tem permitido ao movimento jihadista sobreviver mesmo quando a sua acção está sujeita a uma maior pressão e às mais rigorosas medidas de segurança implantadas pelos diversos Estados tendo sabido recuperar a sua eficácia seja em que lugar for por via de uma constante onipresença ciberespacial. Esta sua relação com as novas tecnologias da informação e com o ciberespaço tem-lhe permitido abranger todo o espectro sobre as suas necessidades operativas defensivas e ofensivas. Em termos de comunicação entre redes, a Al Qaeda emprega uma grande variedade de

métodos simples e engenhosos, ao mesmo tempo que as esferas superiores de comando revelam um profundo domínio das técnicas de vigilância e das técnicas de *inteligência* ocidental. Algumas dessas técnicas vão desde a encriptação de ficheiros de ordenador até à utilização de cartões telefónicos não identificáveis. O ciberespaço tem servido, igualmente, como importante difusor da propaganda da Al Qaeda, que serviu já para demonstrar a sua capacidade ofensiva em termos de vigilância e reconhecimento de objectivos (Ranstorp, 2004, *in* Reinares e Elorza, 2004: 205-213).

### 7.1.5. As armas de destruição massiva

Actualmente, são consideradas armas de destruição massiva (ADM) os agentes químicos, biológicos e radionucleares (QBRN). Trata-se de uma das ameaças mais assustadoras que pende sobre a população mundial. Esta ameaça alcançou níveis de maior gravidade quando Bin Laden afirmou numa das suas muitas entrevistas considerar “não ser um crime a posse de armas químicas, biológicas ou nucleares”.

*ARMAS QUÍMICAS* – Trata-se de um meio auxiliar de acção e não de uma forma principal de violência. O recurso a gás tóxico foi particularmente intenso na guerra do Iraque, entre 2006 e 2007, onde o cloro industrial foi adicionado a explosivos convencionais. Este tipo de armas provoca, sob o ponto de vista psicológico, uma enorme repulsa, sendo mesmo considerado a par das armas biológicas e das minas antipessoais, uma das raras categorias de armas a ser banida pela comunidade internacional. Este é um dos motivos que a tornam tão atractiva para o terrorismo. Na prática, no entanto, a sua utilização não confere aos terroristas particulares vantagens, para os quais os explosivos clássicos oferecem melhores resultados (Heisbourg, 2009).

*ARMAS BIOLÓGICAS* – Ao longo da história são vários os relatos relacionados com o uso deste tipo de armas. Nos nossos dias o bioterrorismo constitui, de facto, uma séria ameaça, de uma letalidade gigantesca. O *antrax*<sup>62</sup> e o H5N1<sup>63</sup> são duas das formas mais conhecidas. O manuseio do material biológico esta perfeitamente ao alcance de qualquer um. Os progressos da Engenharia Genética têm sido enormes nos últimos anos, permitindo o fabrico de patogéneos contra os quais não existe vacina ou antídoto imediatamente disponível. O investimento nestes meios pode ser considerável, em termos de recursos humanos altamente qualificados e em material de laboratório, não havendo garantia para as organizações terroristas de um correspondente retorno. Entenda-se, todavia, que os efeitos de um bem sucedido

---

<sup>62</sup> Trata-se de uma doença infecciosa aguda, correntemente conhecida como carbúnculo, e que é provocada por uma bactéria chamada *bacillus anthracis*, sendo altamente letal.

<sup>63</sup> Refere-se a um subtipo do vírus *influenza* das aves, sendo igualmente conhecido por *gripe aviária*, mortal para o ser humano. Os especialistas acreditam que a transmissão entre humanos, apesar de rara, pode ocorrer facilmente se o vírus sofrer uma mutação.

ataque bioterrorista seriam devastadores. Este cenário de catástrofe obriga a um forte investimento na luta contra o bioterrorismo (Heisbourg, *op. cit.*).

*ARMAS RADIONUCLEARES* – Ainda que até ao momento não se tenha produzido nenhum acto terrorista com recurso a material nuclear, o perigo da sua preparação, aquisição e uso persiste dramaticamente. Admite-se como provável que organizações terroristas como a Al Qaeda já se encontrem na posse das chamadas *bombas nucleares sujas*<sup>64</sup>. Uma alarmante notícia publicada pelo jornal espanhol *El País*<sup>65</sup> dava conta que desde 1993, a ONU tinha detectado 390 casos de desaparecimento, roubo e contrabando de material nuclear. O perigo de utilização destas armas por uma organização terrorista resulta, sobretudo, dos efeitos de proliferação nuclear. O aparecimento de grupos terroristas interessados na aquisição deste tipo de armamento tem provocado enorme sentimento de insegurança num número cada vez maior de Estados. A posse de armas nucleares por parte de grupos terroristas dar-lhes-ia um poder sem igual. Para um grupo terrorista como a Al Qaeda a lógica da aquisição de armas nucleares situa-se fora dos domínios da dissuasão, sejam elas adquiridas para destruir ou para agir de maneira dinâmica ou com base na chantagem. Para um grupo terrorista a arma nuclear inscreve-se numa lógica de emprego efectivo, com os seus efeitos de destruição ilimitada. Todavia, em nenhum momento qualquer grupo terrorista esteve em situação de poder seriamente aceder a uma arma nuclear. São duas as razões: é extremamente complicado e demasiado caro. A complicação resulta sobretudo de dados técnicos relativamente às armas de fissão nuclear. Neste caso, a dificuldade é, assim, de ordem prática. A produção de plutónio supõe o acesso a uma central nuclear e a posse de uma unidade de retratamento do combustível irradiado a fim de extrair a matéria físsil. O plutónio assim extraído deve em seguida ser preparado já que se trata de uma matéria tremendamente difícil de gerir tanto nos planos químico como metalúrgico. Da sua parte, o urânio enriquecido põe menos problemas de manipulação que o plutónio. Em contrapartida, o enriquecimento do

---

<sup>64</sup> É um termo actualmente em uso para identificar uma arma radioactiva. É considerada uma arma terrorista por excelência, não só pelos seus efeitos imediatos, como pelos de contaminação a longo prazo.

<sup>65</sup> Edição de 14 de Abril de 2010.

urânio é uma operação que, no estado técnico actual requer instalações de grande dimensão e condições e equipamento altamente especializado. Com estas dificuldades postas, a alternativa passará pela sua aquisição de material nuclear ou uma arma pronta a ser usada. Com o desmantelamento da União Soviética, uma enorme inquietação atingiu a comunidade internacional perante a perspectiva de venda de material físsil e de armas por parte de organizações mafiosas. A reacção de vários países, com os Estados Unidos à cabeça, vai no sentido de ser criado um programa de apoio aos novos estados independentes para a custódia deste tipo de armamento (Heisbourg, *op. cit.*). São, entretanto, muitas as notícias que dão conta da transacção de materiais nucleares que faziam parte do antigo arsenal soviético, e que estão a ter como destino final organizações mafiosas e terroristas, como a Al Qaeda. Ainda que considerando uma reduzida probabilidade de ocorrer um atentado nuclear terrorista, a enorme inquietação reside nos seus catastróficos efeitos se tal vier a acontecer. Os terroristas dificilmente conseguirão construir uma arma nuclear. Porém, a sua proliferação no Paquistão, na Coreia do Norte e no Irão aumenta perigosamente as possibilidades de obtenção de um dispositivo nuclear. É, igualmente, preocupante a falta de rigor na inventariação nuclear russa. Deste modo, a situação que actualmente se constata é a seguinte: i) as medidas contra a proliferação não permitiram pôr termo à ameaça de acesso dos terroristas a armas ou materiais nucleares; ii) a dissuasão de terroristas que pretendam causar baixas em massa afigura-se como praticamente impossível; iii) os custos associados ao combate ao terrorismo nuclear são enormes, melhorando somente um pouco as possibilidades de prevenção de um ataque desta natureza. Já não restam dúvidas sobre as intenções de organizações terroristas como a Al Qaeda na aquisição de armas ou material nuclear, o que mostra a sua capacidade para realizar atentados catastróficos. Neste momento, são três os principais meios através dos quais tanto a Al Qaeda como outras organizações terroristas poderão aceder a armas nucleares: i) *roubo* - como é o caso dos antigos depósitos de armamento da ex-União Soviética; ii) *mercado negro* - em 2004, o físico paquistanês Abdul Qadeer Khan, conhecido como o “pai da bomba islâmica”, confessou publicamente a uma televisão do seu país ter vendido o segredo da bomba nuclear ao Irão, à Coreia do Norte e à Líbia; iii) *patrocínio de um Estado* - é conhecido o apoio que alguns estados detentores de armas nucleares, como a Coreia do Norte e o Irão,

concedem ao terrorismo; *Rússia* – com o desmantelamento da União Soviética milhares de armas nucleares tácticas ficaram em poder da quase totalidade dos novos estados independentes, sabendo-se, mais tarde, que parte desse armamento havia desaparecido (Clarke, 2005, pp. 173-178). Ainda assim, e apesar das dificuldades atrás apontadas, é fundamental considerar o risco de aquisição de capacidade nuclear por um grupo terrorista ao longo das próximas duas décadas, pelo que a sua prevenção deve ser entendida como uma prioridade estratégica (Heisbourg, *op. cit.*).

Uma fonte radioactiva não é uma arma comparável a uma bomba atómica. O seu eventual emprego pelos terroristas passaria pela combinação de fontes radioactivas com explosivos clássicos, a *bomba suja*, cujo uso resultaria num terror generalizado, dado o medo pelo desconhecido e o receio dos efeitos da radioactividade. Basta que imaginemos o pânico provocado por uma destas bombas num cenário de grandes multidões, como um mercado, o metropolitano ou grandes superfícies. Tal efeito corresponderia a um dos objectivos perseguidos pelos bandos terroristas: o pânico generalizado entre a população e uma profunda sensação de insegurança. As razões do não recurso à *bomba suja* estão ainda por esclarecer. Provavelmente, residirão na prioridade que tem sido dada a outros meios de ataque, sobretudo por uma maior dificuldade de manipulação de fontes radioactivas, de consequências imprevisíveis. O medo e o mistério que envolve a radioactividade podem ser outras das razões (Heisbourg, *idem*).

O risco de utilização de ADM por parte das organizações terroristas é considerável. Resta saber quando tal acontecerá, sendo certo que os alvos prioritários serão aqueles que reúnam uma maior concentração populacional.

## **7.2. As redes jihadistas e a Internet**

A Internet constitui nos nossos dias o principal meio de comunicação a nível mundial. De igual modo, o emprego deste meio por parte das organizações terroristas vai muito além do imaginável. Trata-se, pois, de um instrumento essencial do movimento jihadista global (Torres, Jordán e Horsburgh, 2006, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, pp.



218-219). Funciona como veículo de propaganda e obtenção de informação, assim como meio de recrutamento e mobilização, de ataque contra redes computadorizadas fornecedoras de serviços públicos, como, por exemplo, sistemas financeiros, aeroportos e de segurança, de financiamento, planeamento e coordenação das suas actividades e, ainda, como forma de comunicação. Tudo isto num ambiente insuficientemente controlado pelas forças antiterroristas, já que a cada revés provocado por estas, sucede uma resposta adaptativa das organizações terroristas. Não é de estranhar que a Internet seja cada vez mais utilizada pelos jihadistas que, inclusivamente, recorrem a ela para a criação de fóruns e para a reivindicação de atentados ou sequestros. Com meios como a Internet o mundo encontra-se agora mais ao alcance do terrorismo global salafista, onde a interacção para troca de informação e difusão de propaganda com países e regiões muito distantes entre si passou a ser possível.

Alguns tempos já passaram sobre a escassez de meios de difusão de informação e propaganda de que os grupos jihadistas dispunham, e que muito limitava o seu âmbito de intervenção. Na década de 90 do passado século, os meios de propaganda ao serviço do jihadismo global mostravam, ainda, alguns constrangimentos de natureza tecnológica que impunham limitações na difusão de dados. Ainda assim, tal não impediu que uma maior notoriedade de Bin Laden, fruto de algumas entrevistas por si concedidas a cadeias de televisão, desse lugar a um considerável incremento dos donativos colocados à disposição da Al Qaeda e também do número de voluntários destinados à *jihad*. Estes factos terão, seguramente, contribuído para a necessidade de lançar a organização para uma nova dimensão informativa das suas actividades. Gradualmente, os jihadistas foram descobrindo e aproveitando as potencialidades propagandísticas da Internet. Outra vantagem oferecida pelo ciberespaço residia na economia de custos, para além da garantia do anonimato das redes de distribuição, de uma maior difusão e acessibilidade, e, ainda, da possibilidade de obtenção de todo o tipo de informação em tempo real (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*, p. 220).

O 11-S acabaria por marcar o início de um novo ciclo na estratégia propagandística da Al Qaeda. Aqueles dramáticos acontecimentos fariam de Bin Laden e da sua

organização objectos de interesse mundial conferindo-lhes um lugar de destaque nos meios informativos internacionais, e que foi eficazmente aproveitado para o lançamento do apelo à *jihad global*. Depois do 11-S, o envio de material propagandístico para destacados canais de televisão por satélite passou a representar a forma habitual de a Al Qaeda comunicar a nível global. Até à sua *confiscação*, em 2002, a Al Qaeda teve o seu próprio projecto denominado *Al-Neda*, que serviu de modelo de gestão de uma *Web* jihadista. Para além de um formato apelativo, esta *página* estava dotada de uma ampla gama de recursos, entre os quais a presença de fóruns para interacção com a comunidade jihadista (Ulph, 2005, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, p. 221). As agências de segurança têm, entretanto, conseguido eliminar importantes *Web* jihadistas, através de uma actividade permanente de busca e destruição (Ibáñez e Jordán, *ibidem*, p. 221).

Todo este poder comunicativo é particularmente relevante sob o ponto de vista prático, já que facilita a transmissão de experiências, tácticas, fórmulas para o fabrico de explosivos e directrizes estratégicas. Todavia, é na sua capacidade para alimentar ideológica e afectivamente a nova geração jihadista que o seu principal poder reside, e será na produção propagandística que, garantidamente, o movimento jihadista continuará a investir grande parte dos seus recursos (Ibáñez e Jordán, *idem*, p. 222). Definitivamente, “o progresso do terrorismo está intimamente ligado à expansão do sistema mediático mundial. A propagação mediática do terror é tão importante quanto as próprias acções” (Benoist, *op. cit.*, p. 80)

## Capítulo 8 – Os atentados terroristas de 11 de Março de 2004, em Madrid

### 8.1. Introdução

A 11 de Março de 2004, a cidade de Madrid foi palco do mais grave atentado terrorista da história de Espanha, até à actualidade. As brutais explosões, quase simultâneas, ocorridas em quatro comboios que circulavam cerca das 8 horas da manhã nos arredores da capital espanhola ditaram a morte de 192 pessoas e múltiplos ferimentos a outras mil e quinhentas. Como resultado das inúmeras investigações, a autoria dos atentados foi atribuída ao terrorismo internacional com a marca jihadista. Outras investigações, estas de âmbito mais alargado, admitiram que tanto os atentados do 11-S, do 11-M, do 7-J, como os de Casablanca e da Turquia estavam inseridos numa estratégia jihadista global com o forte patrocínio da Al Qaeda. De facto, estes trágicos acontecimentos puseram em evidência estarmos na presença de uma nova forma de terrorismo, adaptada a um novo modelo organizativo e radicado em diferentes formas de actuação. Perante esta realidade, Gunaratna (*op. cit.*, p. 18) acredita que os ataques do 11-M deitaram por terra a presumível sensação de segurança instalada nos países europeus, para além da demonstração de que o Ocidente continua a ser o principal alvo da Al Qaeda e dos grupos que lhe estão associados. O certo é que Madrid fica para história como a primeira cidade da UE a ser fustigada pela actual rede global do terrorismo jihadista.

Logo após os atentados do 11-M, instalou-se junto da população espanhola a crença de que os mesmos tinham sido exclusivamente motivados pelo alinhamento mantido desde o início de 2003 entre as autoridades do seu país e as dos Estados Unidos na invasão e ocupação do Iraque. Este facto fez acreditar uma boa parte da população que foi esta parceria que esteve na base da reacção dos terroristas islamistas e que, consequentemente, fez de Espanha um dos principais alvos do jihadismo internacional. Nesse sentido, eram muitos os que admitiam que Espanha e os seus interesses dentro e fora do seu território só estariam a coberto da violência islamista com uma mudança clara da sua política externa. Esta foi, de resto, a mensagem que os terroristas quiseram fazer passar. Carecia, ainda assim, de fundamento, pois mesmo antes do 11-

M já as redes jihadistas instaladas em território espanhol preparavam atentados, para além de terem garantido importante apoio logístico e estrutural antes dos ataques de Nova Iorque e de Washington. O próprio Bin Laden, em 1996, declarava publicamente que um dos seus principais objectivos passava por atacar directamente alvos ocidentais em geral e norte-americanos em particular como retaliação à presença de uma aliança entre cristãos e sionistas que supostamente alimentava o propósito de “aniquilar o povo iraquiano e humilhar os seus vizinhos muçulmanos”, na sequência da Guerra do Golfo, de 1991. Neste contexto, continua a haver em território europeu uma ampla lista de destinatários possíveis para as ameaças terroristas da Al Qaeda ou de qualquer dos grupos por si patrocinados. Em Espanha, os terroristas atacam, sobretudo, por que é um país ocidental e, também, como represália pelas suas fortes e incómodas medidas antiterroristas próprias, aliás, de um Estado de direito. Acresce o facto de o território espanhol ser acessível à entrada de células terroristas devido à permeabilidade das suas fronteiras e à presença duma já extensa comunidade muçulmana. Espanha, como, de resto, todo o território peninsular, continua a fazer parte dos seus objectivos de submissão. A reconquista do *paraíso perdido* chamado Al Andalus é, pois, uma das suas próximas metas (Reinares, 2004, *in* Reinares e Elorza, 2004, *op. cit.*).

Num estudo da responsabilidade de Domingo Jiménez Martín<sup>66</sup> sobre a evolução da percepção da ameaça jihadista por parte da população espanhola nos três anos seguintes ao 11-M, foi revelado, entre outros dados, que, apesar das medidas antiterroristas levadas a cabo pelas forças e serviços de segurança, a maioria dos inquiridos considera ser preocupantemente alta a ameaça jihadista, e que o espectro de um novo atentado em Espanha ou onde existam cidadãos ou interesses espanhóis não diminuiu. Outro dado interessante refere-se à interpretação que foi dada pela maioria dos espanhóis sobre a participação do seu país na guerra do Iraque, continuando a relacionar a mesma com o 11-M, e que a sua presença noutros cenários bélicos eleva o risco de novos atentados.

---

<sup>66</sup> *A sociedad española tras el 11-M. Tres años de percepción de la amenaza*. Athena Paper, Vol. 2, Nº 4, Artículo 2/11, de 10 de Outubro de 2007. Disponível em: [www.athenaintelligence.org](http://www.athenaintelligence.org)

## 8.2. A origem

Para levarem a cabo os atentados do 11-M, cuja preparação teve início nos finais de 2001, os terroristas insistiram estrategicamente na relação entre os mesmos e a participação espanhola na invasão do Iraque. A rede então criada formou-se em Espanha. Marroquinos na sua maioria, os terroristas só haviam aderido ao jihadismo quando já residiam em Espanha, alguns dos quais ainda com pouco tempo de militância. Ainda assim, foram absolutamente capazes de planificar, organizar e executar os atentados. Admite-se que, pelo menos em termos operacionais, tenham actuado autonomamente. O necessário financiamento foi, igualmente, autónomo, com um custo que se terá situado entre 41.000 e 54.000 euros, aplicados, essencialmente, na compra de explosivos, no arrendamento de moradias, na aquisição de algumas armas e para gastos pessoais. Os atentados do 11-M acabariam por demonstrar os catastróficos efeitos que poderão ser causados por fanáticos dispostos a matar e a morrer em nome da causa jihadista (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).

Apesar da dificuldade em estabelecer uma origem clara da célula jihadista responsável pelos atentados de 11 de Março de 2004, já não se colocam dúvidas relativamente ao envolvimento nos mesmos da rede da Al Qaeda, em Espanha, liderada pelo sírio Imad Eddin Barakat Yarkas, aliás, "Abu Dahdah". Papel activo nestes atentados teve, igualmente, o Grupo Islâmico Combatente Marroquino (Gambill, 2005, e Marret, 2007, cit. por Mañas, p. 227 <sup>67</sup>). As investigações que se seguiram aos trágicos acontecimentos do 11-M permitiram, no entanto, uma importante leitura sobre os contornos desta sinistra maquinação. Os cérebros dos ataques, Rabei Osman Sayed Ahmed, conhecido como "Muhammed, o Egípcio", e Serhane Ben Abdelmajid Farkhet, conhecido como "o Tunisino", bem como outras das principais figuras dos atentados, mantiveram durante vários anos estreitas relações com elementos da cúpula da Al Qaeda, no Afeganistão, como foi o caso do sírio naturalizado espanhol Mustafa Setmariam. Serhane pertencia, desde 1996, à célula de Abu Dahdah, processado em

---

<sup>67</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009. Tese de doutoramento.

Espanha pela sua presumível ligação aos atentados do 11-S, e denunciado como o homem de Bin Laden, no país. Serhane, um dos sete suicidas da localidade de Leganés, foi considerado pelas autoridades espanholas como cérebro e líder do grupo que colocou as bombas nos comboios de Atocha. O aparecimento de Rabei Osman, em Madrid, facilitaria a Serhane e ao seu grupo a formação de que os mesmos careciam para a montagem e preparação dos explosivos. Entretanto, Osman mantinha ligações a grupos associados à Al Qaeda. Outro dos terroristas, o marroquino Said Berraj, um dos que teve a missão de colocar as bombas nas composições de Madrid, estava, igualmente, em contacto com a Al Qaeda. O também marroquino Jamal Zougam, amigo íntimo de Abu Dahdah, foi reconhecido por testemunhas como sendo um dos terroristas dos comboios.

A doutrinação e o apelo à *jihad* decorriam, habitualmente, no apartamento de Faisal Allouch, situado no bairro madrilenho de Villaverde, outro marroquino, também ele considerado como um dos presumíveis autores dos atentados do 11-M. As sessões serviam, igualmente, para visionamento de material audiovisual sobre treino militar. Na sequência dos atentados foi encontrado diverso material vídeo que revelava planos para novos ataques terroristas.

Os atentados de Madrid, os primeiros do género em território europeu, acabariam por marcar o início de uma nova fase do radicalismo islamista e, com eles, certamente o desencadeamento de um perigoso efeito de contágio<sup>68</sup>.

### **8.3. A rede de Abu Dahdah**

A rede de Abu Dahdah teve origem num pequeno núcleo do qual ele próprio era a sua principal referência. Tal como acontecera com as redes argelinas, a de Abu Dahdah tinha, inicialmente, uma finalidade logística, de apoio à rede que funcionava fora de Espanha. Isto apesar de o alcance das suas actividades ser bem mais ambicioso, dada a

---

<sup>68</sup> Artigo de JOSÉ MARÍA IRUJO intitulado: *Cómo surgió la célula local del 11-M*, publicado no jornal *El País*, no dia 12 de Setembro de 2004.

sua ligação a destacados membros do movimento jihadista global, o que lhe conferia um estatuto deveras privilegiado no âmbito do jihadismo europeu. Os primeiros elementos a integrar esta rede provinham de ambientes islamistas radicais nos seus países de origem. Muitos destes indivíduos tinham obtido a nacionalidade espanhola e possuíam uma situação laboral perfeitamente normal, a par de vidas correntes antes de consumada a sua detenção. Outros, no entanto, dedicavam-se por inteiro à causa jihadista. Tal era o caso dos líderes e daqueles que se deslocavam a campos de treino ou a combater no estrangeiro, e de outros dedicados à delinquência. Relativamente ao próprio Abu Dahdah, por exemplo, não havia conhecimento da existência de qualquer tipo de actividade profissional que pudesse servir de sustento à sua família ou a financiar as suas frequentes viagens ao estrangeiro. Outros membros da sua rede chegaram a deixar as respectivas famílias, pura e simplesmente entregues à sua sorte, quando eles se deslocavam ao Afeganistão a fim de receberem treino. Foram muitos os componentes do núcleo operacional da rede do 11-M que acabaram por abandonar a sua normal actividade profissional nos meses que antecederam os atentados.

Uma das características da rede de Abu Dahdah era a de ser constituída por uma grande percentagem de membros de origem marroquina, provenientes, sobretudo, de Tânger, e de sírios, muitos deles com relações pessoais ou de amizade de longa data. De acordo com as autoridades judiciais espanholas, vários dos indivíduos de origem síria tinham já um registo de vinculação ao braço armado dos Irmãos Muçulmanos na Síria.

Com a finalidade de distribuir propaganda e de captar novos recrutas, ou de aproximar diversos subgrupos, alguns membros da rede de Abu Dahdah, ainda que sem autorização para o efeito, costumavam frequentar a Mesquita de Abu Bakr, em Madrid. Mas não era somente este local de culto que merecia a atenção da rede de Abu Dahdah. Igualmente noutras mesquitas de Madrid era distribuída propaganda impressa. O palestiano Chej Salah, o próprio Abu Dahdah e, em especial, o marroquino Amer Azizi foram determinantes nesse trabalho de recrutamento que ajudou a criar e a ampliar a rede.

Nas suas habituais reuniões os responsáveis da rede de Abu Dahdah recorriam frequentemente à leitura de textos político-religiosos do jihadismo, desde autores *clássicos* até aos ideólogos actuais. Era também utilizado material audiovisual com o mesmo tipo de conteúdo. Nas suas mensagens eram permanentes as referências às condutas “transgressoras e desumanas do inimigo” e às “injustiças de que são alvo os muçulmanos”, e onde o inimigo é representado pelos “Estados Unidos e seus aliados”<sup>69</sup>.

A rede de Abu Dahdah fazia parte de uma estrutura superior – a Al Qaeda –, podendo ser considerada com uma *célula local* desta organização, em Espanha. Das diversas funções desempenhadas pela rede de Abu Dahdah a mais relevante foi a de ter estabelecido uma forte relação entre os muitos radicais que se encontravam dispersos por todo o território espanhol. Um desses grupos viria a ser o responsável pelos atentados do 11-M. Com a detenção de Abu Dahdah o grupo acabaria por ser praticamente desarticulado por completo (Ibáñez e Jordán, *ibidem*.).

#### **8.4. O Grupo Islâmico Combatente Marroquino**

Fundado em 1994, no Paquistão, na cidade de Peshawar, o Grupo Islâmico Combatente Marroquino (GICM) é uma organização terrorista islamista associada à rede Al Qaeda, sendo composto por combatentes marroquinos que frequentavam campos de treino no Afeganistão, incluindo alguns que participaram da guerra contra os soviéticos. Na Europa Ocidental movimenta-se junto das comunidades da diáspora marroquina. É considerado como a principal referência do Movimento Salafista Jihadista em Espanha. Um dos seus objectivos é o de instalar em Marrocos um regime fundamentalista islâmico e apoiar a guerra da Al Qaeda contra o Ocidente. São da sua autoria os atentados de Casablanca, em 16 de Maio de 2003. Alguns dos seus membros foram declarados culpados pelos ataques de Madrid, a 11 de Março de 2004,

---

<sup>69</sup> Artigo da responsabilidade de Javier Jordán, Fernando M. Mañas e Humberto Trujillo sob o título: *Perfil sociocomportamental y estructura organizativa de la militancia yihadista en España. Análisis de las redes de Abu Dahdah y del 11-M*, publicado em Inteligencia y Seguridad. Revista de Análisis y Prospectiva, No 1, Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.serviciosdeinteligencia.es/revista/numero-1/>



sendo ainda atribuída ao grupo a supervisão ideológica dos mesmos. Os seus membros têm sido, igualmente implicados na rede de recrutamento de combatentes para o Iraque.

Com o propósito de formalizar a aliança entre a Al Qaeda e o GICM, os seus dirigentes reuniram-se em Kandahar, em Agosto de 2001, com a plena afirmação dos seus objectivos, dos meios de que dispunham e sobre os seus princípios. Nesse mesmo encontro foi também declarado o compromisso de adesão ao Movimento Jihadista Global. Com a aceitação do grupo por parte de Bin Laden passou a ser possível aos seus integrantes receber treino sob a orientação da Al Qaeda, que passou também a garantir apoio económico, logístico e na formação dos seus líderes.

Em Marrocos, o GICM tinha como principal objectivo consolidar uma estrutura suficientemente desenvolvida e capaz de levar a cabo acções destinadas a desestabilizar o poder da monarquia reinante. Para o efeito, foram sendo criadas diversas células jihadistas nas principais cidades marroquinas. Todavia, devido à pressão das autoridades, o grupo viu-se na contingência de ter que adoptar uma nova estratégia, cujo resultado prático foram os atentados de Casablanca. Em consequência destes ataques o Governo marroquino passou a aplicar medidas repressivas tendentes à efectiva neutralização do movimento ideológico salafista contrário ao regime. Numa clara reacção à operação terrorista de Casablanca foram desencadeadas diversas operações policiais que permitiram a neutralização de novos atentados. A extensão destas acções policiais ao território espanhol resultaria na detenção de mais alguns membros do grupo.

Relativamente aos atentados de 11 de Março de 2004, em Madrid, a estrutura do GICM na Europa viria a ser considerada a de maior importância para a sua materialização.

O início das investigações em Espanha sobre estruturas integradas no GICM teve lugar em Julho de 2001, por via das quais se detectou a presença de indivíduos relacionados com o movimento radical em Marrocos e com grupos terroristas argelinos. A evolução

da rede conheceu dois períodos distintos. O primeiro situado entre Novembro de 2001 e Junho de 2003, foi caracterizado pela manutenção de contactos entre membros jihadistas pertencentes à rede de Abu Dahdah, e a realização de tarefas de proselitismo, ainda que de forma discreta, devido ao receio de infiltração por parte das forças de segurança. Simultaneamente, vão surgindo indivíduos que terão, mais tarde, um papel muito activo no desenrolar dos objectivos finais. Esta circunstância dá lugar à criação de diversas células. Entretanto, a invasão norte-americana do Afeganistão começa a provocar uma forte reacção de descontentamento no movimento jihadista global. Os efeitos desta agitação não iriam fazer-se esperar por muito tempo. O segundo período é marcado pela detenção de alguns líderes provocando uma profunda alteração na estrutura da rede jihadista, e que levou à fragmentação das diferentes estruturas existentes. Fruto de um profundo labor de alguns dos novos líderes, a renovada estrutura da rede surge mais compacta e unitária, o que reflecte a evolução verificada dentro da rede no sentido da consolidação do grupo operacional terrorista<sup>70</sup>.

## **Capítulo 9 – Radicalismo islamista na Península Ibérica: As respostas ao jihadismo**

### **9.1. A evolução do jihadismo em Espanha depois de 11 de Março de 2004**

Com os atentados de Madrid não foi, infelizmente, posto termo à história do jihadismo em Espanha. De facto, desde Março de 2004, foram várias as redes jihadistas desarticuladas pelas forças de segurança espanholas. Parece, pois, já não haver dúvidas que a extraordinária base estrutural criada pelo islamismo radical, existente em Espanha desde há duas décadas, acabou mesmo por se transformar em operacional. No actual momento, os grupos islamistas radicais de todo o planeta, agrupados desde 1998 na denominada *Frente Islâmica Mundial para a Guerra Santa contra os Judeus e os Cruzados* converteram a Al Qaeda numa ideologia e apoderaram-se das suas siglas. Esta circunstância dificulta sobremaneira o conhecimento sobre as

---

<sup>70</sup> MAÑAS, Fernando Marco. *La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006)*. Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009, pp. 236-266. Tese de doutoramento.

diferentes fases que antecedem um ataque terrorista bem como a sua localização.

A 11 de Setembro de 2006, Ayman al-Zawahiri anunciou a união formal do GSPC à Al Qaeda, convertendo, deste modo, numa filial regional da organização de Bin Laden. No início do ano seguinte o GSPC tornou pública a sua nova denominação *Al Qaeda no Magrebe Islâmico* (AQMI). Com o passar do tempo multiplicaram-se as ameaças contra França, Estados Unidos, Marrocos e, em particular, contra o regime argelino. Outra das ameaças do grupo teve como destinatário o Estado espanhol com o estabelecimento de contactos de âmbito operacional com um número significativo de redes jihadistas implantadas no seu território, de modo a combater as vulnerabilidades destas em matéria de treino e obtenção de recursos humanos e materiais. O agora denominado AQMI é um grupo experimentado com amplos recursos em técnicas de segurança e *inteligência*, bem como em áreas relativas à planificação de atentados e uso de armas e explosivos, o que eleva o perfil da ameaça jihadista em Espanha. Fica assim demonstrado que a presença e a actividade das redes jihadistas se converteram mesmo num fenómeno estrutural em Espanha, tratando-se de grupos que integram na sua maioria indivíduos procedentes da Argélia e Marrocos e com vínculos à AQMI<sup>71</sup>. De origem argelina, e com uma intensa actividade terrorista na região do Magrebe, a AQMI é considerada como uma das organizações terroristas islamistas mais perigosas a actuar na Europa. Neste continente, Espanha tem sido insistentemente apontada como o seu principal objectivo, tendo na reconquista do Al Andalus e dos enclaves espanhóis norte-africanos de Ceuta e Melilla e no fim do patrocínio espanhol aos *actos de agressão ocidentais* as suas prioridades. A proximidade geográfica da imensa população imigrante do Norte de África com Espanha é considerada outro factor de risco. Reconhecidamente, Espanha continua a ser uma importante base logística e de recolha de fundos para as organizações terroristas islamistas que actuam na Europa Ocidental.

As redes jihadistas mais recentemente detectadas em Espanha mostram que, apesar

---

<sup>71</sup> Artigo de Javier Jordán intitulado *El terrorismo yihadista en España: evolución después del 11-M*, inserido no Documento de Trabalho nº 7/2009, do Real Instituto Elcano, de 6 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/PublicacionesElcano>

de serem integradas por um maior número de nacionalidades, são largamente dominadas pela presença de indivíduos originários de Marrocos. A própria rede do 11-M correspondia a este modelo. O mesmo aconteceu com outras posteriormente desarticuladas. Uma vez mais este padrão reflectir-se-ia nas três grandes redes de captação e apoio aos jihadistas do Iraque, entretanto desmanteladas em Junho e Dezembro de 2005, e em Janeiro de 2006. O crescimento desta participação marroquina em células terroristas tem vindo a acentuar-se, a que não será estranha a circunstância de Marrocos ser o país muçulmano que envia para Espanha o maior número de imigrantes<sup>72</sup> que vão em busca de um melhor nível de vida<sup>73</sup>. Por outro lado, há que sublinhar a actual orientação do jihadismo internacional que tem Espanha como um dos seus principais destinos no Ocidente. Outro inquietante elemento a reter relaciona-se com a radicalização de um número cada vez maior de indivíduos residentes em Espanha há já algum tempo. Este facto mostra que o jihadismo no território começa a assumir-se como um fenómeno autóctone (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).

A presença de focos de doutrinação de natureza fundamentalista nalguns centros islâmicos ou locais de oração constitui mais uma preocupação a ter em conta. Nestes casos incluem-se também os centros penitenciários que têm servido para a captação e instrumentalização de novos membros jihadistas. A população reclusa de origem magrebina tem-se multiplicado preocupantemente nos últimos anos. A possibilidade de aparecimento de novos casos de radicalização e recrutamento jihadista nas prisões espanholas é real e de graves consequências, onde uma nova visão do mundo através do salafismo é apresentada como uma solução vital para os marginalizados pela sociedade. Pelas autoridades espanholas foram já detectados núcleos radicais em diversos centros penitenciários, havendo por parte das estruturas sindicais prisionais reacções de descontentamento pela insuficiência de medidas eficazes no combate à radicalização jihadista no meio prisional. De facto, o sistema prisional espanhol tem-se

---

<sup>72</sup> As previsões do Instituto Nacional de Estatística espanhol indicam que o número de estrangeiros a residir permanentemente no país, em 2025, poderá superar os 12 milhões. Esta cifra representará 25 por cento da população total.

<sup>73</sup> Em finais de 2010, a renda *per capita* dos espanhóis era de cerca de 24.000 euros contra os 4.900 dos marroquinos.

mostrado particularmente exposto. Por exemplo: nalguns espaços prisionais verifica-se uma preocupante interacção entre jihadistas e delinquentes comuns de origem magrebina; é insuficiente o controlo exercido sobre visitantes muçulmanos, podendo alguns deles serem detentores de autoridade no meio jihadista; também o é no controlo a que estão sujeitas as ONG que prestam assistência aos reclusos muçulmanos; a falta de formação específica no âmbito do terrorismo jihadista dos funcionários prisionais a par do seu número insuficiente para atender a eventuais cenários de radicalização; a carência de tradutores, que se limitam a traduzir determinadas conversas telefónicas e a fiscalizar a correspondência, sob mandado judicial, não tendo, portanto, acesso aos diálogos mantidos nos pátios ou salas de convívio<sup>74</sup>.

Aqueles que acreditaram que a retirada das tropas espanholas do Iraque colocaria Espanha a salvo das ameaças e dos ataques jihadistas, vêem-se, agora, na necessidade de reconhecer o logro em que caíram. Efectivamente, com o fim da aliança estratégica com os Estados Unidos nada foi alterado, e nos anos que se seguiram à cedência dos governantes espanhóis o seu território continuou a servir de palco à preparação de novos atentados jihadistas, que só não se consumaram graças à eficácia das forças e serviços de segurança. Afinal, a ameaça jihadista é global, não só contra os Estados Unidos, como, também, contra o mundo ocidental em geral. Esta circunstância coloca Espanha e, naturalmente, Portugal na agenda terrorista internacional. No caso particular da Península Ibérica, é mencionado nalgumas análises que o facto de Portugal e Espanha ocuparem, como já anteriormente referido, um território que é “terra do Islão” faz destas duas nações “inimigas a submeter” até à efectiva “recuperação do Al Andalus”. Este tema é, de resto, de tratamento recorrente junto não só dos meios radicais islâmicos como, também, de determinados círculos intelectuais (Aristeguí, 2005, cit. por. Ibáñez e Jordán, 2007, p. 264).

---

<sup>74</sup> Artigo de José Antonio Gutiérrez, Javier Jordán e Humberto Trujillo, intitulado: *Prevención de la radicalización yihadista en las prisiones españolas. Situación actual, retos y disfunciones del sistema penitenciario*, publicado em Athena Intelligence Journal, Vol. 3, Nº 1 (2008). Disponível em: <http://www.athenaintelligence.org/>

## **9.2. Tendências e lições aprendidas face à ameaça jihadista na Península Ibérica**

O combate que durante largos anos tem oposto as autoridades espanholas ao grupo separatista basco ETA permitiu a criação de um sistema antiterrorista muito desenvolvimento e bastante eficaz na repressão deste tipo de organizações autóctones e circunscritas na sua actuação ao território nacional. Todavia, perante os desafios postos pelo novo terrorismo global tornou-se necessária a procura de meios de luta mais especializados, assim como ao aumento do número de efectivos envolvidos na luta antiterrorista. A experiência espanhola acumulada no combate ao terrorismo tem-lhe permitido uma efectiva vantagem que, no entanto, não resulta necessariamente no aumento imediato da sua capacidade de resposta quando pela frente surgem desafios como os que são colocados por organizações como a Al Qaeda ou mesmo por grupos de menor dimensão e importância. Os atentados de 11 de Março revelaram que a luta contra o terrorismo global não tinha constituído, até àquela data, uma prioridade por parte do Governo espanhol, e que os sensíveis sectores das informações e inteligência policial não estavam à altura das necessidades, para além de existirem sérios problemas de coordenação tanto entre os corpos policiais como dentro de cada um deles. Deste modo, as primeiras decisões tomadas ao nível do Ministério do Interior foram no sentido de rapidamente melhorar as competências para o combate aos desafios postos pelo terrorismo global<sup>75</sup>. Entretanto, e com o propósito de dotar as forças e os serviços de segurança de meios mais eficazes na luta antiterrorista nacional e internacional, foi criado o Centro Nacional de Coordenação Antiterrorista (CNCA)<sup>76</sup>. Tem como finalidade básica a recolha e processamento de toda a informação estratégica disponível sobre qualquer tipo de terrorismo e que constitua uma ameaça para Espanha.

---

<sup>75</sup> Artigo de Fernando Reinares intitulado: *¿Estamos más seguros frente a al-Qaeda? Reformas en la seguridad interior española y prevención del terrorismo global, 2004-2008*. Documento de Trabajo Nº 40/2008, de 10 de Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/>

<sup>76</sup> O CNCA é presidido pelo Secretário de Estado da Segurança e integra membros do Corpo Nacional de Polícia, da Guardia Civil, das instituições penitenciárias, militares, e funcionários do Centro Nacional de Inteligência (CNI).



Em reacção a esta nova ordem internacional resultante dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos da América, a 11 de Setembro de 2001, é criada em Portugal, em Fevereiro de 2003, a Unidade de Coordenação Anti-Terrorista (UCAT). Este organismo, que, inicialmente integrava o Serviço de Informações de Segurança (SIS), o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), tem por objectivo a partilha de informações civis e militares que conduza a uma mais eficaz luta antiterrorista. Todavia, na sequência dos ataques terroristas de tiveram lugar em Madrid, a 11 de Março de 2004, e com a realização do Europeu de futebol no horizonte, a sua constituição e funcionamento sofreriam alterações. Como resultado das mesmas a estrutura passou a integrar, também, a Autoridade Marítima, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP). A UCAT teve o seu primeiro grande *teste de fogo* em 2004, por ocasião da fase final do Campeonato da Europa de Futebol, disputada em Portugal, tendo sido considerado como exemplar o seu trabalho relativamente à partilha de informações e que terá contribuído decisivamente para o sucesso das operações de segurança do evento. Entretanto, a confirmação da presença da ETA em Portugal veio alertar as autoridades policiais para a necessidade de rapidamente se proceder a um novo reajustamento na dinamização e no modo de funcionamento da Unidade.

Para muitos analistas, a neutralização da ameaça jihadista é, actualmente, uma tarefa mais complicada do que já era em 2001, tendo em conta o seu carácter profundamente difuso e a capacidade de adaptação demonstrada pelo conjunto das organizações jihadistas e dos seus membros às medidas antiterroristas de que são alvo. Opiniões como esta fazem acreditar que a ameaça irá manter-se, e até mesmo ampliar-se, o que requer um profundo e eficaz trabalho centrado na sua prevenção.

Os desejos de emulação e de superação foram alguns dos principais efeitos provocados pelos atentados do 11-S junto dos apoiantes da causa jihadista. Estes sentimentos, guiados pela *luz inspiradora* da Al Qaeda abriram caminho a novos actos

terroristas de inusitada violência. Sem que tenham alcançado os efeitos profundamente destruidores ocorridos nos Estados Unidos, os atentados do 11-M e do 7-J serviriam para revelar as mais arrepiantes características que têm como marca comum a simultaneidade de acções com uma violência indiscriminada e de enorme letalidade. Foi assim que após o 11-S se assistiu em todo o mundo a uma enorme sucessão de ataques que traziam já consigo a nova imagem do terror islamista. Neste seu novo modelo de acção os jihadistas passaram a retirar ainda maior proveito de sofisticados recursos tecnológicos. Para o necessário financiamento dedicaram-se, também, às actividades de sequestro. Estes factos são, na verdade, reveladores da procura de uma permanente *originalidade* de tipo operacional que frequentemente colhe de surpresa tanto as suas vítimas directas como as forças de segurança apostadas no seu combate. Os danos psicológicos de terror e profunda insegurança que estão associados à imprevisibilidade das suas acções são mais algumas das vantagens igualmente procuradas pelos terroristas. Por muito que custe admitir, muitas destas vantagens são fruto de vulnerabilidades próprias das sociedades democráticas, o que obrigará ao seu permanente rastreio. Neste novo contexto marcado pela *criatividade* terrorista parece ser adequada uma exaustiva avaliação deste seu potencial inovador.

No caso concreto de Portugal e de Espanha, há a ter em consideração outro importante factor que se relaciona com contiguidade territorial destes dois países relativamente a Marrocos. Se do lado português, até agora, nada de preocupante há a registar, o mesmo já não poderão dizer as autoridades espanholas. Na verdade, a formação e presença de grupos terroristas islamistas em território marroquino constituem uma permanente ameaça à segurança de Espanha e aos seus interesses ali instalados. O islamismo em Marrocos, desde o moderado ao mais radical reforçou as suas posições e tornou-se mais visível. Numerosos grupos marroquinos inportaram a corrente wahabista saudita, beneficiando de importantes ajudas financeiras provenientes da Arábia Saudita. Estes grupos têm-se mostrado fiéis à doutrina da Al Qaeda, tendo criado organizações paramilitares e campos de treino em território marroquino. Também a presença de grupos mafiosos neste espaço fronteiriço, desde há anos, tem facilitado a circulação de terroristas e outros delinquentes entre os



territórios espanhol e marroquino. As cidades de Ceuta e Melilla são outro foco importante da influência muçulmana. Em particular no caso de Ceuta a preocupação com a segurança é fundamental. Por ela transitam anualmente vários milhões de magrebinos. Os atentados de Casablanca vieram confirmar a presença de um islamismo gradualmente mais violento e contestatário.

As ameaças que actualmente pendem sobre todos nós fazem parte de um modelo bastante complexo e multifacetado merecendo, por isso, uma rigorosa análise e a aplicação de uma adequada estratégia. Um rastreio unicamente centrado na intervenção puramente operacional é perigosamente escasso, atendendo ao facto de que os problemas postos à sociedade são de âmbito multidimensional profundamente marcados por ideologias de tipo fundamentalista que promovem o ódio e a violência. Afinal, e disso há que ter consciência, são estas ideologias que têm servido de alavanca ao terrorismo islamista. As convulsões políticas, sociais ou económicas constituem realidades interdependentes. Se numa delas é declarada uma situação de crise, a mesma alastrar-se-á às restantes. A reactividade deve, pois, ceder o passo à prevenção, de modo a ser possível uma atempada neutralização de actos criminosos da responsabilidade das células e comandos terroristas. Nesta estratégia de cariz multidimensional o êxito dependerá do cuidado dispensado às questões de segurança; a derrota do terrorismo só será possível com uma dedicada atenção à esfera da segurança. Neste mesmo sentido vai a necessidade do reforço do compromisso entre o Estado democrático e de Direito e as suas forças policiais, devendo estas ser dotadas dos necessários meios materiais e humanos, assim como dos instrumentos legais adequados. O sucesso deste gigantesco empreendimento dependerá também da participação e do apoio da população no seu conjunto (Aristeguí, *op. cit.*).

### **9.3. A luta contra o financiamento do terrorismo**

Com vimos a actividade terrorista é financiada a partir de actividades tanto legítimas como ilegítimas. Mesmo considerando que as verbas para o seu financiamento sejam relativamente de pequena monta, a verdade é que a localização das fontes que servem de suporte ao terrorismo tem sido um verdadeiro desafio para as autoridades. No caso

concreto dos atentados do 11-M o financiamento partiu de actividades delinquentes de uma das células da Al Qaeda, tendo servido para denunciar que a relação existente entre o financiamento terrorista e a delinquência é um fenómeno global. Apesar de nos últimos anos se ter registado uma enorme melhoria tanto no controlo como na transparência da actividade financeira, não deixa de se lamentar a existência ainda de algumas falhas no sistema financeiro internacional prontamente aproveitadas para a circulação de fundos provenientes do terrorismo. Por outro lado, são ainda muitos os países que, devido à falta de legislação e recursos adequados, se encontram à margem duma desejada cooperação internacional, sem a qual se torna difícil a tarefa de pôr fim ao financiamento terrorista. Todavia, só por si a legislação não é suficiente, sendo necessário, em paralelo, um absoluto controlo da aplicação das leis, actuando contra indivíduos bem posicionados no sistema financeiro e que funcionam como intermediários dos agentes terroristas. Também os esforços no sentido de identificar novas tendências do financiamento terrorista, e que acompanham a sua enorme capacidade de adaptação a um meio que lhe é cada vez mais hostil, deverão ser permanentes.

Também Portugal não parece estar imune a este grave problema. Com efeito, nos anos mais recentes as autoridades policiais têm reagido à suspeita que coloca o nosso país no circuito financeiro enquanto plataforma municiadora do terrorismo internacional. Com o propósito de serem localizadas as respectivas fontes foram desencadeadas múltiplas iniciativas em diferentes estabelecimentos e residências da Grande Lisboa, na sua maioria pertencentes a cidadãos asiáticos, sobretudo indianos e paquistaneses, e que resultou na apreensão de dinheiro e de diverso material suspeito. Um dos motivos das suspeitas apontadas recaía no sistema *hawala*, utilizado para branqueamento de dinheiro também em Portugal. Outros dois casos relativamente aos quais havia fortes indícios de ligação ao terrorismo internacional implicaram dois cidadãos estrangeiros. Foram, entretanto, relatados novos casos que envolveram suspeitos de crimes de terrorismo e associação terrorista.

A luta que tem sido levada a cabo nos anos mais recentes, com vista ao efectivo controlo do sistema financeiro internacional, tem melhorado significativamente. Desde

os inícios dos anos 90, tanto Portugal como Espanha pertencem ao grupo intergovernamental *Financial Action Task Force*<sup>77</sup> (FATF/GAFI), criado pelo G7<sup>78</sup>, por ocasião da Cimeira de Paris, em 1989, com o objectivo de “desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais a fim de lutar contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo”. Como sinal de reconhecimento da enorme importância que tem a realização de acções para combater o financiamento terrorista”, tendo sido, nesse sentido, divulgado um conjunto de recomendações a adoptar pelos países membros, das quais se destaca, pela sua importância, a relativa à cooperação internacional. Nesta recomendação é pedido a cada país membro o intercâmbio de informação, a maior disponibilidade possível nas investigações, informações e procedimentos criminais, civis e administrativos relativos ao financiamento do terrorismo, dos actos terroristas e das organizações terroristas.

Para lutar com eficácia contra o financiamento do terrorismo é absolutamente necessário dotar as forças e os serviços de segurança, os bancos centrais e as autoridades financeiras dos meios materiais, legais e humanos indispensáveis. Actualmente, as organizações terroristas têm acesso aos meios técnicos mais sofisticados, desde sindicatos do crime aos mais evoluídos serviços de assessoria. Deste modo, enquanto esta desvantagem persistir, sobretudo em relação a alguns serviços policiais e de segurança e também para as autoridades financeiras, o financiamento do terrorismo será particularmente difícil de evitar (Aristeguí, *op. cit.*).

#### **9.4. Antiterrorismo e Contraterrorismo – Medidas adoptadas**

Neste novo quadro do terrorismo internacional que tem na Al Qaeda, e nos grupos que lhe estão associados, a sua principal referência, a Europa, e em particular a ocidental, passou a ser um dos seus principais motivos de interesse, não só sendo apontada como alvo de atentados terroristas, como, igualmente, servindo de território de

---

<sup>77</sup> [http://www.fatf-gafi.org/pages/0,3417,en\\_32250379\\_32236836\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.fatf-gafi.org/pages/0,3417,en_32250379_32236836_1_1_1_1_1,00.html)

<sup>78</sup> Trata-se de um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados do mundo (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá).

recrutamento para o seu posterior envio para zonas de conflito. Daí regressam aos países de acolhimento; desta vez, melhor preparados e com um discurso mais radical. Neste contexto, tanto Portugal como, em especial, Espanha se encontra na linha da frente dos objectivos jihadistas.

Os perigos actualmente postos pelo terrorismo internacional explicam a necessidade de se contar com meios específicos e a melhoria das capacidades da *inteligência* e da coordenação policial que permitam impedir a execução de novos atentados. Em Espanha, o Plano de Prevenção e Protecção Antiterrorista possui normas que prevêem a mobilização excepcional de determinados recursos, entre os quais os correspondentes às Forças Armadas, sendo-lhes atribuídas tarefas de apoio entre as quais se inclui a vigilância do espaço aéreo. A exemplo do que alguns analistas entendem, para Burke (2004, *op. cit.*, p. 293-294) “é evidente que a ‘guerra contra o terror’ tem de integrar uma componente militar” e “se queremos vencer a batalha contra o terrorismo, as nossas estratégias têm de ser mais sofisticadas e abrangentes. É preciso eliminar os inimigos sem dar origem a mais inimigos”. Reconhece, ainda, que este meio, entre outros, deve ser utilizado com ponderação e só em casos extremos, e que a integridade da imensa população muçulmana mundial é, afinal, a arma mais poderosa neste combate contra o terrorismo. O êxito das diferentes medidas adoptadas contra o terrorismo internacional islamista dependerá em grande parte da percepção que se tenha dos indivíduos ou grupos radicais junto das comunidades muçulmanas existentes nas nossas sociedades, onde uma minoria significativa exhibe já comportamentos de simpatia relativamente à Al Qaeda e agora à memória de Bin Laden.

Em Portugal, o combate ao terrorismo está contemplado na chamada Lei de Combate ao Terrorismo que conheceu, entretanto, rectificações, motivadas pelos atentados do 11-S, passando a considerar a existência duma extensão deste fenómeno – o terrorismo internacional –, assim como novos conceitos de *grupo terrorista*. Deste modo, a noção de política criminal passou a ser considerada de forma global. Neste novo quadro legislativo estão previstas punições para o recurso a armas biológicas ou químicas, bem como o agravamento de penas na presença de determinados

pressupostos da actividade terrorista. Mais recentemente, em Dezembro de 2010, a Assembleia da República aprovou uma proposta de lei do Governo para punir o incitamento público à prática do terrorismo, assim como ao recrutamento e treino destinado a acções terroristas. O diploma prevê a punição de “quem difunda mensagens destinadas a um grupo indeterminado de pessoas incitando à prática de actos terroristas, quem faça recrutamento de outras pessoas para a prática desses actos e quem treine para o fabrico de explosivos, armas de fogo ou outras substâncias nocivas ou perigosas para efeitos da prática de actos terroristas”. Apesar de todos estes esforços de adequação dos meios legais ao novo figurino terrorista, não poderá deixar de se fazer referência a importantes vazios legislativos que, ainda assim, restringem um combate mais efectivo a este flagelo. De acordo com o *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna (Relatório Preliminar)*<sup>79</sup>, justifica alguma perturbação, nomeadamente, a “existência de várias tutelas e multiplicação de Forças e Serviços de Segurança que produzem informações (segurança, criminais e policiais), dificultando a convergência de esforços e potenciando conflitos de competências”, “a inexistência de uma cultura de partilha de informações, associada à competição institucional entre as várias Forças e Serviços de Segurança”, “a inexistência de uma verdadeira fusão de informações de natureza diversa que potencie a coordenação de esforços e a acção conjunta, nos estritos limites do Estado de direito”, embora “a ideia de fusão de informações” já tenha sido “posta em prática com a criação, em Fevereiro de 2003, da Unidade de Coordenação Anti-Terrorista (UCAT), constituindo a sua criação um reconhecimento tácito de que o domínio das informações tem de ser compreendido de forma alargada, para além das informações de segurança”, e, finalmente, “a exteriorização, em relação ao sistema de segurança interna, dos serviços competentes para produzir informações relativamente a ameaças e riscos internos e transnacionais”.

Outra matéria igualmente sensível e controversa está relacionada com o recurso a

---

<sup>79</sup> Documento produzido pelo Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), em Junho de 2006. Disponível em: <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Estudo%20preliminar%20final.pdf>

escutas telefónicas no combate a ameaças como o terrorismo. Apesar da existência de posicionamentos verdadeiramente opostos, a verdade é que urge, cada vez mais, produzir instrumentos legais capazes de responder com eficácia à actividade terrorista, não fazendo sentido que serviços responsáveis pela recolha de informações não possam recorrer a este meio, como, de resto, o fazem as polícias encarregues da investigação criminal. Sendo certo que se trata de um meio de investigação que requer um uso criterioso e devidamente fundamentado, as escutas telefónicas são, em definitivo, essenciais no combate ao terrorismo e à grande criminalidade. Estranhamente, Portugal é o único país da União Europeia onde os Serviços de Informações não têm acesso a este meio de luta antiterrorista. Por outro lado, “Portugal tem um sistema de segurança interna ainda radicado na fase clássica do terrorismo doméstico, um sistema judicial moroso, formalista e vocacionado para o crime convencional intra-fronteiriço, alguns modelos de documentos de identificação muitos expostos a contrafacção e a falsificação”, onde até “a própria Comunicação Social não hesita em expor as supostas fraquezas e insucessos do sistema de segurança e justiça e de menosprezar os seus sucessos. Por outras palavras, Portugal tem um ambiente securitário claramente favorável ao *descanso* de terroristas” (Torres, 2009, pp. 86-87).

Em Espanha, logo após os atentados do 11-M, foram implementadas medidas tendentes a travar novas iniciativas terroristas. Resumidamente, essas medidas são as seguintes (Jordán e Horsburgh, 2006; De la Corte e Jordán, 2006, cit. por Ibáñez e Jordán, 2007, pp. 265-271):

- a) *Aumento dos meios humanos e materiais destinados à luta antiterrorista.* Aumento das equipas de especialistas em terrorismo jihadista (Polícia Nacional, Guardia Civil e Centro Nacional de Inteligência). Aumentou, também, o número de tradutores. O sector penitenciário contratou novos tradutores. Todavia, apesar deste incremento continuam a verificar-se carências significativas.
- b) *Melhoria da coordenação entre as agências antiterroristas.* Na análise aos atentados de Madrid, concluiu-se a estrutura anterior ao 11-M não favorecia o intercâmbio nem uma cooperação fluida entre as agências de

segurança criando um vazio foi aproveitado pelos terroristas. Ainda assim, a criação de novas figuras institucionais não constitui automaticamente uma garantia da cooperação entre as agências de segurança. Para isso é necessário que os responsáveis políticos e da administração, bem como os membros das agências de segurança, a todos os níveis, assumam a necessidade de que exista uma autêntica comunidade de *inteligência* no país.

- c) *Adaptação legislativa.* A experiência adquirida na luta contra a ETA dotou a Espanha de um aparelho legislativo eficaz, o que permitiu que após o 11-M não fosse necessário proceder a mudanças importantes. Todavia, houve que proceder a alterações no sentido de melhorar o controlo sobre os materiais explosivos.
- d) *Melhoria dos sistemas de protecção e vigilância.* A medida mais importante neste sentido é o Plano de Prevenção e Protecção Antiterrorista que inclui a participação das Forças Armadas em caso de necessidade. Com base neste plano, a Guardia Civil passou a ser dotada de Unidades de Defesa Nuclear, Radiológica, Bacteriológica e Química a fim de enfrentar agressões terroristas que eventualmente recorram a estas substâncias.

Com o 11-M, a política antiterrorista espanhola tornou-se mais preventiva. A partir desse marco a estratégia adoptada passou a ser pró-activa recorrendo a provas ou indícios mais débeis mas suficientes para demonstrar que os acusados são indivíduos radicais ou que estão envolvidos nalguma actividade delinquente. Em matéria de prevenção de atentados esta estratégia de intervenção tem dado frutos no curto prazo. Coloca, no entanto, algumas incógnitas para prazos mais alargados (Ibáñez e Jordán, *op. cit.*).

O terrorismo é uma das mais graves ameaças a paz, segurança e liberdade do século XXI. Das forças de segurança espera-se a necessária antecipação à actuação de células e comandos terroristas, a fim de serem evitados actos sangrentos. As forças e serviços de segurança espanhóis já deram mostras da sua enorme competência no combate ao terrorismo. É, no entanto, preciso que no domínio das reformas legislativas seja tida

em conta a capacidade de adaptação já muitas vezes revelada pelo terrorismo. Nesse sentido, as sociedades democráticas deverão preparar-se para um esforço continuado de actualização, apoiando reformas que agilizem as respostas ao flagelo terrorista e, se possível, que antecipem os piores cenários (Aristeguí, *op. cit.*).

### **9.5. A cooperação internacional**

O terrorismo internacional, esteja ele directa ou indirectamente relacionado com a Al Qaeda, é, neste momento, um fenómeno amplamente globalizado, o que implica uma resposta concertada de toda a comunidade internacional de modo a garantir o desenvolvimento das capacidades nacionais de informações e *inteligência* policial e a melhorar a coordenação entre agências estatais de segurança e os dispositivos de protecção. A necessidade de prevenir, conter e combater o terrorismo global impõe uma extensa agenda de cooperação nos domínios da segurança interna com autoridades de outros países, tanto de carácter bilateral como, igualmente, multilateral.

No caso do terrorismo islamista a melhor maneira de lhe fazer frente parece ser aquela que se apoia numa efectiva cooperação internacional judicial, dos serviços de informações, no controlo das finanças do terrorismo, no esforço colectivo internacional para o intercâmbio crescente de tipo cultural e económico entre o Oriente e o Ocidente e, sobretudo, na solução de conflitos regionais, que passaria pela eliminação de situações de flagrante injustiça ainda existentes em países do Médio Oriente. Naturalmente, que para uma eficaz aplicação destas medidas deveria recorrer-se ao indispensável apoio de todos os muçulmanos moderados que, felizmente, constituem a larga maioria da população islâmica e que continuam a alimentar a expectativa de um futuro melhor. Afinal, o primeiro e maior inimigo do terrorismo islamista é precisamente o muçulmano moderado que acredita nos benefícios de uma efectiva separação entre a religião e o Estado. Será para ele que grande parte dos esforços de mudança deverá ser orientada, de modo a evitar-se um agravamento da situação e que, também ele acredite que a solução para todos os males não está no radicalismo religioso. Neste mesmo sentido, deveriam ser exercidas



pressões suficientemente fortes sobre os regimes muçulmanos laicos onde ainda prevalecem modelos de governação nada compatíveis com as exigências da democracia. Sem necessidade, claro está, de recorrer a invasões territoriais e deposições pela força, que, até agora, só têm servido para justificar o comportamento terrorista (Sanmartín, *op. cit.*, pp. 196-197).

Na sequência dos atentados do 11-S, do 11-M e do 7-J ficou marcado o carácter transnacional da actividade jihadista. Apesar das medidas imediatamente adoptadas pela comunidade internacional este labor não se pode dar como concluído. São ainda muitos os reparos aos obstáculos relacionados com uma aplicação ágil das iniciativas acordadas, despontando as dificuldades existentes no âmbito de uma acção coordenada entre todas as partes, sobretudo a partir da resistência oferecida pelas distintas forças e serviços de segurança para a partilha de informações. A verdade é que estamos perante uma ameaça global, sendo inquestionável a necessidade de uma acção concertada entre todos os Estados que estão verdadeiramente comprometidos na luta contra o terrorismo.

A cooperação entre democracias permite criar as condições mais favoráveis ao fomento e consolidação do sistema participativo. A criação de um clima de confiança conduz ao estabelecimento de sinergias extraordinariamente positivas que promovem a cooperação internacional na luta contra o terrorismo. Esses instrumentos foram já criados. Muitos deles, plenamente operativos, com excelentes provas dadas. No nosso continente, a UE foi um elemento central no reforço duma estreita cooperação entre as democracias que a integram na prevenção e luta contra o terrorismo. O espaço de liberdade, segurança e justiça que se vem construindo entre todos os países membros será sempre um marco na estratégia conjunta contra este flagelo. Nesse sentido, torna-se absolutamente necessária uma perfeita coordenação entre todas as políticas de segurança nacional. Deste modo, o multilateralismo e a cooperação devem ser a base para todas as acções neste domínio, sem esquecer que são vários os actores na cena internacional que pela sua importância continuam a ser factores essenciais de equilíbrio e estabilidade. No âmbito das relações bilaterais, matérias como a segurança são indispensáveis. Enquanto habitantes de um espaço comum, Portugal e Espanha

estão expostos a sérios riscos, igualmente comuns. Neste sentido, uma ampla cooperação bilateral entre as duas nações ibéricas encontra explicação nas suas importantes relações de vizinhança. São várias as formas adoptadas para a materialização dessa cooperação, indo desde cimeiras bilaterais ou encontros ministeriais até reuniões de diferentes grupos de trabalho. Nestes contactos, a relação entre responsáveis de áreas operacionais são de transcendental importância (Aristeguí, *op. cit.*). Foi assim que, no sentido de permitir a simplificação de procedimentos em matéria de extradição, foi assinado em Novembro de 2010 um acordo entre os ministros de Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. Este instrumento jurídico visa, segundo responsáveis do Ministério da Justiça português, “aprofundar e reforçar os mecanismos de luta coordenada contra a criminalidade transfronteiriça e a impunidade”, sendo igualmente aplicável a todo o tipo de crimes desde que sujeitos a penas de prisão superiores a um ano. Será, igualmente, dispensado um especial cuidado aos casos de tráfico de pessoas, de drogas, de armas, ao terrorismo, à cibercriminalidade e ao branqueamento de capitais.

Já noutro contexto geográfico, Portugal e Espanha, na sua condição de vizinhos muito próximos do Magrebe, apresentam níveis de exposição a fenómenos migratórios e de radicalismo que merecem a particular preocupação dos seus governantes. Os atentados de Madrid acabariam por deitar por terra a presunção de que Marrocos funcionaria como um obstáculo a entrada do terrorismo jihadista em território ibérico. Também a ideia de que Marrocos era um país imune ao radicalismo islamista deixou de ter razão de existir, pois antes mesmo de Casablanca (2003 e 2007) já havia o triste registo de Marraquexe, em 1994. Estes trágicos acontecimentos puseram igualmente em causa a eficácia do chamado fórum ministerial chamado 5+5<sup>80</sup>, criado com o propósito de adopção conjunta de mecanismos de cooperação nos domínios da imigração clandestina e do terrorismo. Sem pôr em causa os seus legítimos propósitos, parece necessário conceder algum tempo à reflexão no sentido de se reavaliar a

---

<sup>80</sup> Criado a partir de uma proposta do antigo presidente francês François Mitterrand, em 1983, na cidade de Marraquexe (Marrocos), o Fórum 5+5 integra, actualmente, dez países das duas margens do Mediterrâneo Ocidental (Espanha, França, Itália, Portugal, Malta, Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia). Este fórum reúne uma vez por ano, de maneira informal, os ministros dos Negócios Estrangeiros e do Interior para discussão de questões da sua competência.

utilidade deste projecto, já que os desafios postos pelo radicalismo islamista exigem de todos os responsáveis políticos um esforço de permanente rastreio das ameaças de modo a poder-se agir de conformidade.

Elemento de considerável valor na luta contra o terrorismo é o papel da União Europeia. Para a sua construção foi decisiva a participação de algumas personalidades que em nome da segurança e da liberdade deram o seu enorme contributo para a necessária adequação da legislação comunitária a uma nova realidade imposta pelo terrorismo internacional, ainda que, por desgraça, tivessem nos atentados do 11-S, do 11-M e do 7-J, os principais impulsionadores da mudança. Nesta luta contra o terrorismo, a cooperação entre os Estados-membros da UE conheceu, no decurso dos anos mais recentes, um considerável desenvolvimento. Todavia, o território europeu é, neste momento, aquele que mais espaço para o crescimento e consolidação apresenta (Aristeguí, *idem*).

Na sua estratégia global para fazer face à ameaça que o terrorismo internacional representa para os estados e para os povos, a União Europeia e a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceram como objectivos: i) o aumento da cooperação com países terceiros, nomeadamente os do Norte de África, do Médio Oriente e do Sudeste Asiático, bem como a concessão de assistência; ii) o respeito pelos direitos humanos; iii) a prevenção de novos recrutamentos para o terrorismo; iv) a melhor protecção de alvos potenciais; v) a perseguição e a investigação de membros das redes existentes; vi) a melhoria da capacidade para dar resposta a atentados terroristas e a gestão das suas consequências. Assim, no sentido de combater eficazmente o terrorismo, a UE definiu como quatro pilares da sua intervenção<sup>81</sup>:

1. *Prevenir* – O pilar "Prevenir" visa lutar contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo, identificando os métodos, a propaganda e os instrumentos utilizados. Apesar de se tratar de desafios que se colocam aos Estados-

---

<sup>81</sup> Para uma leitura integral do texto, consultar: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/justice\\_freedom\\_security/fight\\_against\\_terrorism/13](http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_terrorism/13)

Membros, a acção da UE pode contribuir para coordenar as políticas nacionais, para identificar boas práticas e para o intercâmbio de informações.

2. *Proteger* – O pilar "Proteger" visa reduzir a vulnerabilidade dos alvos a atentados, reduzindo o impacto destes. Este pilar propõe a realização de uma acção colectiva a nível da segurança fronteiriça, dos transportes e de todas as infra-estruturas transfronteiras.
3. *Perseguir* – A terceira vertente visa perseguir os terroristas para além das fronteiras, assegurando simultaneamente o respeito dos direitos humanos e do direito internacional. A UE pretende, em primeiro lugar, impedir o acesso a equipamentos utilizáveis em atentados terroristas (armas, explosivos, etc.), desarticular as redes terroristas e os seus agentes de recrutamento, bem como combater a utilização abusiva de associações sem fins lucrativos.
4. *Responder* – Não é possível anular completamente o risco de atentados terroristas. Cabe aos Estados-Membros lidarem com os atentados quando eles ocorrerem. Os mecanismos de resposta face a ataques terroristas são muitas vezes idênticos aos postos em prática em caso de uma catástrofe, tecnológica ou provocada pelo homem. A fim de os prevenir, é conveniente utilizar plenamente as estruturas existentes e os mecanismos comunitários de protecção civil. A base de dados da UE traça um inventário dos recursos e meios que os Estados-Membros poderão mobilizar em caso de ataque terrorista.

Uma vez por semestre, o Conselho Europeu faz um balanço dos progressos realizados. Uma vez por Presidência, realizar-se-á um diálogo político de alto nível sobre a luta antiterrorista. Tal diálogo ocorrerá entre o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu.

Esta estratégia será completada por um Plano de Acção pormenorizado que enumerará todas as medidas pertinentes a adoptar no âmbito das suas quatro vertentes. O Comité de Representantes Permanentes assegura o acompanhamento regular e pormenorizado dos progressos realizados. Caberá ao Coordenador da Luta Antiterrorista e à Comissão Europeia elaborar notas de acompanhamento periódicas e

proceder às actualizações.

Nos espaços das relações entre a UE e a NATO, o ano de 2010 culmina com a criação de um importante marco estratégico na edificação de capacidades e de mecanismos orientados para a prevenção e combate ao terrorismo que teve como decisivo ponto de referência os atentados do 11-S. No actual contexto internacional, a segurança interna e externa, no âmbito da UE são consideradas matérias indissociáveis orientando-a no seu modelo europeu para um conceito global de segurança. Com o tratado de Lisboa e a adopção do Programa de Estocolmo e da Estratégia de Segurança Interna foi dado início a um novo ciclo de actuação da UE no domínio do contra-terrorismo. Já na esfera da NATO, o combate ao terrorismo foi, ao longo da última década, um dos factores impulsionadores do desenvolvimento das suas políticas, conceitos, capacidades e da orientação das suas parcerias. Entretanto, assinala-se que entre a UE e a NATO existe, ainda, um potencial importante de cooperação a desenvolver. A Parceria Estratégica já existente entre as duas organizações poderá, de igual modo, ser amplamente reforçada no espaço de uma cooperação mútua em matéria de contraterrorismo.

Relativamente a Portugal, há a registar uma evolução da resposta civil-militar e a consolidação do edifício político-legislativo nos quadros da segurança interna e da defesa nacional, apesar de a sua articulação no plano conceptual e estratégico na resposta ao terrorismo exigir uma orientação mais consolidada e integrada. Importante será referir a oportunidade que se coloca a Portugal para poder agora definir a sua estratégia nacional a partir da Estratégia Contra-Terrorismo adoptada pela UE e da orientação político-estratégica em matéria de antiterrorismo formulada pela NATO<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Comunicação de João Paulo B. Costa, no âmbito I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, de 24-25 de Junho de 2010, subordinada ao tema: *Combate ao terrorismo e cooperação civil-militar: o papel da UE e da NATO – reflexos nas áreas da segurança interna e defesa nacional*.

## **9.6. Os Serviços de Informações e a luta contra o jihadismo em Portugal e Espanha**

Os mais recentes acontecimentos protagonizados pelo jihadismo internacional fizeram deste fenómeno uma das principais missões das agências de segurança. O terrorismo global tornou-se, assim, numa das maiores ameaças à segurança mundial, o que o colocou numa posição de interesse prioritário para os vários serviços de informações. Como principal característica das redes que integram esta nova ordem terrorista mundial está o facto de estarem todas orientadas por uma mesma ideologia – o salafismo – e comungando de objectivos estratégicos idênticos. Esses princípios ideológicos apoiam-se no desejo de restaurar a grandeza originária do Islão e de reislamizar todo o planeta. O terrorismo jihadista já demonstrou ter uma agenda política que não conhece fronteiras. A sua luta tanto pode ser justificada pela presença militar dos Estados Unidos no Iraque ou no Afeganistão, e de Israel em Gaza ou na Cisjordânia, como na promoção de rebeliões contra governos considerados infiéis. Tanto a natureza ideológica como a estrutura e modo de actuação deste novo terrorismo tornou clara a necessidade de uma rápida adaptação de procedimentos dos serviços de informações orientados para uma reajustada política antiterrorista.

O terrorismo jihadista global provocou uma natural reorientação dos Serviços dos diferentes países, passando a ocupar uma posição prioritária nas suas preocupações, dado o propósito de anular novos intentos de resultados semelhantes aos já acontecidos e o de melhorar a cooperação com os restantes países, em particular com os Estados Unidos. Nos países europeus, com anterioridade ao 11-S, as atenções não estavam, à excepção de França, dadas as características da população muçulmana aí residente, particularmente vocacionadas para as questões relacionadas com o jihadismo. Espanha, por seu turno, apesar da presença de focos jihadistas com a marca argelina, empenhava-se na luta contra a ETA. Ainda assim, a experiência acumulada pelas forças e serviços de segurança espanhóis proporcionaria algumas vantagens neste combate ao terrorismo jihadista, onde a recolha de informação, no contexto do terrorismo jihadista, surge como um fundamental ponto de partida. Segundo Ibáñez e Jordán (*op. cit.*, pp. 284-299), estão identificados como sistemas básicos dessa

espinhosa tarefa:

1. SIGINT (*Signals Intelligence*) – A revolução operada nos últimos anos nas tecnologias de informação tem permitido ao jihadismo uma intervenção à escala global. Os baixos custos de comunicação associados à facilidade de estabelecer contacto desde praticamente qualquer lugar e de obter informações em tempo real oferece amplas vantagens às redes jihadistas. Os grupos associados à Al Qaeda utilizam profusamente esta rede não só como meio de comunicação entre os membros que compõem uma determinada rede de células como também para a obtenção de informação relativa a meios de planificação e localização de objectivos. A globalização das comunicações tornou-se, assim, um poderoso meio ao dispor do terrorismo internacional. Deste modo, é possível ao sistema a obtenção de informação diversa através da interceptação das comunicações dos radicais a par da sua localização nos espaços virtuais jihadistas, sendo por este mesmo sistema possível o bloqueio de páginas *Web*. Apesar das suas vantagens, a utilização do sistema encontra obstáculos tanto de natureza legal como os que se relacionam com o gigantesco volume de informação que circula através da Internet e das linhas telefónicas, e na dificuldade em seguir os passos de indivíduos que mudam constantemente as suas coordenadas. Assim, e apesar da sua utilidade, este sistema, ainda que sendo a maior fonte de recolha de informação, deverá ser considerado como um auxiliar relativamente a outras fontes. Finalmente, como subcategorias deste sistema, deverão ser ainda considerados o COMINT (*Communications intelligence*), baseado nas comunicações humanas, o ELINT (*Electronic intelligence*), assente no uso de sensores para obtenção de dados sobre a rede de defesa inimiga, como por exemplo o alcance de radares, e o FISINT (*Foreign instrumentation intelligence*), orientado para as comunicações não humanas, como é o caso da telemetria de mísseis. Estes dois últimos instrumentos são de importância central no domínio das aplicações militares.
2. HUMINT (*Human Intelligence*) – Este sistema é de importância crucial para a obtenção de informação no caso do terrorismo em geral e muito especialmente no de natureza jihadista. A informação que circula nestes grupos está

particularmente restringida pelo que a sua obtenção requer elevados níveis de proximidade e confiança, exigindo considerável disponibilidade de tempo e grande exposição ao risco. Por tal motivo, constitui uma prioridade para a obtenção de informação dentro do ambiente jihadista, sendo mesmo aquela que a longo prazo poderá provocar maior número de danos na capacidade operativa das redes jihadistas, podendo permitir o conhecimento das suas reais estruturas, capacidades e planos, para além de se instalar a psicose de infiltração nas redes jihadistas, o que as levará a aumentar as medidas de segurança interna e, conseqüentemente, a fecharem-se sobre si mesmas impedindo, deste modo, a chegada de novos aderentes à sua causa. Da sua parte, as comunidades imigrantes têm-se mostrado de grande utilidade no domínio do recrutamento de radicais. Deste modo, a presença de colaboradores dos serviços de informações nesses colectivos poderá facilitar a infiltração das redes jihadistas. Definitivamente, este sistema de recolha de informação é aquele que oferece maiores garantias de fiabilidade.

3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – A importância fundamental deste sistema resulta do conhecimento que se tem sobre a ampla rede de ligações do jihadismo global. Através da cooperação internacional existem mais probabilidades de localização de redes presentes no próprio território e do acompanhamento das suas actividades. Por exemplo, as agências de segurança de alguns Estados, sobretudo os de maioria muçulmana, têm mais oportunidades de infiltrar este tipo de redes. Não é uma via fácil, pois os serviços de cada país tendem a ocultar as suas fontes e dificultam a partilha de informação sensível. Por outro lado, uma excessiva dependência de informação procedente do estrangeiro apresenta como desvantagens a dificuldade de confrontação da informação que vem por outras vias associada à possibilidade de manipulação da mesma. Apesar de tudo, a cooperação internacional é de inestimável valor quando se trata de lutar contra uma ameaça como o movimento jihadista global. Como uma cooperação internacional fluida aumenta-se a qualidade da análise da informação recolhida e, conseqüentemente, a eficácia policial.

4. OSINT (*Open Source Intelligence*) – Trata-se de um sistema de obtenção de



informação procedente de fontes abertas. A maior parte desta informação encontra-se disponível através das chamadas fontes abertas, nomeadamente publicações especializadas, entrevistas, seminários com figuras do mundo académico ou de sectores privados, conversas informais com funcionários da Administração que devido às suas funções tenham contacto directo com alguma dessas áreas, notícias e reportagens. O emprego regular de fontes abertas facilita a compreensão de fenómenos tão complexos e dinâmicos como o jihadismo salafista global. O trabalho com fontes abertas implica o aproveitamento permanente e actualizado das bases de dados públicas e privadas de acesso livre. Outra das formas de trabalhar com fontes abertas baseia-se no acompanhamento e na tradução de páginas *Web* e fóruns radicais. Esta tarefa pode perfeitamente associar-se a outros métodos de recolha de informação.

A complexidade do fenómeno jihadista global constitui um verdadeiro desafio para a análise da informação colectada, sendo necessário compreender as suas acções e, na medida do possível, antecipá-las. Deste modo, a informação sobre o terrorismo jihadista não deve ser de carácter unicamente operativo, basicamente orientado para a composição, relações e actividades das redes. A melhoria da capacidade de análise da informação reunida requer um elevado esforço de investimento na formação inicial e permanente dos técnicos afectos aos vários sectores dos Serviços.

Refira-se, entretanto, a inquestionável importância de uma cooperação efectiva entre os serviços de informações, onde se mostra de fundamental importância a partilha de informação relevante e específica no domínio da prevenção do terrorismo jihadista. Desta realidade é exemplo o enorme sucesso obtido pelos Serviços de Informações portugueses na prevenção de ameaças à segurança interna por ocasião do Euro 2004. Esse trabalho foi marcado por uma intensa colaboração entre o SIS e outros serviços de informações congéneres mediante a sua participação em instâncias de coordenação, como a Comissão de Segurança para o evento, o Gabinete Coordenador de Segurança e a Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT). Estivemos, pois, perante um *trabalho de equipa* perfeito. A eficácia patenteada mereceu, de resto, os

mais rasgados elogios por parte das diferentes instâncias internacionais (*in* RASI de 2004). Todavia, alguns anos já volvidos sobre o exemplo desse grande acontecimento no nosso país não será de mais aludir à necessidade de se proceder a importantes reajustamentos nos Serviços portugueses, assim como ao reforço da cooperação com as Forças de Segurança nacionais e as suas congéneres internacionais. Nesse mesmo sentido vai a necessidade de um efectivo alinhamento nacional com as políticas de combate ao terrorismo no seio da UE e cujos pilares de intervenção foram já anteriormente referidos.

## Conclusões

Ao longo das últimas três décadas, o terrorismo jihadista atravessou diferentes fases, a primeira das quais pôs a claro os seus brutais métodos quando teve por cenário a guerra civil libanesa. Alargar-se-ia, depois, ao resto do mundo islâmico e a outros lugares onde seria mais fácil atacar interesses israelitas e norte-americanos e também ocidentais em geral. Já numa terceira fase o terrorismo jihadista decidiu-se pelo ataque directo ao Ocidente, começando pelos Estados Unidos com os atentados de 11 de Setembro de 2001. A Europa, também ela, converter-se-ia numa nova frente do *jihadismo*, ainda que França tenha sido já duramente fustigada pelo terrorismo do GIA, em meados da década de 1990. Encontramo-nos, agora, na fase da *jihad* global e total, sem quartel e sem piedade, com novas formas organizativas e estruturais. Este novo modelo tem como uma das suas principais características a liderança descentralizada e a autonomia operacional das suas células. Entretanto, a Europa passou a constituir uma prioridade dos seus novos objectivos e frentes; o seu alvo de expansionismo territorial e para a imposição das suas concepções ideológicas mais radicais, para as quais a conquista da *terra dos infieis* se tornou imparável, quer seja por meio de um proselitismo activo quer seja através da predicação ou com recurso à *jihad*. Os mais radicais e violentos asseguram mesmo que para a Europa não haverá salvação, e que todos os ocidentais e europeus são culpados pelo simples facto de viverem onde vivem. São, de resto, muitos os líderes religiosos que defendem a expansão do Islão a toda a Europa, começando pela “reconquista do Al Andalus”. Este sentimento de arreigada nostalgia foi gerando ao longo dos últimos tempos um crescente ressentimento em relação a Espanha por parte de inúmeros muçulmanos, desde os mais moderados até aos mais fundamentalistas, que defendem que tanto Espanha, como Portugal, continuam a ocupar ilegitimamente o *Dar al-Islam*, para os quais a *Reconquista Cristã* “impediu a islamização do Novo Mundo”, e que se assim não fora “a sua civilização ter-se-ia constituído na primeira potência mundial”. São muitos os historiadores islâmicos que defendem a tese de que a *Reconquista Cristã* foi “uma agressão cruzada; um verdadeiro acto de colonialismo”. É este tipo de sentimento de ódio que vai, assim, alimentando a vertigem islamista de recuperação territorial. Cabe aqui, no entanto, sublinhar que a imensa maioria dos muçulmanos é genuinamente

moderada. Efectivamente, aqueles que vieram para a Europa e, em particular, para a Península Ibérica com ideais enviesados apoiados num islamismo opressivo e expansivo correspondem a uma minoria. Dramaticamente, todavia, este fenómeno de radicalização continua a crescer em diferentes partes da Europa de modo, aparentemente, imparável (Aristeguí, *op. cit.*).

O actual contexto internacional faz acreditar que o mundo civilizado está mais exposto ao fenómeno terrorista de natureza jihadista. O planeta está, de facto, mais radicalizado do que antes do 11-S. O discurso fundamentalista encontra-se hoje disseminado entre dezenas de milhões de pessoas, especialmente entre os jovens exaltados de todo o mundo. É algo que faz parte das suas perspectivas e cada vez mais das suas acções. Todos os dias centenas de milhares de jovens ligam-se à Internet para aceder a páginas de propaganda à *jihad*. O discurso do descontentamento personificado por figuras como Bin Laden e de cunho marcadamente activista, articulado em termos islâmicos e justificado por referências à tradição muçulmana, adquiriu uma dimensão global. A mensagem fundamentalista faz sentido para milhões de pessoas. De entre esses milhões sairá uma nova vaga de terroristas. Serão operadores em regime livre, sem ligações hierárquicas a qualquer grupo. Muitos deles sem relações anteriores com o terrorismo. Neste sentido, cabe aqui lembrar o aparecimento de uma nova figura, a do convertido, e que tem merecido fundamentadas preocupações por parte das forças e dos serviços de segurança. Se bem que muitos deles sigam uma orientação de tipo moderado, outros há que aderem à corrente mais fundamentalista dos ideais islamistas da reislamização global. Apesar de, tradicionalmente, os grupos e redes do terrorismo jihadista desconfiarem profundamente dos indivíduos convertidos, na convicção de que muitos deles poderão actuar como infiltrados das forças de segurança ou dos serviços de informações, o que é facto é que desde há algum tempo se assiste à sua gradual entrada e participação em redes de terrorismo islamista na Europa, como foram os casos do britânico Richard Reid, que, em 2001, tentou fazer detonar um explosivo num avião que fazia a ligação Paris-Miami, através de um sapato-bomba, e do jamaicano que participou nos atentados do 7-J. Assinale-se o facto de até agora os convertidos terem sido unicamente utilizados para atentados de tipo suicida. No caso destes dois suicidas,

nenhum deles desempenhava papéis de relevo nas respectivas células, muito menos eram responsáveis ou coordenadores de rede. No entanto, a maioria dos convertidos tem-se revelado pacífica. Ainda assim, os convertidos em qualquer religião têm que ir sempre um pouco mais além que os demais. É-lhes exigido que demonstrem a sua lealdade e que a sua fé seja inquestionável. Alguns dos convertidos recrutados pelo jihadismo podem chegar a constituir um elemento suicida bastante eficaz, tendo em conta que as forças de segurança de muitos países se orientam pelos apelidos e a origem das pessoas para estabelecer os perfis e possíveis níveis de risco associados. Estes convertidos seriam, assim, virtualmente indetectáveis (Aristeguí, *op. cit.*). Outro conhecido caso de conversão ao islamismo é o do português Paulo de Almeida Santos, que adoptou o nome islâmico de Abdullah Yusuf, apodado de talibã, que se dizia membro da Al Qaeda desde a sua fundação, e que atentou em Roma, em Novembro de 1991, contra o rei afegão no exílio Mohammed Zahir Shah. O atentado acabaria por não se concretizar devido à intervenção da guarda pessoal do monarca. O acto valeu-lhe, entretanto, uma condenação a 15 anos de cadeia. Estes novos agentes do terror poderão não ter acesso a explosivos sofisticados, a armas automáticas ou a lança-foguetes, mas uma vez que tenham adoptado uma visão radical do mundo própria dos *jihadistas salafistas* hão-de empenhar-se para encontrar os meios necessários ao desencadeamento da sua violenta *guerra santa*. Para estes indivíduos, a *jihad* é um dever religioso intensamente sentido. Encontramo-nos agora numa fase onde a Al Qaeda não é uma vanguarda nem uma base. Passou antes a ser uma *ideologia*. Para se ser seu membro basta afirmá-lo (Burke, *op. cit.*). A Al Qaeda poderá não ser mais a organização terrorista preponderante, contudo a ameaça jihadista será mais diversa e dispersa do que foi até agora. As próprias autoridades norte-americanas obtiveram informações sobre o contacto permanente entre Bin Laden e algumas das mais perigosas organizações terroristas espalhadas pelo mundo, algumas das quais já actuavam de forma independente. De facto, com o desaparecimento de cena da principal figura e referência do jihadismo salafista internacional – Bin Laden – não foi, seguramente, posto termo à ameaça terrorista que os grupos jihadistas até aqui representavam. É certo que a Al Qaeda sofreu um duro revés com a morte do seu líder carismático. Todavia, trata-se de uma entidade devidamente organizada e com sólidas estruturas de liderança e estratégia. Mas há que ter em conta que o actual terrorismo

global não está reduzido ao protagonismo da Al Qaeda. Afinal, foram muitos os focos de radicalismo entretanto criados, em especial ao longo da última década. A morte de Bin Laden poderá contribuir no médio ou no longo prazo para o enfraquecimento do movimento jihadista, todavia, o problema do terrorismo islamista internacional mantém-se. As estruturas da Al Qaeda subsistem. O terrorismo islamista permanecerá uma ameaça à estabilidade internacional. Os líderes deste movimento prosseguirão a sua campanha em direcção aos seus objectivos finais. De todo o mundo muçulmano surgiram imediatamente apelos à vingança pela sua morte, visando os *inimigos* do Islão, e colocando os Estados Unidos e o Paquistão no topo da lista das ameaças. De facto, foi assim que, duas semanas após a morte de Bin Laden, teve lugar o primeiro ataque terrorista em território paquistanês, reivindicado pelos talibãs do Paquistão em aliança com a Al Qaeda, e que causou perto de uma centena de vítimas mortais. Segundo disse à *Agência France Press*<sup>83</sup>, o porta-voz do Movimento dos Talibãs do Paquistão, Ehsanullah Ehsan, este duplo ataque foi “o primeiro acto de vingança pela morte de Osama”. Mas também Marrocos, o Afeganistão e a Argélia, onde a Al Qaeda exerce enorme influência, se encontram em linha com as suas ameaças. A Europa, por seu turno, continuará, como até aqui, a ser um alvo de eleição. Admite-se que, nomeadamente na Península Arábica a morte de Bin Laden em pouco afectará o planeamento estratégico já definido. Indivíduos, células ou grupos patrocinados ou inspirados pela Al Qaeda e pelo seu líder histórico, Bin Laden, irão reagir, mostrando ao mundo que o facto de Bin Laden ter morrido não vai ter qualquer influência na sua capacidade operacional. A *marca* Al Qaeda e o que ela representa continuarão por muito tempo mais. Ataques de menor dimensão levados a cabo por terroristas *espontâneos* ou a cargo de pequenas células ou grupos autónomos são, desde já, admitidos como prováveis. Precisamente, a 2 de Junho de 2011, a Al Qaeda divulgou, através do seu braço mediático, *As-Sahab*, um vídeo de incitamento aos jihadistas de base, identificados, eufemisticamente, como *lobos solitários*, no sentido de levarem a cabo operações por *conta própria* contra o Ocidente e os *inimigos do Islão*. No

---

<sup>83</sup> Edição de 13 de Maio de 2011. Disponível em: <http://www.afp.com/afpcom/fr/taglibrary/thematic/actuality>

entanto, os ataques de grande dimensão, com elevados níveis de planificação, como os do 11-S e do 11-M, parecem não reunir, de momento, elevado grau de probabilidade. Bem perto de nós, no Norte de África, são vários os grupos ou organizações existentes com enorme autonomia funcional e operacional. Destes destaca-se pela sua importância a Al Qaeda no Magrebe Islâmico. Para os seus seguidores Bin Laden juntou, agora, ao estatuto de *símbolo* o de *mártir*. E morrer pela causa jihadista é, afinal, um dos principais objectivos dos terroristas islamistas. Ao longo da última década Bin Laden foi o grande responsável pela internacionalização do terror jihadista. É certo que não viu cumprido o seu grande objectivo da *reinstalação* do Califado universal. Conseguiu, no entanto, criar uma ideologia na qual se têm inspirado largos milhares de adeptos. É, de facto, incontável o número de células e grupos que tem aderido ao seu discurso. A própria Interpol já fez saber, entretanto, que o risco terrorista é agora mais elevado, lembrando que são muitos os grupos inspirados na Al Qaeda e o perigo que tal representa para o mundo.

Com o desaparecimento de Bin Laden abriu-se, de imediato, o caminho da sua sucessão. Os nomes de alguns dos possíveis candidatos começaram desde logo a perfilar-se. Ayman al-Zawahiri, até aqui o número dois e ideólogo e estratega da organização, provavelmente refugiado ao longo da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, e um dos mais procurados terroristas em todo o mundo, foi considerado pela maioria dos analistas como o natural sucessor de Bin Laden. Todavia, trata-se de uma figura pouco carismática. Para além de Zawahiri, outros nomes foram adiantados, como os casos de Anwar al-Awlaki, outro dos nomes da lista dos mais procurados, e um dos líderes da Al Qaeda na Península Arábica, de Nasser Abdul Karim al-Wuhayshi, antigo assessor de Bin Laden, também líder da Al Qaeda na Península Arábica, de Abu Yahya al-Libi, um dos principais ideólogos da Al Qaeda, e do paquistanês Ilyas Kashmiri, considerado cérebro de várias operações terroristas internacionais. Era, no entanto, bem maior a lista dos nomes que se encontravam na linha de sucessão de Bin Laden, não tendo sido claro, até há bem pouco tempo, quem iria substituir na liderança da Al Qaeda este símbolo do terrorismo jihadista internacional. Finalmente, e após algum tempo de indecisão, eis que surge o nome do responsável que irá liderar a Al Qaeda. A 16 de Junho de 2011 o seu Comando-Geral anuncia, sem surpresa, Ayman al-Zawahiri

como o novo líder do movimento. Esta nova liderança poderá configurar uma nova orientação estratégica da Al Qaeda, conhecidos que são os objectivos de sempre de Zawahiri que sempre se focou no *inimigo próximo e local*, representado pelos governos seculares de países muçulmanos que não se regem pela lei islâmica (*Sharia*), contrariamente a Bin Laden que protagonizava a luta contra um *inimigo global e distante*, neste caso representado pelos “cruzados” e “judeus”, com os Estados Unidos à cabeça. A este propósito, Zawahiri estará mais atento que nunca aos actuais e futuros movimentos insurreccionais nos diferentes países árabes.

Dentro do espaço europeu a Península Ibérica é, declaradamente, um dos objectivos prioritários do islamismo radical. Representa um dos seus símbolos, uma das suas maiores fontes de inspiração. Muito em particular Espanha está hoje mais exposta ao terrorismo internacional do que o fora antes dos brutais atentados de 11 de Março de 2004, em Madrid. São claros os propósitos da Al Qaeda que apontam Espanha como destinatária das suas acções terroristas, e que insistentemente têm sido tornados públicos, sobretudo pela voz do número dois da organização, Ayman al-Zawahiri, e também pela sua filial Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI). Igualmente, líderes religiosos com grande influência junto da população muçulmana têm feito frequentes alusões ao Al Andalus (Península Ibérica) e ao regresso do território ao domínio islâmico. Efectivamente, Espanha converteu-se num dos objectivos da Jihad Global promovidos pela Al Qaeda, para quem este país faz parte da “conspiração mundial dos cruzados e judeus” para pôr termo ao Islão. A Catalunha, considerada já pelas autoridades norte-americanas “como o maior centro mediterrânico do jihadismo”, e que, de acordo com um trabalho documental<sup>84</sup>, viu a população imigrante muçulmana passar, nos últimos dez anos, de trinta mil para quatrocentos mil indivíduos, chegando em numerosas localidades da autonomia a ultrapassar os 20 por cento da população total, e que a par de Ceuta e Melilla, são frequentemente referenciadas em comunicados terroristas como alvos do jihadismo, constituem motivos de sobra para colocar em estado de profunda preocupação tanto os cidadãos espanhóis como os

---

<sup>84</sup> Intereconomia TV, de 27 de Novembro de 2010. Disponível em: [http://blip.tv/file/4438479?utm\\_source=player\\_embedded](http://blip.tv/file/4438479?utm_source=player_embedded)



seus governantes. Em particular nestes territórios, a propagação dos ideais jihadistas e a presença de comportamentos típicos do salafismo mais radical têm registado um inquietante incremento ao longo dos últimos anos, com apelos constantes à jihad contra os “territórios ocupados”.

É difícil acreditar que alguma vez o islamismo radical e o seu braço terrorista cheguem a concretizar os seus objectivos, como o derrube e substituição dos regimes muçulmanos apóstatas, e a reconquista dos territórios alguma vez dominados pelo Islão ou mesmo a reinstauração de um Califado opressivo e violento com vocação de domínio global, todavia, pelo caminho provocarão, certamente, um dano incalculável. O seu eventual acesso, por exemplo, às ADM ou o derrube de um Governo muçulmano autoritário ou pró-ocidental permitir-lhes-á lançar o mundo num cenário de alarmante desestabilização. Apesar deste inquietante cenário, os mais recentes acontecimentos ocorridos nalgumas regiões islâmicas mostram o aparecimento de novas e mais animadoras tendências. O problema potencialmente mais grave instalou-se agora entre nós, no seio das comunidades islâmicas que vivem na Europa e que se mostram bem mais vulneráveis ao fanatismo do que, ironicamente, nos seus países de origem. A maior parte dos imigrantes pertence às camadas mais desfavorecidas da população, que para além das suas dificuldades económicas e de integração entram em conflito com as gerações mais recentes de muçulmanos, já nascidas na Europa, revelando, estas, sérios problemas de identidade, mesmo considerando a sua cidadania europeia, ainda que esta seja só formal. Estamos, pois, e em definitivo, perante um cenário de luta que se afigura lento e penoso (Aristeguí, *op. cit.*).

Após os fatídicos ataques do 11-M foram várias as operações levadas a cabo pelas forças de segurança espanholas que puseram termo a células ou grupos terroristas islamistas e aos seus planos de ataque contra diversos objectivos em Espanha. Tais factos levaram à imediata adopção de medidas de prevenção e combate à radicalização violenta de inspiração jihadista por parte da União Europeia e, em particular, de alguns países membros.

É obvio que actualmente nenhum país europeu é alheio à ameaça do terrorista

jihadista global. No entanto, e apesar de a mesma ser comum a todos os países da Europa Ocidental, segundo Reinales<sup>85</sup>, são vários os factores que se encontram na base de uma ameaça terrorista bem diferenciada de uns relativamente a outros. É igualmente assumido que essa ameaça não se encontra distribuída de maneira homogénea. Os relatórios anuais feitos tanto pela Europol como pelo Departamento de Estado norte-americano permitem concluir que o fenómeno jihadista não incide de modo homogéneo sobre o conjunto dos países europeus, ainda que se mostre mais actuante na Europa Ocidental, verificando-se, também aqui, algumas variações, o que permitiu constatar que os desafios postos pelo terrorismo global foram, nos últimos anos, mais penalizadores para uns países do que para outros. Os factores referidos são de natureza essencialmente histórica, geográfica, social, económica e política. Sobre os primeiros pesa o facto de haver países europeus com um passado colonialista em territórios com populações maioritariamente muçulmanas do Norte de África, Médio Oriente e do Sul e Sudeste asiáticos. Por outro lado, parte do território da Europa Ocidental esteve sob o domínio muçulmano durante a Idade Média. Destes factos resultam recorrentemente discursos radicais que apontam os países ocidentais como responsáveis pela fragmentação da *nação islâmica*, através da imposição arbitrária de fronteiras. Estes antecedentes colonialistas não são, no entanto, a única relação histórica do mundo islâmico com alguns países da Europa Ocidental, e que fundamentam o diferencial de ameaça jihadista existente nos dias de hoje. De facto, uma parte da mesma, o Al Andalus, esteve sob o domínio muçulmano ao longo de um vasto período da Idade Média. O Islão imperou, assim, nos territórios actualmente pertencentes a Portugal e Espanha e que, de acordo com a retórica jihadista, se encontram ocupados por *infiéis* desde há mais de quinhentos anos.

Já os factores de natureza geográfica são explicados pela grande proximidade relativamente a zonas de conflito e pelo aproveitamento que daí decorre por parte das organizações terroristas sobretudo em tarefas de recrutamento e financiamento, e de preparação e execução de atentados.

---

<sup>85</sup> Artigo de Fernando Reinales, intitulado *¿Por qué el terrorismo yihadista afectará más a unos países europeos que a otros?*, de 3 de Maio de 2011. Disponível em: [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/ari82-2011](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari82-2011)

Os factores de natureza sociodemográfica adquirem uma particular importância quando se tem em conta o tamanho e a composição das comunidades muçulmanas existentes em cada país, já que dentro delas ocorrem processos de radicalização violenta que dão lugar ao aparecimento de terroristas. França, Alemanha, Reino Unido, Espanha e Itália são os países que contam actualmente com o maior número de comunidades muçulmanas ou provenientes de países predominantemente muçulmanos. A este propósito, revelam-se particularmente importantes alguns dados relativos ao crescimento da população muçulmana na Europa. De conformidade com os resultados de um estudo do jornal britânico *Daily Telegraph*<sup>86</sup> está previsto um notável incremento da população muçulmana no continente europeu, esperando-se que a mesma atinja em 2050, vinte por cento da população total residente. Os países que registarão o maior aumento serão o Reino Unido, a Espanha e a Holanda. Com base noutro estudo<sup>87</sup>, Espanha verá a população muçulmana chegar muito perto dos dois milhões, até ao ano de 2030. Entre 1990 e 2010, a população muçulmana instalada na Europa deu um salto de 29,6 milhões para 44,1 milhões. Para 2030, prevê-se que esta presença ultrapasse os 58 milhões. Segundo este mesmo estudo, Portugal será, dos dezassete países em análise, aquele onde não se verificará qualquer crescimento da população muçulmana, cifrando-se em 65 mil o número de residentes no país.

Relativamente aos factores de natureza económica é sabido que tanto a Al Qaeda como os grupos ou organizações igualmente envolvidos no terrorismo global afirmam repetidamente o seu propósito de causar profundos danos na economia do chamado *inimigo distante*, o Ocidente, através da ameaça constante e de actos de violência terrorista.

Por seu turno, também os factores de natureza política mostram que há uns países mais afectados que outros no que se refere à ameaça terrorista internacional. De

---

<sup>86</sup> Edição de 8 de Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/5994045/A-fifth-of-European-Union-will-be-Muslim-by-2005.html>

<sup>87</sup> *The Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life*. Disponível em: <http://pewforum.org/future-of-the-global-muslim-population-regional-europe.aspx>

facto, a política externa de cada país tem uma relação directa com o grau de exposição que os mesmos têm face ao terrorismo. Nesse sentido, estarão claramente mais expostos ao risco de ataques terroristas aqueles países que tenham tropas deslocadas em zonas de conflito integradas em sociedades maioritariamente muçulmanas, independentemente da sua missão. Apesar de todos os países comunitários da Europa Ocidental estarem envolvidos nesta assistência internacional, os mais visados pela retaliação terrorista são o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Itália e Espanha. Também a Holanda, a Finlândia, a Grécia e Portugal estão incluídos na agenda terrorista. Pela sua participação em missões das Nações Unidas, nomeadamente no Líbano, mais uns quantos países, entre os quais se encontram, de novo, Portugal e Espanha, foram colocados sob a mira do terror.

Para além dos factores aludidos, há a juntar os que se relacionam com o desempenho das Forças e Serviços de Segurança de alguns países nos domínios da prevenção e do combate ao terrorismo, e do qual resultou o desmantelamento de numerosas iniciativas jihadistas e a detenção de centenas de indivíduos acusados de envolvimento em actividades relacionadas com o terrorismo. Tal significa que, desde a óptica dos terroristas, os países que tenham desenvolvido maior labor contrterrorista tendem a ser referenciados como inimigos especialmente hostis. A este grupo pertencem já o Reino Unido, a França e Espanha.

Também Portugal, com sucessivas participações em missões de natureza militar nos mais diversos cenários de conflito, como é o caso mais recente do Afeganistão, se colocou, igualmente, na rota do jihadismo internacional, não estando por tal motivo “imune ao desenvolvimento, no seu território, de actividades relacionadas com o terrorismo de matriz islamista”, podendo “constituir um factor de motivação para casos de radicalização violenta de indivíduos ou para a selecção do nosso país como um alvo de oportunidade para a realização de atentados” (*in* Relatório Anual de Segurança Interna de 2010).

Dada a sua posição estratégica relativamente à região do Magrebe e ao eixo atlântico, e ainda ao facto de pertencer ao espaço Schengen, Portugal reúne excelentes

condições para ser um *território de recuo* e de trânsito para o terrorismo internacional. Por outro lado, as sérias limitações de que padece nos domínios legislativo e humano para as questões ligadas à segurança interna tornam o país verdadeiramente atractivo para as pretensões dos agentes do terrorismo transnacional. Também por estes motivos, nada, absolutamente nada, faz acreditar que Portugal se encontre à margem dos objectivos terroristas do salafismo jihadista transnacional. Assim sendo, resta ao nosso país alinhar todas as suas forças e meios de modo a fazer eficazmente face a esta real ameaça. No combate ao terror, a prevenção marca, desde logo, o ponto de partida desse enorme empreendimento.

Protagonistas de uma longa história comum e partilhando o mesmo espaço – a Península Ibérica –, dispondo de um privilegiado posicionamento geoestratégico, e reconhecidamente de enorme importância enquanto *placa giratória* para o trânsito de produtos e bens provenientes do contrabando, Portugal e Espanha estão confrontados com riscos semelhantes, muitos deles decorrentes tanto do crime organizado como do terrorismo islamista, ou ainda da combinações de ambos. Conscientes desta realidade, e ainda no respeito pelas suas ligações a organizações internacionais e a compromissos institucionais que têm como objectivos a salvaguarda da segurança e liberdade das populações, os governantes destas duas nações ibéricas têm-se multiplicado em esforços nos âmbitos da cooperação bilateral e multilateral partindo da adopção de múltiplos mecanismos no combate às ameaças à sua segurança interna. Nos casos de Portugal e Espanha, esse compromisso vê-se aumentado pela responsabilidade decorrente da defesa de uma das fronteiras externas mais sensíveis da União Europeia. Com a reconfiguração da ameaça salafista jihadista no plano internacional, as ameaças passaram a revelar-se difusas e imprevisíveis. O terrorismo já não tem bases territoriais. Este inimigo pouco ou nada se identifica com um determinado território. Os seus agentes vivem dispersos numa multitude de países. A sua desterritorialização é cada vez maior (Benoist, *op. cit.*). Embora com graus de incidência diferentes, actualmente qualquer país está exposto a este terrorismo de dimensão transnacional. Nesse sentido, também Portugal está na rota dessa ameaça. Ao longo dos mais recentes anos foi por diversas vezes referenciada a presença de indivíduos supostamente ligados a grupos jihadistas internacionais, e que alegadamente se

dedicavam a missões de recrutamento e preparação de ataques terroristas. Actualmente, a possibilidade de o território português estar a ser usado como *zona de recuo* e de apoio logístico e financeiro, ou ainda de local de trânsito para terroristas internacionais, é perfeitamente admissível. Neste labor poderão estar envolvidos indivíduos pertencentes às novas comunidades muçulmanas provenientes de países indo-paquistaneses e do Norte de África e chegadas ao nosso país a partir da década de 1990. Trata-se de indivíduos sem qualquer tipo de vínculo à comunidade islâmica já instalada. Ocasionalmente, procuram apoio religioso ou social nalguns locais de culto existentes na periferia das grandes cidades, especialmente Lisboa. A precária situação socioeconómica de que grande parte destes indivíduos sofre torna-os uma presa fácil dum discurso doutrinário mais radical.

Apesar de terem sido três os ataques terroristas islamistas em território da União Europeia ao longo de 2010, pelos menos dois desses ataques poderiam ter provocado elevado número de vítimas. Tal só não se verificou devido à falta de familiaridade com explosivos por parte dos terroristas. Neste mesmo período foram detidos 89 indivíduos relacionados com a preparação de actos terroristas no espaço da UE. Dados da Europol revelam que redes de recrutamento e apoio ao terrorismo jihadista com inspiração na Al Qaeda continuam activas em muitos Estados-membros, embora o nível de ameaça não seja o mesmo em cada um deles, havendo um diversificado espectro de intervenientes. Muitos destes indivíduos, actuando isolada e imprevisivelmente tornam a sua identificação particularmente difícil. Para além da preparação directa de atentados, os motivos da detenção estão, igualmente, relacionados com actividades de propaganda e recrutamento, muitas vezes num quadro de recurso a canais de imigração ilegal, propícios ao exercício da actividade terrorista em território europeu. Estes atentados verificados na UE, a par de outras tentativas em espaço internacional, de grupos ligados à Al Qaeda mostram que a ameaça do terrorismo islamista permanece elevada. Ainda segundo o relatório da Europol, em 2010 foram detidos 179 indivíduos na UE por ofensas relacionadas com o terrorismo islamista, sendo que apenas vinte por cento dos mesmos tinham ligações a células ou grupos terroristas, como a AQMI, a Al-Shabaab ou a Al Qaeda na Península Arábica (AQAP). Muitos dos detidos eram membros de células jihadistas autónomas ou indivíduos auto-

radicalizados ou chamados *solitários*. Foram treze os Estados-membros que relataram detenções relacionadas com o terrorismo islamista.

Também a Internet e os fóruns jihadistas *on-line* têm funcionado como poderosos instrumentos de radicalização. As redes sociais têm-se mostrado, igualmente, de enorme utilidade neste fenómeno de radicalização e recrutamento jihadista, onde a União Europeia se mantém como foco de uma campanha de propaganda contra o Ocidente. O território comunitário continua, de resto, a funcionar como importante plataforma de recrutamento de combatentes jihadistas para zonas de conflito como o Afeganistão, Paquistão, Cáucaso do Norte, Somália e Iémen. Em sintonia com anos anteriores, os indivíduos provenientes do Norte de África (Argélia, Egipto, Marrocos e Tunísia) representam um terço de todos os suspeitos detidos, verificando-se que a proporção de pessoas com cidadania ou nascidas na UE está a aumentar, o que sugere que o terrorismo e a radicalização de origem doméstica são uma fonte de continuada preocupação. Entretanto, uma série de detenções registada na Roménia faz temer que alguns Estados-membros das fronteiras orientais da UE estejam a funcionar como países de trânsito para outras partes da Europa, podendo, inclusivamente, servir como bases operacionais de retaguarda logística e financeira do terrorismo jihadista.

Para os analistas da Europol, o fenómeno do jihadismo na UE não pode ser perspectivado sem se levar em linha de conta o ambiente de segurança internacional, sendo de considerar que, neste domínio, a situação dos Estados-membros pode ser de muitas maneiras influenciada pelos acontecimentos ocorridos fora do território europeu. Na verdade, são vários os Estados-membros mencionados pelas organizações terroristas islamistas como alvos potenciais, seja pelo seu alegado apoio à ocupação da Palestina e à invasão do Iraque, e agora do Afeganistão, seja pelas suas políticas alegadamente repressivas contra os muçulmanos.

No Norte de África e na região do Sahel a propaganda da AQMI visa a luta contra os governos da Argélia e, mais recentemente, da Mauritânia. Na Europa, a AQMI é fonte de enorme preocupação, em particular para França e Espanha, com o país ibérico a ser objecto de frequentes alusões, sob o pretexto da sua ocupação de Ceuta e Melilla.

Embora até à data não tenha sido feita qualquer referência a ataques em territórios francês ou espanhol, o relatório da Europol, reconhece que essa possibilidade deve ser tida em linha de conta.

A recente evolução política verificada em países como a Tunísia e o Egipto deverá, igualmente, ser considerada propícia às iniciativas jihadistas no tocante a uma eventual manipulação de massas e capazes de pôr em causa os legítimos interesses ocidentais fora do espaço da UE. Para além disso, é de admitir que as organizações terroristas como a AQMI se posicionem para um efectivo aproveitamento duma eventual redução, ainda que temporária, do controlo do Estado em matéria de terrorismo. Acredita-se que, em certa medida, o papel destas organizações ficou reduzido ao de “observadores”, incapazes de influenciar de modo significativo estes movimentos populares, onde a sua histórica acção violenta contrasta profundamente com o sucesso resultante de iniciativas pacíficas em massa. A análise da Europol termina sublinhando a preocupação que resulta do registo do predominante número de jovens cidadãos da UE que se deslocam para cenários de conflito, entre os quais a fronteira afgano-paquistanesa, a Somália e o Líbano, com o propósito de participar na luta armada ou de ingressarem em campos de treino terroristas.

As orientações para evitar que esta ameaça se materialize passarão pela prevenção e combate à acção e implantação de novas células e às suas actividades, manter a cooperação internacional neste domínio, envolver as comunidades islâmicas de ambos os países ibéricos na denúncia e luta contra o terrorismo, e, finalmente, favorecer uma correcta integração dos muçulmanos que chegam do exterior (Jordán, ARI Nº 119, 2003). No âmbito das Informações é fundamental dotar os respectivos Serviços de meios jurídicos e humanos que permitam um efectivo desempenho na prevenção do terrorismo, como, por exemplo, o recurso a acções encobertas ou a intercepção de comunicações. É, igualmente, desejável que os diferentes Serviços disponham de idênticas *armas* na luta contra o terror, através da uniformização das suas capacidades (Pereira *in* Barbosa, *op. cit.* p. 80). Portugal é, de resto, o único país da UE onde o recurso à intercepção de comunicações pelos Serviços de Informações no âmbito do combate ao terrorismo, não está consignado na lei, o que lhe confere um triste lugar



de destaque junto dos seus parceiros europeus. Realidades como esta favorecem, de modo evidente, o trabalho dos grupos terroristas, que tendem a planificar e a desenvolver as suas iniciativas em países com menor grau de preparação antiterrorista. Ainda assim, algo tem sido feito no sentido de tornar o combate ao terrorismo mais efectivo. Ao longo dos últimos anos, o nosso país tem vindo a proceder a algumas alterações legislativas, a última das quais em Maio de 2011, desta vez no sentido de criminalizar "o incitamento público à prática de infracções terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo", de modo a uniformizar os procedimentos no combate ao terrorismo. Mas muito está, ainda, por fazer, quer no domínio da prevenção, onde é fundamental uma rápida adaptação do aparelho legislativo aos novos contornos do fenómeno jihadista, onde seja igualmente possível, em determinados cenários, o recurso aos meios militares, quer através da adequação dos serviços de Protecção Civil em situação de crise para um efectivo controlo e minimização de eventuais danos. É certo que a necessidade de segurança irá, inevitavelmente, pôr em causa parte da nossa liberdade. Todavia, sem segurança também não conseguiremos viver em liberdade.

Recordando a questão inicial:

Espanha tem sido ao longo de décadas duramente castigada pelo terrorismo separatista, ao qual se juntou, anos mais tarde o de natureza islamista. Para além de uma história em comum, Portugal e Espanha partilham, igualmente, desde há séculos, o mesmo espaço – a Península Ibérica –. Poderão estas realidades desencadear um *efeito de contágio* que faça alastrar para o território português os indesejados efeitos da radicalização existente no país vizinho? O que explica o facto de Portugal ter sido, pelo menos até aos nossos dias, poupado ao movimento islamista radical?

Como hipóteses apresentadas no início do trabalho:

- C. Portugal está exposto ao *efeito de contágio* da radicalização islamista existente em Espanha
- D. Portugal não está exposto ao *efeito de contágio* da radicalização islamista existente em Espanha

Deste modo, e a fim de responder à questão inicial partindo das duas hipóteses colocadas, podemos, através da análise dos conteúdos apresentados, concluir que, no âmbito da primeira hipótese, Portugal **está exposto** a este *efeito de contágio* pelas seguintes razões:

1. **Ocupação infiel das terras do Islão.** Foram várias já as ocasiões em que o ideólogo da Al Qaeda, Ayman al-Zawahiri, fez referências directas à *libertação* do Al Andalus enquanto “território sagrado do Islão usurpado por Cruzados e infiéis”, numa alusão directa a Espanha e a Portugal como *terra a libertar*. Este objectivo do jihadismo salafista internacional coloca, claramente, o nosso país na sua já extensa agenda terrorista.
2. **País ocidental e aliado dos inimigos do Islão,** e pela sua política de alinhamento internacional corporizada, nomeadamente com a sua adesão à NATO e às Nações Unidas, e que tem levado Portugal a fazer parte da *agressão* ocidental ao mundo muçulmano, através de múltiplas campanhas militares.

3. **Contiguidade territorial com Espanha**, já de si afectada pela grande proximidade geográfica dos países do Magrebe, e elevada porosidade de fronteiras. Com a formação da Al Qaeda no Magrebe Islâmico, criada em 1997, aumentou substancialmente o perigo de ataques a países do sul da Europa, com Portugal incluído. Também os conflitos instalados em países do norte de África põem em causa a segurança dos países europeus, em especial os do sul. Por outro lado, considerando a sua posição estratégica relativamente à região do Magrebe e ao eixo atlântico, e ainda ao facto de pertencer ao espaço Schengen, o nosso país reúne excelentes condições para ser um *território de recuo* e de trânsito para o terrorismo internacional. Por outro lado, as sérias limitações de que Portugal padece nos domínios legislativo e humano para as questões ligadas à segurança interna tornam o país verdadeiramente atractivo para a estratégia jihadista internacional.
4. Finalmente, o recente **fluxo de imigração muçulmana**, desta vez oriunda de países como o Paquistão e o Bangladesh, pode trazer consigo novos focos de preocupação, caso estes grupos eventualmente integrem elementos já radicalizados nas sociedades de origem.

Já no tocante à segunda hipótese, Portugal **não está exposto** a este *efeito de contágio* pelas seguintes razões:

1. **Características da comunidade muçulmana.** De número bastante reduzido relativamente, por exemplo, a Espanha, e com baixíssima probabilidade de crescimento ao longo das próximas décadas, esta comunidade encontra-se perfeitamente integrada na sociedade portuguesa, com muitos casos de sucesso tanto no domínio profissional como empresarial, estando longe de constituir qualquer tipo de problema no âmbito da radicalização religiosa, dada a sua interpretação moderada do Islão.
2. **Tradição de grande tolerância religiosa.** Apesar de a população portuguesa ter maioritariamente adoptado o Catolicismo como religião, devido particularmente a tradições e a outras circunstâncias históricas, e apesar de a sua Constituição consagrar a “liberdade de consciência, de religião e de culto”,

a sociedade portuguesa é caracterizada pela sua elevada tolerância religiosa. Tal facto, internacionalmente reconhecido, coloca Portugal numa posição cimeira como um dos países mais tolerantes em matéria de igualdade entre religiões.

3. **Registo de ataques terroristas.** O fraco registo de ocorrências terroristas em território nacional e a aparente falta de *visibilidade* ou o baixo protagonismo do nosso país no contexto internacional tem alimentado a perspectiva de que Portugal tem um perfil simbólico pouco *interessante* para iniciativas de grande espectacularidade, tão do agrado das organizações terroristas islamistas.

Em definitivo, podemos concluir que Portugal reúne excelentes condições favoráveis ao refúgio de indivíduos ou células com ligações ao terrorismo internacional, bem como local de trânsito de terroristas ou base de apoio logístico e recolha de recursos financeiros necessários à actividade terrorista jihadista. Este cenário, contudo, não sugere que Portugal seja, no actual contexto, alvo prioritário do terrorismo islamista internacional. Aos políticos nacionais incumbidos das matérias relacionadas com a segurança nacional resta, de uma vez por todas, e sem discursos retóricos pautados pela irresponsabilidade, a assunção desta perigosa realidade e criar todo o tipo de condições de natureza legislativa, técnica e humana capazes de antecipar e prevenir cenários de catástrofe humana e de impor um feroz combate à praga representada e materializada pelo terrorismo salafista internacional. Quando o investimento neste domínio justifica, naturalmente, um sério incremento em todos os países verdadeiramente preocupados com o flagelo terrorista, vemos, em Portugal, uma tendência inexplicavelmente oposta. É certo que em ambiente de crise financeira o equilíbrio com os gastos da Segurança, como, aliás, outros, deve ser judicioso. O momento não será, pois, o mais favorável ao aumento das despesas neste domínio, mas também não o é, seguramente, para reduzir os meios financeiros aplicáveis à segurança dos cidadãos, sobretudo numa altura em que o futuro é cada vez mais incerto.

## Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Maria. *Estratégias de (Re)construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*. Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., Teses, 13, 2007.

ALKHALIFA, Waleed Saleh. *El Ala radical del Islam: El Islam político, realidad y ficción*. Madrid, Ed. Siglo XXI, 2007.

ALLAM, Magdi. *El miedo. Mi vida contra el terrorismo islâmico y la inconsciencia de Occidente*. Madrid, Ediciones Encuentro, 2008.

ANTONIO, Clara Maria Tomas; REÍLLO, António Giménez (Editores). *El saber en Ál-Andalus*, Sevilha, Universidad de Sevilla, textos y estudios, IV, 2006.

ARÍSTEGUI, Gustavo. *Islamismo contra el islam. Las claves para entender el terrorismo yihadista*, Barcelona, Ediciones B, 2004.

ARÍSTEGUI, Gustavo. *La Yihad en España: La obsesión por reconquistar al-Andalus*. Madrid, La Esfera de los Libros, 2005.

ATWAN, Abdel Bari. *The secret history of al Qaeda*. Califórnia, Saqi Books, 2008.

BARBOSA, Pedro Gomes. *Reconquista Cristã – Séculos IX – XII*. Lisboa, Esquilo, 2008.

BARBOSA, Pedro Gomes [et al.]. *As Teias do Terror: Novas Ameaças Globais*. Lisboa, Esquilo, 2006.

BAUER, Alain; RAUFER, Xavier. *A globalização do terrorismo*. Lisboa, Prefácio, 2002.

BENOIST, Alain de. *“Guerra Justa”, Terrorismo, Estado de Urgência e “Nomos da Terra”. A actualidade de Carl Schmitt*. Amadora (Lisboa), Antagonista, 2009.

BERMAN, Paul. *Terror y libertad*. Barcelona, Ed. Tusquets, 2007.

BEINHART, Larry. *Conspiración 11-S*. Madrid, Ed. Punto de Lectura, 2007.

BONILLA, Diego Navarro; ESTEBAN, Miguel Angel. *Terrorismo global: Gestión de información y servicios de inteligencia*. Madrid, Ed. Plaza y Valdes, 2007.

BONNASSIE, Pierre; GERBET, Marie-Claude; GUICHARD, Pierre. *Las Españas medievales*. 1ª edição. Madrid, Biblioteca de Bolsillo, 2008.

BRISARD, Jean-Charles; DASQUIÉ, Guillaume. *Ben Laden: La vérité interdite*. Paris, Éditions Denoël, 2002.

BURGAT, François. *Islamism in the shadow of al-Qaeda*. Texas, University of Texas Press, 2008.

BURKE, Jason. *Al-Qaeda. A História do Islamismo Radical*. Lisboa, Editores Quetzal/Bertrand Editora, Lda., 2004.

CLARKE, Richard Alan (Dir.). *Cómo derrotar a los yihadistas. Un plan de acción*. Madrid, Taurus, 2005.

COELHO, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Volumes 1 e 2. Lisboa. Editorial Caminho, SA, 1989.

COMELLAS, José Luís. *Historia de España Moderna y Contemporánea*. Madrid, RIALP, 2003.

COOK, David. *Understanding Jihad*. Londres, University of California Press, 2005

COOLSAET, Rik. *Al-Qaeda. The Myth. The Root Causes of International Terrorism And How To Tackle Them*. Gent (Bélgica). Academia Press, 2005.

DURÁN, Khalid; POHLY, Michael. *Ussama Bin Laden e o Terrorismo Internacional*. Lisboa, Ed. Terramar, 2001.

ESPOSITO, John L. *Guerras profanas. Terror en nombre del Islam*. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, SA, 2003.

FANJUL, Serafín. *La quimera de Al-Andalus*. Madrid, Siglo XXI Editores, 2004.

FANJUL, Serafín. *Al-Andalus contra España: la forja del mito*. Madrid, Siglo XXI Editores, 2005.

FERNANDEZ, Luís Suarez. *Historia de España Antigua y Média*. Madrid, Ediciones RIALP, SA, 1976.

FERREIRA, Pedro Antunes. *O novo terrorismo*. Lisboa, Prefácio, 2006.

FLORI, Jeani. *Guerra Santa, Yihad, Cruzada: La religión y la violencia y religión en el cristianismo y el Islam*. Granada, Biblioteca de Bolsillo, 2004.

GARZÓN, Baltasar. *Un mundo sin miedo*. Barcelona, De Bolsillo, 2006.

GÉRÉ, François. *Pourquoi le terrorisme?* Paris, Ed. Larousse, 2006.

GIBSON, Ramón Garcia. *Prevención de lavado del dinero y financiamiento al terrorismo*. México, INACIPE, 2009.

- GIDDENS, Anthony. *Europa en la Era Global*. Barcelona, Paidós Ibérica, SA, 2007.
- GÓMEZ, Juan Miguel del Cid. *Blanqueo internacional de capitales. Cómo detectarlo y prevenirlo*. Barcelona, Ediciones Deusto, 2007.
- GRAY, John. *Al Qaeda y lo que significa ser moderno*. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, SA, 2004.
- GUEDES, Armando Marques. *Ligações Perigosas: Conectividade, Coordenação e Aprendizagem em Redes Terroristas*. Coimbra, Almedina, 2007.
- GUICHARD, Pierre. *Al-Andalus frente a la Conquista Cristiana*. València, Biblioteca Nueva. Universitat de València, 2001.
- GUNARATNA, Rohan. *No interior da Al-Qaeda, rede global de terror*. Lisboa, Relógio d'Água, 2004.
- HEISBOURG, François. *Après Al Qaida – La nouvelle génération du terrorisme*. Paris, Stock, 2009.
- HERNANDEZ, Jesús Sanoja. *Diccionario de terrorismo*. Caracas (Venezuela), Editorial CEC, 2002.
- HIDALGO, María José; PÉREZ, Dionísio; GERVÁS, Manuel J.R. (Eds.). *“Romanización” y “Reconquista” en la Península Ibérica: Nuevas Perspectivas*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1996.
- HOFFMAN, Bruce. *A mano armada: historia del terrorismo*. Madrid, Espasa Calpe, 1999.
- IBÁÑEZ, Luis de la Corte; JORDÁN, Javier. *La yihad terrorista*. Madrid, Editorial Síntesis, 2007.
- IRUJO, José María, *El Agujero: España Invadida por la Yihad*. Madrid, Editorial Aguilar, 2005.
- JORDÁN, Javier. *Profetas del miedo. Introducción al terrorismo islamista*. Pamplona, EUNSA, 2004.
- JORDÁN, Javier. *Los orígenes del terror: sobre las causas del terrorismo*. Madrid, Biblioteca Nueva, 2004.
- JORDÁN, Javier; POZO, Pilar; GUINDO, Miguel García (Ed.). *Terrorismo sin fronteras. Actores, escenarios y respuestas en un mundo global*. Pamplona, Editorial Aranzadi, 2010.

- JUERGENSMEYER, Mark. *Terrorismo religioso*. Madrid, Siglo XXI, 2001.
- KEPEL, Gilles. *Fitna. Guerra en el corazón del Islam*. Barcelona, Paidós, 2004.
- KEPEL, Gilles. *La yihad. Expansión y declive del Islamismo*. Barcelona, Península, 2002.
- KOREWA, Victor. *La Géopolitique d'Al-Qaida*. Paris, Ed. Connaissances et Savoirs, 2007.
- LA HOZ, José Carlos Martín. *El Islam y España*. Madrid, RIALP, 2010.
- LA HOZ, José Guillermo Olivo. *Las Torres Gemelas. Por Qué Fueron Destruídas?* Canadá, Trafford, 2004.
- LAQUEUR, Walter. *Una historia del terrorismo*. Barcelona, Paidós, 2003.
- LAWRENCE, Bruce B. *Mensajes del mundo: los manifiestos de Osama Bin Laden*. Madrid, Foca, Ediciones y distribuciones generales S.L. (Grupo Akal), 2007.
- LOPES, Margarida Santos. *Novo dicionário do Islão*. Lisboa, Casa das Letras, 2010.
- LÓPEZ GARCÍA, Bernabé [et al.]. *Arraigados: minorías religiosas en la Comunidad de Madrid*. Barcelona, Icaria Editorial, S.A., 2007.
- MAGDA, Rosa María Rodríguez. *Inexistente Al Ándalus: De cómo los intelectuales reinventan el Islam*. Oviedo, Ediciones Nobel, S.A., 2008.
- MAÑAS, Fernando Marco. La evolución organizativa del terrorismo yihadista en España (1996-2006). Granada, Universidad de Granada/Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2009. Tese de doutoramento.
- MARÍN, Manuela. *Al-Ándalus y los andalusíes*. Barcelona, Icaria Editorial, 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal – das origens ao Renascimento*, volume 1. Lisboa, Ed. Presença, 1993.
- MARTÍ, José María; RUBIO, Santiago Catalá (Coord.). *El Islam en España: historia, pensamiento, religión y derecho*. Murcia, Colección Estudios, 2001.
- MARTÍN, Javier. *Suníes y chiíes. Los dos brazos de Alá*. Madrid, Los Libros de La Catarata, 2008.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- MOREIRA, Adriano (Coord.), *Terrorismo*. Coimbra, Almedina, 2004



MORENO, Eduardo Manzano. *Conquistadores, emires y califas. Los Omeyas y la formación de Al-Andalus*. Barcelona, Crítica, S.L., 2006.

NAPOLEONI, Loretta. *Yihad: Cómo se financia el terrorismo en la nueva economía*. Barcelona, Urano, 2004.

NASR, Helmi. *Nobre Alcorão (tradução para a Língua Portuguesa)*. Medina, Editora Complexo do Rei Fahd, 2005.

NAVARRO, Miguel Ángel Esteban; BONILLA, Diego Navarro (Coords.). *Terrorismo global. Gestión de información y servicios de inteligencia*. Madrid, Editorial Plaza y Valdés, 2006.

NOGALES, José Luis Sánchez. *El Islam entre nosotros*. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

PALENCIA, Ángel González. *Historia de la España musulmana*. Valladolid, Editorial Maxtor, 2005.

PALENZUELA, Vicente Ángel Alvarez (Coord.). *Historia de España de Edad Media*. Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 2008.

PÉREZ, Joseph. *Historia de España*. Barcelona, Editorial Crítica, 2006.

PETERS, Rudolph. *La Yihad en el islam medieval y moderno*. Salamanca, Europa Artes Gráficas, S.A., 1998.

PINTO, Maria do Céu (Coord.). *O Islão na Europa*. Lisboa, Prefácio, 2006.

PITA, René. *Armas químicas. La ciencia en manos del mal*. Madrid, Plaza y Valdés Editores, 2008.

POHLY, Michael; DURÁN, Khalid. *Ussama bin Laden e o terrorismo internacional*. Lisboa, Terramar, 2001.

PULIDO, Luis Alberto Villamarin. *Conexión Al Qaeda. Del islamismo radical al terrorismo nuclear*. Madrid, Ediciones Nowtilus, SL, 2005.

RABASA, Angel [et al.]. *Beyond Al-Qaeda. The Global Jihadist Movement. Part 1*, Santa Mónica (Califórnia), Rand Corporation, 2006.

RAMADAN, Tariq. *Islam, the West and the Challenges of Modernity*. Leicester, The Islamic Foundation, 2004.

REINARES, Fernando. *Terrorismo y antiterrorismo*. Barcelona, Paidós, 1998.

REINARES, Fernando; ELORZA, Antonio. *El nuevo terrorismo islamista. Del 11-S al 11-M*, Madrid, Temas de Hoy, 2004.

RIVERO, Isabel. *Compendio de historia medieval española*. Madrid, Ediciones Istmo, 1982.

RODRÍGUEZ, José Júlio Fernández; ENAMORADO, Javier Jordán; PASCUAL, Daniel Sansó-Rubert. *Seguridad y Defensa Hoy. Construyendo el futuro*. Madrid, Plaza y Valdés Editores, SL, 2008.

SALDIVIA, Carlos; FRANCO, Franco. *El Norte de África en la intriga de Al Qaeda. El Magreb como nuevo escenario geopolítico internacional*. Santiago do Chile, RIL Editores, 2008.

SÁNCHEZ, José Maria Martí; RUBIO, Santiago Catalã (coordinadores). *Historia, Pensamiento, Religión y Derecho*. Castilla-La Mancha, Colección Estudios, 2001.

SANMARTIN, José. *El Terrorista: Como Es, Como Se Hace*. Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 2005

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 24ª edição. Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda.

SIFAOU, Mohamed. *Combattre le terrorisme*. Paris, Ed. Grasset, 2007.

STERN, Jessica. *El terrorismo definitivo. Cuando lo impensable sucede*. Buenos Aires. Ediciones Granica, S.A., 2001.

TIESLER, Nina Clara. *Muçulmanos na margem: A nova Presença islâmica em Portugal*, in Revista Sociologia, Problemas e Práticas, nº 34, 2000.

TIESLER, Nina Clara. *Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português*. Análise Social, volume XXXIX (Inverno), 2005 (nº 173), pp. 827-849.

TORRES, José. *Terrorismo Islâmico. Gestão dos Riscos para a Segurança Nacional*. Lisboa, Ed. EDIUAL, 2009.

TREMLET, Giles. *España ante sus fantasmas: Un recorrido por un país en transición*. Madrid. Siglo XXI de España Editores, S.A., 2006.

ÚBEDA-PORTUGUÉS, José Escribano. *El terrorismo ante el derecho internacional público*. Madrid, Liber Factory, 2009.

UGARTE, David. *11M. Redes para ganar una guerra*. Barcelona, Icaria Editorial, SA., 2004.

VERTON, Dan. *Black Ice: La amenaza invisible del ciberterrorismo*. Madrid, McGraw-Hill, 2003.

VIDAL, César. *España frente al Islam: De Mahoma a Ben Laden*. Madrid, La Esfera de los Libros, 2004.

VILAR, Pierre. *Historia de España*. Paris, Biblioteca de Bolsillo, 2008.

WARDLAW, Grant. *Terrorismo político. Teoría, táctica y contramedidas*. Madrid, Servicio de Publicaciones del EME, 1986.

### ARTIGOS ACADÉMICOS, ESTUDOS E DOCUMENTOS

FARRÉ, Juan Avilés. *La amenaza del terrorismo islamista en España*, Publicaciones de Instituto Universitario de Investigación sobre Seguridad Interior, 4 de Março de 2003. Disponível em:  
[http://www.uned.es/investigacion/institutos/instituto\\_seguridad/IUISLPUBLICACIONES](http://www.uned.es/investigacion/institutos/instituto_seguridad/IUISLPUBLICACIONES) [Consulta: Julho de 2010].

FARRÉ, Juan Avilés. *¿Es posible y necesario definir el terrorismo?*, Conferencia pronunciada no Seminario *Terrorismo: Nuevas manifestaciones. Nuevas respuestas*, Universidad de Granada, 18 de Abril de 2002. Disponível em:  
<http://www.gees.org> [Consulta: Julho de 2010].

INTERECONOMÍA TV. Disponível em:  
<http://www.intereconomia.com/>

JORDÁN, Javier; MAÑAS, Fernando M.; TRUJILLO, Humberto. *Perfil sociocomportamental y estructura organizativa de la militancia yihadista en España. Análisis de las redes de Abu Dahdah y del 11-M*. Inteligencia y Seguridad. Revista de Análisis y Prospectiva, Nº 1, Dezembro de 2006. Disponível em:  
<http://www.jihadmonitor.org/wp-content/uploads/2007/03/redesyihad.pdf>

JORDÁN, Javier; HORSBURGH, Nicola. *Mapping Jihadist Terrorism in Spain*. Studies in Conflict and Terrorism, Vol. 28 Nº 3 Maio-Junho 2005 (pp. 169-191).

LAQUEUR, Walter. *Terrorismo posmoderno*, Foreign Affairs, Vol. 75, Nº 5, 1996.

REINARES, Fernando. *Hacia una caracterización social del terrorismo yihadista en España: implicaciones en seguridad interior y acción exterior*. Análise do Real Instituto Elcano, Nº 34.2006.

TARRÉS, Sol. *Grupos musulmanes en España: La yama'a at tabligh al-da'wa*, comunicação apresentada no VIII Congresso Espanhol de Sociologia – Alicante, Setembro de 2004. Disponível em:  
<http://www.jihadmonitor.org/wp-content/uploads/2007/03/tabligh.pdf>

### **ARTIGOS DE IMPRENSA**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 de Novembro de 2004, “Grupo planeou atentado no Porto”.

DAILY TELEGRAPH, 8 de Agosto de 2009, “A fifth of European Union will be Muslim by 2050”.

EL PAÍS, 31 de Outubro de 2005, “La financiación de la ‘yihad’. La ruta española del ‘hawala”.

EL PAÍS, 14 de Abril de 2010, “El contrabando atómico amenaza la seguridad global”.

EL PAÍS, 11 de Dezembro de 2010, “EE UU considera a Cataluña el ‘mayor centro mediterráneo del yihadismo”.

AGENCE FRANCE PRESS, de 13 de Maio de 2011, «Pakistan: deux kamikazes talibans vengent Ben Laden en tuant 80 personnes».

### **DOCUMENTAÇÃO OFICIAL CONSULTADA**

Relatório Anual de Segurança Interna 2004

Relatório Anual de Segurança Interna 2005

Relatório Anual de Segurança Interna 2006

Relatório Anual de Segurança Interna 2007

Relatório Anual de Segurança Interna 2008

Relatório Anual de Segurança Interna 2009

Relatório Anual de Segurança Interna 2010

### **PÁGINAS WEB DE REFERÊNCIA**

ATHENA INTELLIGENCE JOURNAL. Disponível em:  
<http://www.athenaintelligence.org/>

CENTRO NACIONAL DE INTELIGENCIA. Disponível em:  
<http://www.cni.es/es>

COMUNIDADE ISLÂMICA DE LISBOA. Disponível em:  
<http://www.comunidadeislamica.pt/>

EUROPOL. Disponível em:  
<http://www.europol.europa.eu/>

FOREIGN AFFAIRS. Disponível em:  
<http://www.foreignaffairs.com/>

GOBIERNO DE ESPAÑA. Estudio demoscópico 2008 realizado para los Ministerios de Justicia, Interior y Trabajo e Inmigración. Disponível em:  
[http://www.mir.es/DGRIS/Notas\\_Prensa/Ministerio\\_Interior/2009/np021103.html](http://www.mir.es/DGRIS/Notas_Prensa/Ministerio_Interior/2009/np021103.html)  
[Consulta: Fevereiro de 2011].

GRUPO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS  
<http://www.gees.org/>

INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
<http://www.ipri.pt/>

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Disponível em:  
<http://www.crisisgroup.org/>

JANUS.ANUÁRIO. Disponível em:  
<http://janusonline.pt/2007/2007.html>

JIHAD MONITOR. Disponível em:  
<http://www.jihadmonitor.org/>

KING'S COLLEGE LONDON. Disponível em:  
[www.kcl.ac.uk/](http://www.kcl.ac.uk/)

MIGRANT INTEGRATION POLICY INDEX. Disponível em:  
<http://www.integrationindex.eu/topics/2657.html> [Consulta: 9 de Fevereiro de 2011].

OBSERVATÓRIO DA JIHAD. Disponível em:  
<http://observatoriodajihad.blogspot.com/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Disponível em:  
<http://www.who.int/en/>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em:  
<http://www.un.org/>

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. Disponível em:  
<http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> [Consulta: 10 de Fevereiro de 2011].

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA. Disponível em:  
<http://www.sis.pt/>

THE PEW RESEARCH CENTER'S FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. Disponível em:  
<http://pewforum.org/>

UNIÃO EUROPEIA. Disponível em:  
<http://europa.eu/>

WEBISLAM COMUNIDAD VIRTUAL. Disponível em:  
<http://www.webislam.com/?idd=69> [Consulta: 14 de Fevereiro de 2011].